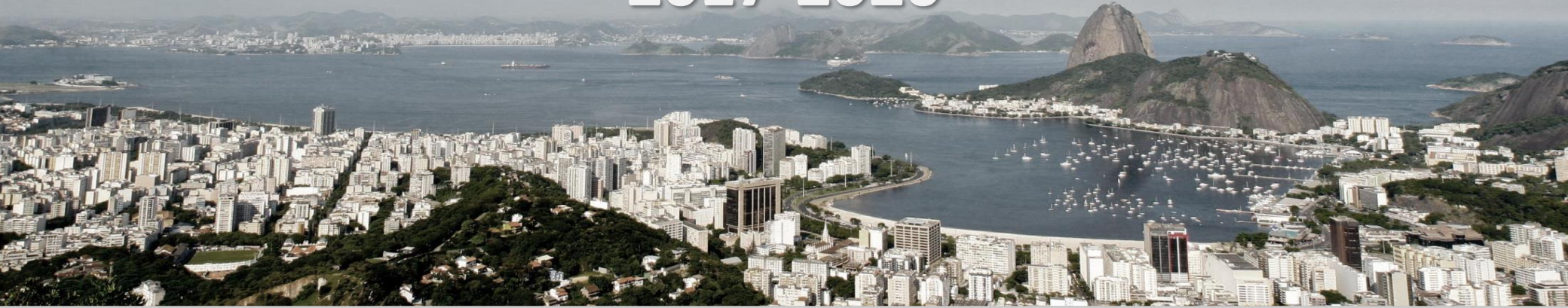




2017-2020



PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rio 2020: mais solidário e mais humano





Rio 2020: mais solidário e mais humano

CARTA DO PREFEITO

Tenho um amor profundo e muito antigo pela cidade do Rio de Janeiro e realizo hoje meu sonho e minha missão de ser Prefeito da minha cidade, aprovado pelas urnas que me concederam o privilégio de agora representar o meu povo. Esta é a cidade onde eu nasci e escolhi viver com minha família, meus filhos, e onde dou acolhida a meus netos. Esta é a cidade que precisamos melhorar e transformar, tornando-a mais humana e mais solidária.

Minha missão como Prefeito está inscrita em meus compromissos de campanha. Eles se renovam a cada dia, no encontro com a dura realidade em que vivemos, mas também na esperança que se alimenta de meus contatos diretos com a população tão carente de cuidados – a que mais precisa de bons serviços públicos. Cuidar das pessoas foi o meu lema de campanha e esta é minha principal missão.

Mas como cuidar melhor das pessoas se a máquina administrativa que encontrei nos meus primeiros dias de governo é deficitária, não apenas em função da crise geral que se abate sobre o país, mas também de uma administração temerária de obras que excedem a capacidade financeira do município e que endividaram minha administração antes mesmo dela iniciada? Encontrei-a ainda com disfunções evidentes que se acumularam ao longos dos anos e até mesmo de décadas.

Isto não significa que nada foi feito antes de mim. Ao contrário, reconheço muitos méritos em administrações anteriores e darei seguimento a iniciativas que merecem ser continuadas. Afirmo, porém, que chegou a hora de arrumar a casa para fazer justiça e cuidar das pessoas, cuidando também das instituições que deveriam servi-las e assisti-las. Para isto, é preciso subordinar os meios aos fins, iniciando uma reforma de estado que o Brasil não conseguiu fazer ainda.

Para tomar medidas estruturais de mudança, que sofrem muitas resistências, algumas visíveis, outras invisíveis, peço a confiança, a colaboração e a compreensão dos munícipes. Para perseguir esses objetivos encontrei dois caminhos possíveis: o primeiro foi o de enxugar a máquina administrativa, limitar o salarial e fazer severa contenção de gastos para que o orçamento se acomode à nossa capacidade de arrecadação- que meu governo trabalha incansavelmente para expandir. Desde os meus primeiros atos, temos conseguido racionalizar os gastos e propor políticas que estabeleçam o princípio da justiça fiscal. Por que uns pagam IPTU e outros não pagam nada, em condições idênticas de faixa de renda? Por que vêm sendo adiadas as medidas de atualização de cadastro de nosso IPTU, que as grandes cidades brasileiras vem fazendo regularmente? É algo que não se explica em uma cidade como a nossa.

Além de medidas reativas de contenção e ajustes, cabem também medidas positivas de reestruturação administrativa e de racionalização das políticas e dos gastos públicos. Falta-nos a boa governança, que não deve depender da “vontade do príncipe”, isto é, da autoridade e desejo pessoal do governante, mas de um conjunto de práticas administrativas do bom Prefeito, que começam com uma palavra mágica: planejamento, que eu fortaleci e consolidei ao criar a Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental. Sei que minha administração será bem sucedida se soubermos enfrentar o desafio de melhorar as políticas públicas, atualizando os procedimentos administrativos, desburocratizando a máquina, dando-lhe maior transparência, isto é, instituindo a governança que nos falta para cuidar melhor das pessoas e das instituições das quais todos dependem para atender às suas necessidades básicas para melhorar a sua qualidade de vida.

A Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental assumiu, pela primeira vez, o compromisso de realizar com seu próprio esforço, uma proposta preliminar de Plano Estratégico do meu governo, concentrando esforços nos compromissos que assumi ao longo de minha campanha e que aperfeiçoei nos seis primeiros meses de governo. Nada do que foi construído em governos anteriores foi abandonado. Metas que ainda não deram certo serão mantidas, mas estamos concentrando esforços em nossas próprias escolhas. Escolhas estratégicas para responder aos nossos maiores desafios. Soerguer a economia, investir na saúde e na emergência social, tanto quanto na formação de nossas crianças e adolescentes. Reverter a situação dramática da segurança pública em articulação com o governo federal, organizando a Guarda Municipal como força preventiva de proximidade, depois de anos de indefinição funcional. Temos ainda o desafio de transformar nossa cidade em uma referência global de cidades inteligentes, tecnologicamente avançadas, que atualizem sua legislação urbana e que as tornem caminháveis, verdes, resilientes e sustentáveis, como prometi em campanha.

Desde meus primeiros dias de governo procurei prestigiar os servidores, confiar em sua experiência e dedicação para enfrentar comigo estes tempos difíceis. Este compromisso ficou explícito em inúmeras medidas que tomei para salvaguardar seus direitos a uma digna aposentadoria, reequilibrando seu fundo de previdência. Sou e desejo ser o Prefeito das parcerias que podem tornar realidade muitas de nossas prioridades de governo. O setor privado não deve ser tratado com desconfiança, nem usado indevidamente pelos governantes. Devemos, ao mesmo tempo, fortalecer as políticas públicas e as parcerias que as dinamizam, aplicando o princípio da subsidiariedade que dá prioridade à sociedade e às empresas naquilo que elas sabem fazer melhor. Na crise em que vivemos, ficou evidente que o município tem sido o mais operante em defesa da população. O Rio é um caso extremo de cidade com forte participação do governo federal em crise, agora tendo que suportar também os efeitos da crise do Estado.

É hora de aplicar em nosso país a justiça federativa, descentralizando receitas e investimentos para atender as responsabilidades cada vez maiores que foram transferidas para o município. Razão a mais para fortalecer o planejamento e as estratégias locais de expansão da economia com inclusão social e sustentabilidade, sem esquecer que somos uma cidade metropolitana e que devemos planejar o futuro combinando-o com os nossos vizinhos. Desejo que o debate do plano estratégico propicie a coesão necessária para que o Rio possa vencer a crise mais rapidamente.

PREFEITO MARCELO BEZERRA CRIVELLA

APRESENTAÇÃO

Agradeço a honra e a confiança que me concedeu o Prefeito Marcelo Crivella ao me convidar para ocupar a recém-criada Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental, uma decisão importante de seus primeiros dias de governo. O objetivo da Subsecretaria foi dar organização e coerência à gestão das políticas públicas em seu ciclo completo de planejamento e gestão, permitindo à nossa cidade maior rigor em sua visão de futuro. De fato, o Prefeito fortaleceu e ampliou a estrutura de planejamento já existente, conservando o seu núcleo de excelência, voltado para o apoio a elaboração de projetos e metas (EGP-Rio) e para o acompanhamento destes em articulação permanente com as secretarias e órgãos junto ao Prefeito. Além disso, manteve-se e um Escritório de Formação e Capacitação.

Acrescentou-se à antiga estrutura um novo Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão, voltado para a formulação de políticas públicas a partir de diagnósticos que ajudem a melhor identificar os problemas em parceria com os órgãos municipais. Trabalhamos também com diferentes modelos e instrumentos de planejamento, necessários à modernização institucional e da gestão. Esta decisão inovadora permitiu a criação de uma política de Estado no coração do Governo, enriquecida ainda por uma nova visão do planejamento com sustentabilidade. Cabe agora consolidar esta estrutura profissional e meritocrática, que perpetue uma visão de planejamento para o poder local, buscando seu pleno funcionamento e máximo desempenho.

A Subsecretaria conta com três estruturas: um Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão; um Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas; e Escritório de Formação e Capacitação (Instituto Fundação João Goulart).

O Núcleo de Sustentabilidade, Resiliência e de Boas Práticas está situado dentro do Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão, permitindo de forma pioneira a inserção da dimensão da sustentabilidade na estrutura formal de Planejamento do governo, uma iniciativa singular na América Latina, há muito recomendada pelas Nações Unidas. A decisão garante o exercício da governança - que é a quarta dimensão da sustentabilidade - através da transversalidade, isto é, da articulação e da integração das políticas, evitando a fragmentação natural entre os órgãos de governo. Este novo núcleo agregou ao planejamento funções até então dispersas pelos diferentes órgãos da prefeitura.

Uma das funções do planejamento é fazer ou coordenar planos. Do ponto de vista legal, o Plano Estratégico (PE) da cidade é uma forma superior e reconhecida de planejamento e de racionalidade administrativa, já inserida na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, em seu artigo 107A - em emenda de 2011, do vereador Paulo Messina, por louvável iniciativa da Câmara de Vereadores. Pela lei, o prefeito eleito deve apresentar o Plano Estratégico de sua gestão até 180 dias após a sua posse, tendo como base as diretrizes de sua campanha e seus objetivos.

Pela lei, ficou estabelecido que o plano será amplamente divulgado por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica, televisiva, e publicado no Diário Oficial. A lei diz ainda que o Poder Executivo promoverá audiências públicas no prazo de 30 dias, para promover e aprofundar a democracia participativa. O Prefeito Marcelo Crivella houve por bem prorrogar este prazo por decreto, estendendo o processo participativo para 90 dias, sinalizando a importância de ampliar o debate com a sociedade civil neste período. Está previsto que ele poderá alterar o Plano Estratégico, justificando-o por escrito e divulgando-o. Haverá ainda um relatório semestral e outro anual de acompanhamento do plano.

O Planejamento Estratégico consagrou-se como *política de governo* para garantir o êxito das administrações depois de empossadas. Tal instrumento vem sendo introduzido com sucesso nas prefeituras do mundo inteiro. No Brasil, a experiência pioneira foi a de Curitiba, com Jaime Lerner, na década de 1970, que criou uma estrutura profissional de planejamento urbano que até hoje permanece e, desde então, vem atualizando periodicamente seus planos de ação. Garantiu-se, assim, a continuidade que permite atingir objetivos de longo prazo. Podemos afirmar que o bom Plano Estratégico é aquele que consegue preservar os avanços passados, ajudar os governos do presente a executar suas prioridades, preparando sua continuidade futura, no ciclo virtuoso das políticas de Estado.

Também o Rio de Janeiro consolidou sua tradição ao promover sucessivos planos estratégicos. A experiência teve início, com resistências, no 1º Governo Cesar Maia sob a liderança de Luiz Paulo Conde, inspirado na experiência de Barcelona. Conde, o urbanista, não se entusiasmou pelo recém-aprovado Plano Diretor da cidade, dando preferência a intervenções urbanas mais pragmáticas, como o Rio Cidade e o Favela Bairro. A experiência de PE repetiu-se no 2º Governo Cesar Maia, mas sem muito sucesso, embora o Plano tenha chegado à descentralização com o “Rio de Todos os Bairros” que não saiu do papel. Eduardo Paes vinculou o Plano Estratégico à realização das Olimpíadas, com seus projetos e metas obrigatórios que preencheram seus objetivos. O processo participativo limitou-se à Visão e à Missão.

A equipe

O êxito do PE depende de uma equipe especializada, comprometida com a execução de todo o ciclo de planejamento, do diagnóstico e formulação das políticas, ao acompanhamento de sua execução. Tal processo exige enorme esforço de cooperação dentro do próprio Governo, mobilizando os técnicos e representantes das secretarias e órgãos envolvidos, além dos secretários em conexão direta com o Prefeito. A equipe se encarrega também de compatibilizar propostas compatíveis com os compromissos e prioridades do governo perante a população, e de integrar iniciativas e projetos com prazos determinados que permitam evitar custos extraordinários e desperdício.

Na estrutura de planejamento que temos hoje já não há lugar para chefes. Há um coletivo de gestores experientes e uma equipe de jovens bem qualificados operando uma matriz horizontal de prioridades de governo a serem acompanhadas, avaliadas e cumpridas. A Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental (SubPG), é, em realidade, um *think tank*, ou usina de ideias, um laboratório de pesquisa, coordenação e consolidação de planos e iniciativas de Governo. As prioridades do Prefeito, seus compromissos de campanha, convertido em decretos e iniciativas de governo, vêm sendo semanalmente atualizados. Alguns compromissos foram reajustados pelas equipes técnicas das secretarias, com a concordância do Prefeito.

A COMPATIBILIZAÇÃO DOS PLANOS

Tendo como responsabilidade ordenar o planejamento da cidade, é preciso tomar uma decisão inadiável: olhar para o futuro, tornando os instrumentos de planejamento mais alinhados e efetivos. Ir mais além do Plano Estratégico que se estende até 2020. Trabalhamos com visão conjunta, articulando o Plano Estratégico (2017-2020) ao Plano Plurianual (PPA) de 2017 até 2021. O PE vai se articular também ao próximo Plano Diretor (2020-2030). Pensando ainda mais à frente, buscamos uma linha de interpenetração do Plano Estratégico com o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), a partir do qual alinharemos o Rio a todas as cidades que têm um encontro marcado com o futuro, olhando para 2030.

Nesta data, as Nações Unidas irão anunciar os resultados finais de seus ODS, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável que, dando continuidade aos Objetivos do Milênio, foram aprovados como prioridade de todos os países presentes à Rio+20. O Plano de Desenvolvimento Sustentável está sendo desenvolvido por um conjunto de órgãos e secretarias e contará com amplo processo participativo antes de sua aprovação. Consolida-se, portanto, o esforço comum de articular o curto, o médio e o longo prazos, fortalecendo a missão de transformar o Rio de Janeiro na melhor cidade para se viver.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável terá a missão de refletir e propor uma cidade compatível com as grandes mudanças em curso ao longo do século XXI. Sua influência direta sob o Plano Estratégico já se faz sentir ao induzir, pela primeira vez, uma visão integrada das quatro dimensões da sustentabilidade, a econômica, a social, a ambiental; e a dimensão transversal de governança. Outra conquista importante foi alinhar o Plano Estratégico ao Plano Plurianual (PPA), agora com diretrizes comuns de planejamento e orçamento, a serem enviadas à Câmara de Vereadores até final de agosto. Este entrosamento inédito entre os princípios da sustentabilidade e as bases orçamentárias representa um avanço importante nos alicerces da política municipal de sustentabilidade, que concede ao Rio um papel pioneiro.

A subsecretaria tem como missão alinhar todos os planos setoriais existentes, e preparar os planos regionais, criando um modelo unificado, que facilitará a revisão do Plano Diretor de 2020, dando também um norte aos futuros planos estratégicos da cidade. Ao encontro dessas mudanças, modela-se uma nova cidade, cujo florescimento depende de uma visão mais avançada de planejamento urbano.

O cerne do PE são as propostas transformadoras e integradoras que provocam expectativas de mudanças com grande efeito multiplicador. Estas mudanças seriam capazes de mobilizar a cidade, dando visibilidade ao esforço coletivo. As mudanças estratégicas do Prefeito Crivella, em torno das quais gravitam todos os programas, iniciativas, projetos e ações de seu governo. Um **Rio global, produtivo, inovador e de oportunidades** que passa a dar tratamento prioritário à sua economia. Uma **Saúde preventiva que atende a emergência social**, exige um esforço institucional da saúde pública, para cuidar melhor das pessoas. A cidade precisa tratar como prioridade o seu **Capital humano e a formação do carioca**, melhorando a qualidade da educação, combatendo o analfabetismo funcional e tornando mais eficaz o aprendizado nos primeiros anos da alfabetização.

Além disso, o governo propõe um **Rio seguro e vigilante**, que cobra das autoridades federais suas responsabilidades, mas que também colabora com elas, investindo nas políticas preventivas que combatem pequenos delitos. Um **Rio verde, limpo e saudável** exige a universalização acelerada do saneamento básico, ainda sob o entrave das autoridades federativas superiores, estadual e federal. O governo propõe aos cariocas um **Território descentralizado, inclusivo e conectado**, que precisa diminuir suas desigualdades espaciais, e que é capaz de fazer convergir para suas 16 centralidades administrativas os serviços até então espacialmente desarticulados e dispersos. O Rio precisa melhorar a qualidade das instituições, em busca da transparência, da desburocratização e das parcerias para garantir a **Governança para os cidadãos**. Convidamos a cidade a refletir sobre esses temas cruciais para o nosso futuro.

Doravante, caberá ao poder local em nosso país assumir responsabilidades crescentes, como já vem ocorrendo nas últimas décadas, marcadas pela ampliação das competências municipais, em uma descentralização forçada que nem a Constituição de 1988 previa; nem as finanças municipais permitiam. A acumulação de competências foi provocada, de um lado, pelo enfraquecimento do poder estadual e de sua capacidade de cumprir suas funções essenciais. De outro, pelo encolhimento do orçamento federal, incapaz de responder às suas árduas obrigações constitucionais, especialmente na Saúde e na Infraestrutura - Saneamento, Habitação e Transportes, onde os projetos são ainda mais caros e os recursos, escassos.

Daí o inadiável desafio do pacto federativo, como a única maneira de corrigir as inúmeras irracionalidades que interferem na vida municipal, prejudicando seu dinamismo e eficiência. O poder municipal assumiu, nos últimos vinte anos, um número elevado de novas competências, que a Constituição não previu em seu artigo 40, como prioridade das administrações locais. Prevaleceu, de fato, a salvaguarda dos demais entes federativos, protegidos pelas artificiais competências comuns de seu artigo 23, jamais regulamentadas, como previa a Constituição que, prudentemente, diluiu as atribuições dos três entes, deixando que se acumulassem as sobrecargas sobre o município, mais sujeito a pressões e mais perto do povo.

A sobrecarga adicional das prefeituras, sem o correspondente repasse de recursos através das transferências automáticas, tornou o poder local cada vez mais dependente de transferências voluntárias, ao arbítrio da autoridade superior. As grandes cidades, em especial as metrópoles, têm sido prejudicadas pela repartição atual dos recursos federais e estaduais. Suas realizações estão, portanto, cada vez mais dependentes de si mesmas. Estamos carentes, pois, de um encontro de contas entre as competências incorporadas pelo município e os recursos que se concentram em Brasília.

Existe uma simbiose atávica entre a cidade do Rio de Janeiro e o Governo Federal, proprietário de grande parte de seu território, de grandes empresas públicas, da zona costeira e da área portuária, além de uma extensa rede hospitalar de saúde, de importantes universidades e centros de pesquisa que interferem positiva e negativamente na vida da cidade, sem o controle das autoridades municipais. Em muitos casos, prevalecem irracionalidades de difícil solução, graças a uma situação assimétrica e à sua limitada autonomia.

No plano estadual, são inúmeras as distorções decorrentes da fusão, inclusive na distribuição funcional da rede de saúde, de saneamento, de transporte, mas também na educação, onde a rede municipal é a maior do Brasil. A região metropolitana carece de políticas integradas e a cidade do Rio de Janeiro isolou-se em sua torre de Marfim, pouco se comunicando com a periferia da qual ela mesma depende.

REFORMA INSTITUCIONAL: GOVERNANÇA MUNICIPAL

Enquanto isso, a solução é investir na autonomia administrativa e financeira do município, cabendo, nesse caso, duas providências essenciais: a primeira é organizar e fortalecer o Planejamento como arma administrativa - com o objetivo de racionalizar gastos, inovar e modernizar a máquina pública - e reinventar o governo a partir do poder local. A segunda é definir com pragmatismo uma política econômica regional, metropolitana e de consórcios municipais.

Para tal, é preciso tomar urgentes providências, criando planos e fundos metropolitanos, regionais ou municipais. Uma possibilidade real é transformar dívidas estaduais e municipais em investimentos com participação e parceria federal. O IPTU e o ICMS, ou mesmo as concessões de serviços públicos, não são suficientes para direcionar o desenvolvimento de um país de dimensões continentais, onde os municípios e os estados, por sua extensão, equivalem a Estados Nacionais com representação nas Nações Unidas.

No século XXI, todo poder ao planejamento da cidade! Este é o início de uma nova Era.

O Rio se desenvolveu e prosperou como capital imperial e oligárquica e guarda as marcas e os vícios do patrimonialismo original. Uma das dimensões importantes do Plano Estratégico é mudar, com a velocidade necessária, o estilo e a natureza do governo e da máquina pública, fortemente marcada pelo clientelismo político, pela lentidão processual e burocrática e pela visão setorial que dificulta a cooperação e a transversalidade a ser promovida pela coordenação do planejamento.

Devemos cultivar a boa governança, instituindo um novo modelo institucional de relação entre a sociedade e o governo, baseado no planejamento e na modernização da gestão, na administração por resultados, na descentralização dos serviços e no controle de suas informações. Precisamos dar particular atenção à necessidade de simplificação e remodelagem de processos, lentos e antiquados, que exigem desburocratização. O Rio precisa ser mais transparente e aprimorar seus instrumentos de controle social.

O processo participativo deverá promover a coesão social indispensável a converter o cidadão em parceiro do governo, com habilidade para realizar mudanças em sua área de influência e melhorar suas condições de vida. Ações locais de vigilância contra o vandalismo nos espaços públicos, que depende de uma cidadania ativa e capaz de zelar pelos bens comuns. A participação digital depende das dinâmicas tecnológicas do futuro, que enfrentam ainda sérios obstáculos políticos à sua implantação. Seria ousado pensar em transformar o Rio de Janeiro em uma ampla e moderna plataforma digital?

A identidade do Rio, moldada pela Cidade-Estado - como capital e ex-capital da República - e suas transformações mais recentes transcorreram nos anos de chumbo em que a cidade procurou adaptar-se a dois traumas consecutivos: a mudança da capital para Brasília e a fusão com a velha província do Estado do Rio de Janeiro. Tais ocorrências subverteram a centralidade política e a autonomia simbólica da antiga capital. Relegando as circunstâncias históricas, o Rio tornou-se um município como outro qualquer. Alçaram-no à condição de capital de um estado pobre, sem infraestrutura, e dotado de uma das mais carentes periferias metropolitanas, fornecedoras de mão de obra barata, e sem nenhuma compensação administrativa ou financeira.

A missão atual é, no entanto, oposta: absorver a condição metropolitana do Rio de Janeiro e buscar a criação de um fundo metropolitano, que nem sequer foi ainda criado no Estatuto da Metrópole, integrando a cidade ao seu entorno em um planejamento conjunto, estratégico, voltado para um destino comum e melhor para todos. Por conta destes delicados problemas institucionais, nenhuma das novas vocações econômicas da cidade se expandiu como deveria, ligadas ao turismo e aos serviços, à economia criativa e às novas tecnologias, capazes de aumentar a produtividade da economia. Nessas condições, devemos reforçar e renovar estas velhas e novas vocações da cidade. Superar a indigência tecnológica a que estamos condenados, tanto no plano nacional quanto no plano local, e aproveitar melhor, incentivar, multiplicar os talentos que não nos faltam, ativando uma cadeia produtiva e criativa.

Devemos, no entanto, reconhecer que uma das missões cumpridas foi o aprendizado e a prática de cidade global exercida e testada no Rio de Janeiro, desde a Conferência de 1992, na vinda do Papa e no ciclo dos grandes eventos esportivos, encerrado pelas Olimpíadas de 2016. Foram aí solidamente plantados e renovados os compromissos de uma cidade internacionalmente reconhecida e admirada desde as suas origens imperiais.

A missão de metrópole de vanguarda inserida na rede de cidades globais impõe uma lista de atributos especiais a serem absorvidos, incorporando-se à missão de seus líderes e à cultura da população. É lamentável que, no esforço olímpico, tão pouco tenha sido investido em tecnologia da informação e no acesso universalizado à banda larga, e que a cidade padeça de um sistema de comunicação analógico e burocratizado, que não entrou ainda na era digital.

Nosso padrão de referência deve ser, sem dúvida, o modelo ascendente das cidades compactas, inteligentes, diversas e sustentáveis que se propagam pelo mundo sob os auspícios das Nações Unidas, desde 1992, e que se traduzem, pelo menos em parte, nos compartilhados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, consagrados na Rio+20.

O Planejamento Estratégico das cidades tem como pauta um modelo consistente de cidade sustentável, compatível com a nova sociedade do conhecimento, tecnicamente inovadora e inteligente, como as Smart Cities, socialmente inclusivas e ambientalmente verdes e resilientes. Um novo modelo de governança consolidou-se nas últimas décadas e pressupõe uma nova maneira de governar, a partir da prática da transversalidade e da articulação e integração do governo, consigo mesmo, e em parceria com a sociedade e as empresas.

SUBSECRETÁRIA ASPÁSIA BRASILEIRO ALCÂNTARA DE CAMARGO

ÍNDICE

Preâmbulo	19
Metodologia	30
A Concepção do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017 – 2020	32
Por um Planejamento Integrado	34
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – ONU	36
Estrutura do Plano Estratégico	38
Sumário Executivo	40
Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro	44
Dimensão Economia	45
Rio Global, Produtivo, Inovador e de Oportunidades	46
Dimensão Social	61
Saúde Preventiva e Emergência Social	62
Capital Humano na Formação do Carioca	90
Rio Seguro e Vigilante	110
Dimensão Urbano-Ambiental	119
Rio Verde, Limpo e Saudável	120
Território Descentralizado, Inclusivo e Conectado	140
Dimensão Governança	169
Governança para os Cidadãos	170
Metas Estratégicas	196
Economia	197
Social	198
Urbano-Ambiental	204
Governança	208



1ª REUNIÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

PREÂMBULO

Planos Estratégicos (PE) são planos de governo elaborados como instrumentos de planejamento que nasceram da tradição militar e se estenderam ao mundo empresarial e de negócios. Foram posteriormente adotados pelos governos locais para melhorar seu desempenho a partir de uma administração austera e bem planejada por áreas de resultados, capazes de converter sonhos e promessas eleitorais em políticas públicas.

A força do PE reside em sua capacidade de promover o consenso disciplinador e impositivo entre os atores centrais diretamente envolvidos com a visão, a missão e os objetivos maiores a serem atingidos. Como todo planejamento, sua intervenção se baseia no princípio da economicidade, para fazer mais com menos e evitar desperdícios; e da previsibilidade, a partir de um calendário preciso de ações e decisões integradas em função de meios e instrumentos financeiros, humanos e administrativos previamente definidos, em um horizonte de curto, médio e longo prazos.

O planejamento tem uma função crítica, que é corrigir o passado, e uma função visionária, que é antecipar o futuro. A função crítica e integradora do Planejamento começa ao corrigir as falhas e erros do passado e a função antecipatória é acelerar o encontro com o futuro. Planejar é definir prioridades, este é o lugar comum. E a prioridade é exatamente esta: corrigir o que está errado e escolher o que é melhor e o que pode dar melhor resultado. O planejamento é também o casamento indissolúvel do curto, com o médio e longo prazos. Para conseguir um bom resultado amanhã, temos que começar a agir hoje.

Os PEs pretendem, como o nome diz, oferecer à cidade uma carteira de projetos que se disponha a corrigir suas fragilidades e a aproveitar suas potencialidades, projetando-a para além de si mesma, rumo a objetivos maiores, mais ousados e transformadores. Trata-se, em suma, de trabalhar com ameaças e oportunidades, e de governar com racionalidade de meios e fins para maximizar os resultados a serem atingidos.

O ciclo do processo decisório começa, com as prioridades políticas do governo eleito, legitimadas pelo apoio popular, mas depende, em seguida, de um consenso inicial dentro do próprio governo, fruto da vontade política do prefeito e de seus secretários, mas também da intensa participação dos técnicos qualificados dos diferentes órgãos, coordenados pela equipe central de planejamento e da sociedade civil.

O planejamento exige também o uso da informação para a tomada de decisões, segundo pesquisas, projeções e cenários bem definidos. Cabe, de fato, papel fundamental à previsão dos custos da carteira e de cada projeto, e a garantia das fontes de financiamento. A palavra estratégia acrescenta ao planejamento a ideia-força da seleção dos projetos por sua eficácia, visibilidade e por seus efeitos multiplicadores, que ajudarão a atingir os objetivos desejados a partir de um mínimo de custos e esforço e de um máximo de resultados.

OS VALORES, A VISÃO E A MISSÃO: PREMISSAS E OBJETIVOS DO PLANO ESTRATÉGICO

Todo plano estratégico tem uma visão baseada em valores comuns, partilhados e em uma identidade consolidada. A visão norteia a missão, isto é, os objetivos maiores a serem alcançados. A missão da cidade do Rio de Janeiro é aquilo que ela é e sabe fazer, o que ela pretende ser e oferecer para si mesma, para o Brasil e para o mundo. Esta missão foi amadurecida ao longo de duas décadas de planos estratégicos e de debates infintos, tendo como referência valores comuns e partilhados que a cidade cultiva e que pretende aperfeiçoar e realizar.

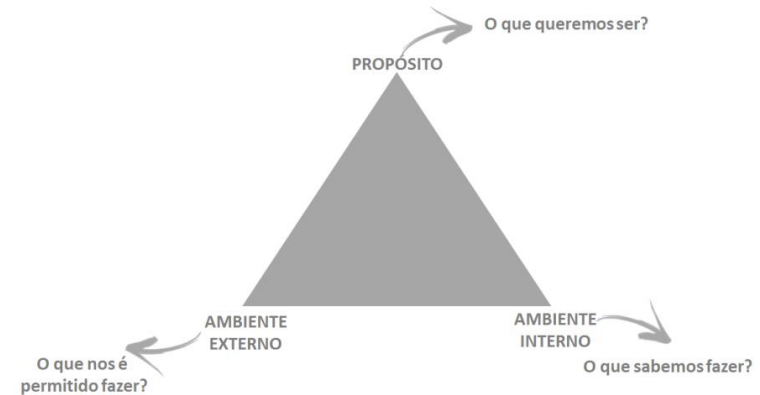
Somos uma cidade acolhedora e criativa, detentora de inigualáveis belezas naturais. No entanto, nosso turismo é ainda muito aquém do ideal. Qual o seu real potencial de crescimento?

Temos uma tradição de vanguarda que nos leva a absorver com rapidez novas ideias, mas também a inventá-las na práxis criativa. Somos uma cidade da ciência e do conhecimento. Nossa vocação técnica e científica é, por definição, estratégica - e naturalmente conectada às novas tecnologias e à sociedade do conhecimento, da qual depende nosso futuro. Estamos sabendo utilizar este extraordinário patrimônio de forma adequada?

Somos ligados à indústria da comunicação, à música e às artes, ao design e à arquitetura, à moda, ao teatro e ao cinema, mas o poder público fez muito pouco para formar e estimular nossas indústrias criativas e capacitar nossos jovens para o que eles mais gostam de fazer. Como ampliar este potencial de crescimento e como aperfeiçoar esta cadeia produtiva?

Temos forte presença da cultura negra e miscigenada e, aqui, aprendemos a abrigar a diversidade e a conviver com as diferenças que se incorporaram à nossa cultura. Somos inventores e promotores de tribos e talentos, na fronteira sutil que separa as práticas alternativas da indústria cultural reconhecida. Sabemos como ninguém mesclar a tradição erudita à criatividade popular. Como utilizar melhor este fantástico talento, fortalecendo identidades já consagradas e capacitando pessoas? A escola é o lugar ideal para perpetuar e a atualizar os valores de nossa cultura.

Onde queremos chegar? Que valores e objetivos maiores atingir? Qual o nosso projeto recôndito, uma cidade provinciana e fechada sobre si mesma ou uma cidade cosmopolita, de projeção internacional, capaz de comandar o seu destino? Uma cidade economicamente empreendedora, pronta a receber novas tecnologias, ou uma cidade de cartórios, ricos e pobres, na dependência de governos semi-falidos, na dura luta por sua sobrevivência? Uma cidade inclusiva, solidária e socialmente coesa ou individualista e competitiva, fragmentada e solitária? Uma cidade dependente e escrava do ilícito ou livre e liberta de seus patrões e de seus desígnios?



Uma das principais missões de nosso Plano Estratégico é reconhecer, respeitar e mitigar a pobreza e as desigualdades sociais. Somos uma cidade que sonha com justiça e equidade, embora façamos ainda pouco para alcançá-las. Temos como prioridade uma cidade justa e sustentável.

Temos o compromisso de reduzir a pobreza absoluta ou relativa que, infelizmente, ainda é recorrente em nosso território. Sabemos que é bem mais fácil combater a pobreza absoluta do que as desigualdades espaciais de um território que, como o nosso, tem sua metade carente de serviços e infraestrutura.

O Rio é uma cidade que convive com diferenças agudas de renda e qualidade de vida dentro de seus bairros, divididos entre a cidade formal e as comunidades de baixa renda. Esta proximidade, uma característica especial de nossa cidade, tem alguns paradoxos: ao mesmo tempo em que facilita a convivência, distingue e segrega os espaços sociais.

Tais condições de desigualdade impedem a implantação e propagação de um modelo de desenvolvimento mais orgânico, harmonioso e sustentável, que utilize melhor os seus recursos humanos para qualificar as atividades produtivas; que ofereça políticas sociais de massa, com educação de excelência e acesso à saúde; e que aproveite de forma mais ousada o seu patrimônio técnico-científico e cultural subutilizado.

A visão determina a missão e os objetivos a serem alcançados, mas o importante é concretizá-la na missão, nos objetivos e esforços para promover o dinamismo econômico e remover os bloqueios à inovação tecnológica, ao empreendedorismo e a um novo ciclo produtivo que travam nossas potencialidades. De fato, as potencialidades que temos em abundância não passam de “energia estática”, quando poderiam converter-se em “energia dinâmica”, em importante vetor de prosperidade conectada à nova sociedade do conhecimento.

Nesse contexto, a missão de qualquer plano estratégico é definir políticas para combater a vulnerabilidade social mas, ao mesmo tempo, superar a debilidade econômica que se estende ao longo das décadas. Substituir um modelo portuário desatualizado por uma vocação contemporânea de inovação e de vanguarda. Superar a velha dependência do governo federal que imobiliza as autoridades municipais. Ir além do petróleo, sem menosprezar seus benefícios temporários, e diversificar a economia. Em suma, consolidar para o Rio de Janeiro um destino econômico inovador, que lhe conceda um papel de destaque na vida nacional e na constelação das cidades mundiais.

DIAGNÓSTICO E A MISSÃO: O RIO QUE TEMOS E O RIO QUE QUEREMOS

O ponto de partida de qualquer PE é fazer o diagnóstico preciso, porém, otimista da cidade.

Sua morfologia social apresenta irracionalidades e distorções, pois o Rio ocupa uma área duas vezes maior que São Paulo, tendo apenas a metade de sua população. A área é territorialmente extensa, mas sua ocupação dispersa, encarecendo ou inviabilizando a construção de uma adequada infraestrutura. As desigualdades espaciais e sociais reforçam-se mutuamente.

Existe, há décadas, um processo de favelização acentuado e de forte capilaridade. Temos, de um modo geral, em cada bairro, pelo menos uma favela, por conta da ausência histórica de políticas e financiamento de moradias de baixa renda. Nossa rede de transportes carece de mobilidade urbana, pois tem a hierarquia de seus modais invertida, dando prioridade ao ônibus e, o que é pior, ao automóvel, em detrimento de transportes de massa capazes de cobrir longas distância em tempo mais curto.

O Rio é uma cidade cuja beleza depende de seus corpos d'água, mas que os têm todos poluídos em mais alto grau, tornando-a a mais vulnerável da região sudeste - e uma das capitais com os piores índices de tratamento de água e esgoto. Tal patologia prejudica o turismo, inviabiliza suas praias como centro de lazer e, o que é ainda pior, torna sua população vítima de doenças de veiculação hídrica e de vetores, como os mosquitos, transmissores de epidemias.

Do ponto de vista da governança, sua condição de antiga capital federal condicionou-a à excessiva dependência do setor público e à simbiose paralisante com o Governo Federal. A cultura política induz, por isso mesmo, a tratar com negligência e descaso as atividades econômicas e a vida produtiva; e a ser prisioneira de suas relações com o Governo Federal.

DIAGNÓSTICO E A MISSÃO: O RIO QUE TEMOS E O RIO QUE QUEREMOS

Precisamos refletir melhor e de forma mais pragmática sobre nossa cidade. Seus pontos fortes e seus pontos fracos que são a base do diagnóstico e da ação estratégica. Examinar com atenção a distribuição espacial de nossos indicadores econômicos com suas manchas de pobreza e prosperidade. Vamos observar mais de perto a vulnerabilidade de sua população ceifada pela violência, com desperdício de vidas e talentos. Vamos pensar na necessidade urgente de acabar com o analfabetismo funcional, que condena os jovens ao desemprego. A rede de serviços públicos é carente de centralidades, tão necessárias para aproximar o prestador de serviços dos cidadãos-usuários.

É importante também considerar a história da cidade, as formas e distorções de sua ocupação e o pouco empenho e vontade política de resolvê-las, sempre postergando a regularização fundiária e a integração social e produtiva da favela à cidade. Como transformar sua cultura política, ligada a uma vocação estatal, e sua obsoleta legislação urbana para regularizar nosso solo com decretos herdados do regime militar?

O diagnóstico não é apenas um exercício inútil de reconhecimento de nossos erros. Deve ser também o testemunho de nossas conquistas e acertos. O ponto de partida que obriga a definir ou a redefinir as políticas de que temos sido carentes. Ou a dar continuidade a elas, prosseguindo nas que deram certo. Este é o princípio da sustentabilidade institucional que se define como governança.

Nenhum Plano Estratégico se sustenta sem uma clara visão do que seriam os pontos fortes e os pontos fracos do objeto que se deseja transformar: nossa cidade. Este é um exercício fundamental que exige motivação e participação coletiva para consolidar as bases do consenso do que desejamos mudar ou conservar, definindo os rumos que deveremos seguir, sem ignorar as árduas tarefas que nos serão impostas para chegar ao nosso destino comum.

CENÁRIOS POSSÍVEIS: UMA APOSTA NO OTIMISMO MODERADO

O êxito de um planejamento depende da capacidade de construir cenários, observando fatores positivos e negativos, favoráveis ou adversos.

Devemos contemplar o ambiente externo e as ameaças presentes como hostis ao equilíbrio fiscal da prefeitura e, em consequência, ao pleno êxito do Plano Estratégico, diante do Estado do Rio de Janeiro em profunda crise, canalizando excessivas demandas sociais para a prefeitura.

Quanto ao governo federal, a instabilidade política ameaça o país de paralisia institucional, sujeitando-o a provável regressão econômica das moderadas conquistas recentes. Neste caso, o esforço da prefeitura continuará redobrado e, mesmo assim, incapaz de absorver a crise das duas instâncias, estadual e federal.

A prefeitura, por sua vez, vem reagindo à situação interna adversa, que a obriga a suportar um déficit de R\$3 bilhões no Orçamento Municipal – procurando melhorar a arrecadação, obter empréstimos de governo e atrair empresas para seu programa de PPPs. Que chances temos nós de enfrentar tantos desafios por nós mesmos, com nossas próprias forças, sem recuperação estadual nem cooperação e ajuda federal?

De antemão, detectamos quatro cenários possíveis:

1. A situação econômica e política nacional se agrava, dificultando a política de ajustes municipal, com a arrecadação em queda e nenhuma ajuda financeira externa para a prefeitura;
2. A situação política e econômica nacional permanece a mesma e o esforço fiscal do município é bem sucedido, com algum investimento federal sendo canalizado para a prefeitura, permitindo que a situação se estabilize, levando algum alívio para a prefeitura, sem folga para seus próprios investimentos;
3. A situação econômica e política nacional evolui positivamente, de forma gradual e moderada, com investimentos privados sendo canalizados para o Rio, possibilitando a recuperação da economia local em patamares moderados;
4. A situação econômica e política nacional reverte positivamente, impulsionando um novo ciclo de crescimento, com o ajuste fiscal reequilibrando os recursos disponíveis da prefeitura, permitindo novos investimentos.

É importante, neste contexto, tornar a prefeitura economicamente proativa, identificando as parcerias governamentais e não-governamentais, públicas e privadas, capazes de garantir a execução bem sucedida do PE e dos instrumentos e dos meios necessários a sua realização. A partir daí, estaremos aptos a fixar os programas, iniciativas e projetos a serem alcançados, fixando qualitativa e quantitativamente os objetivos e metas de sua consecução.

Em sua essência, o PE precisa ser, ao mesmo tempo realista, ambicioso e pragmático, sempre procurando tirar partido de um diagnóstico de pontos fortes e pontos fracos que compõem a situação a ser modificada. Uma utopia concreta a serviço do governo e dos cidadãos. Um teste, afinal, a que os governantes se submetem, garantindo a antecipação das mudanças e a perenidade de seus atos.

O AMBIENTE INTERNO: OS PRÓS E OS CONTRAS

O ambiente interno se compõe do legado positivo de nossas capacidades, virtudes e conquistas; e cujo legado negativo são os obstáculos culturais e históricos que precisamos superar, junto com as circunstâncias que desejamos transformar. É a identidade e a vocação, testadas e comprovadas, que temos como objetivo utilizar melhor e que são parte da tradição e de conquistas anteriores, em uma linha de continuidade que valoriza o Passado e os êxitos acumulados como o capital inicial e ponto de partida.

O legado negativo são as práticas e vícios de nossa cultura política, que nos impedem de mudar. São as omissões e erros do Passado que se perpetuam por inércia no Presente, mas que devem ser superados por um novo patamar coletivo, rumo a um Futuro melhor. Transitamos, assim, por um momento de decisão que se situa entre a continuidade e a mudança, entre o passado e o futuro, em estreito conluio do que desejamos fortalecer e do que precisamos transformar.

O Plano Estratégico deve ser concebido como instrumento de efeito multiplicador semelhante à imagem dos círculos concêntricos, que impelem capacidade de irradiação e capilaridade às suas ações e iniciativas. Estimular a sociedade carioca a comandar o seu próprio destino, a avançar em novas etapas e induzir a administração municipal a continuamente melhorar a qualidade de serviços que oferece.

O Plano terá como enriquecer suas propostas através do diálogo com lideranças e organizações que se destacaram por sua reflexão temática e por sua capacidade de criar e operar tecnologias sociais. Da mesma forma, a cidade tem uma tradição de pensamento que tornou os centros de pesquisa e as Universidades órgãos propositivos que precisam ser ouvidos nestes diálogos cariocas.

A participação coletiva precisa também valorizar a cidadania ativa e pensar nas pessoas em sua vida cotidiana. Valorizar as iniciativas locais em pequena e média escala para se obter ressonância na vida municipal.

Com o intuito de garantir feedback positivo à gestão estratégica da cidade, a cesta de prioridades selecionadas pelo coletivo interno de especialistas revelou que seria preciso reacender a vontade de participação espontânea dos cariocas; despertar as suas relações construtivas de cidadania retomando, por exemplo, o cuidado com a sua rua e seu bairro; o respeito à convivência com a vizinhança; e o compromisso de ações de limpeza dos logradouros das comunidades e cursos d'água, praças, parques e áreas verdes, ou seja, estimular as pequenas ações que realmente podem mudar o perfil da cidade e que consolidam a relação de busca da felicidade em grupo, em família, no trabalho, nos momentos de lazer e descanso de todos.

O Plano Estratégico buscou absorver esta sensibilidade para obter a adesão dos habitantes da cidade em relação à cidadania participativa e responsável.

METODOLOGIA

A CONCEPÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 2017 - 2020

O Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017 - 2020 é resultado do empenho e dedicação coletiva da equipe de planejadores, técnicos e gestores, representando a alta gestão na Prefeitura do Rio de Janeiro, liderados por dois escritórios executivos pertencentes à SubPG, dotados de uma visão contemporânea de ação, o Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão e o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas, ambos especializados no desenvolvimento de boas práticas no planejamento, na condução, concepção e acompanhamento de políticas públicas.

A base para a construção do Plano Estratégico foram os compromissos de campanha, registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e os Decretos Publicados no Diário Oficial do Município no dia 01 de Janeiro de 2017. Com este material, iniciaram-se as reuniões com todos os órgãos da Prefeitura, subdivididos em 7 grandes grupos:

- Trabalho, Emprego e Capacitação, Renda, Economia e Inovação – **Dimensão Economia;**
- Saúde e Assistência Social / Educação, Esportes e Cultura / Segurança e Ordem Pública – **Dimensão Social;**
- Meio Ambiente e Saneamento Ambiental / Transporte, Urbanismo, Habitação, Conservação e Patrimônio Cultural – **Dimensão Urbano-Ambiental;**
- Planejamento e Gestão, Finanças, Transparência, Processos e Superintendências Regionais – **Dimensão Governança;**

Todos os órgãos municipais, partícipes desta construção, articularam-se tanto internamente quanto com a Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental por meio de seus representantes formalmente indicados.

A articulação interna com cada órgão de origem envolvia um amplo trabalho de comunicação, levantamento e validação de informações, avaliação técnica, debate sobre as questões levantadas nas reuniões e definição de novas propostas estratégicas. Neste processo, o engajamento foi fundamental, uma vez que todas as propostas do Plano, incluindo os compromissos e decretos, eram avaliadas tecnicamente pelos funcionários responsáveis pelos temas e respectivas equipes, e posteriormente validadas pelos Secretários ou responsáveis por cada Órgão. Então, semanalmente, havia o acompanhamento e discussão das questões de cada Grupo com a SubPG, construindo assim os diálogos internos. Reuniões específicas para detalhar propostas transversais ou aprofundar determinados temas foram bastante frequentes, e marcadas conforme a necessidade.

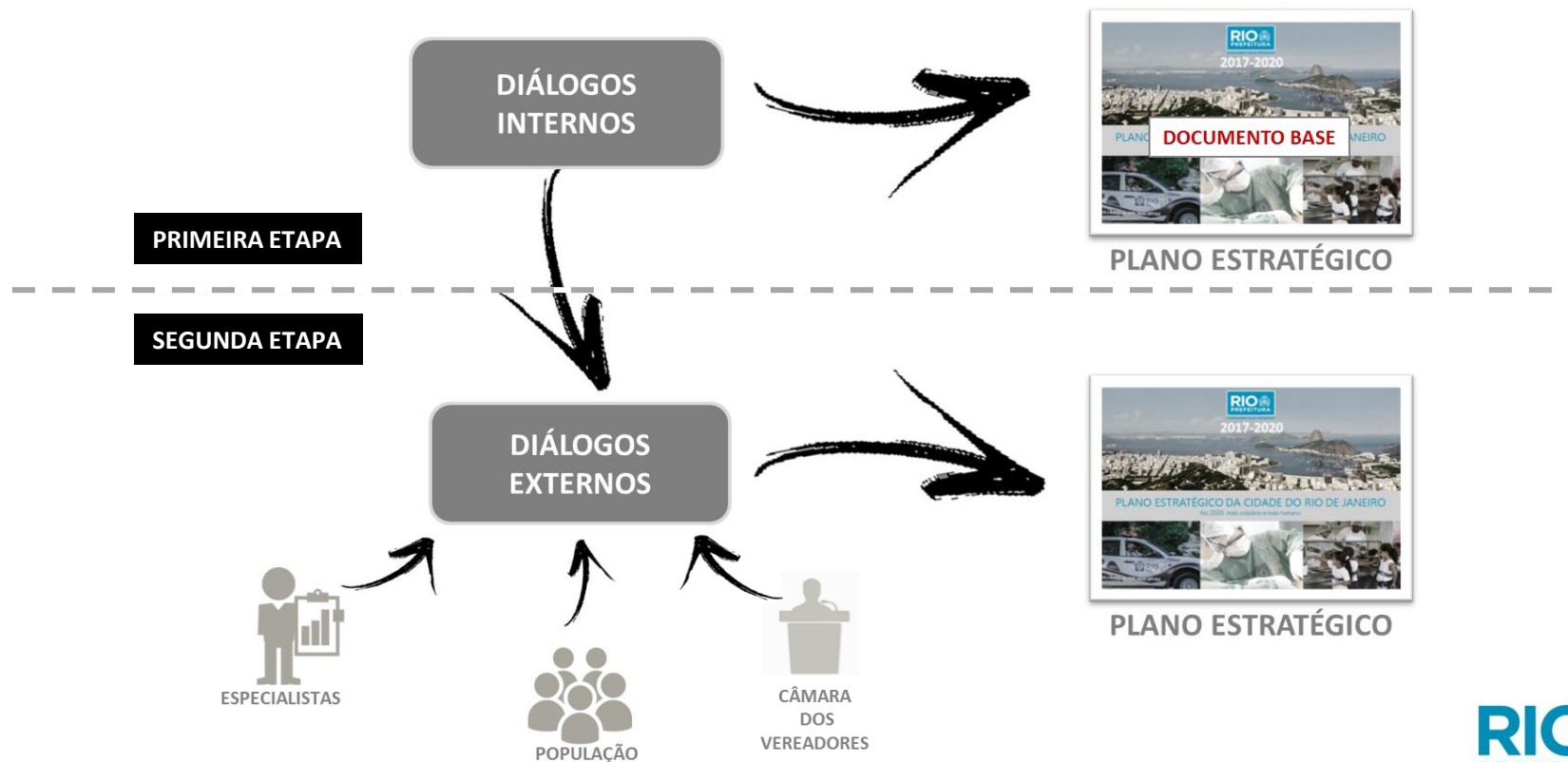
A CONCEPÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO 2017 - 2020

A consolidação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro é composta de duas etapas:

1ª Etapa – Diálogos Internos – A primeira etapa representa o Plano Estratégico desenvolvido pelos técnicos da Prefeitura durante os primeiros 180 dias após a posse do Prefeito Crivella, de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica do Município em seu Art. 107 A.

2ª Etapa – Diálogos Externos – Fase de debate através de reuniões gerais e reuniões temáticas correspondentes às Dimensões Estratégicas do Plano. Além das reuniões presenciais, a população terá acesso ao documento por meio digital, disponível no site da Prefeitura.

De acordo com o Decreto nº 42.784, de 01º de janeiro de 2017, este processo de consulta e debate se dará ao longo de 90 dias.



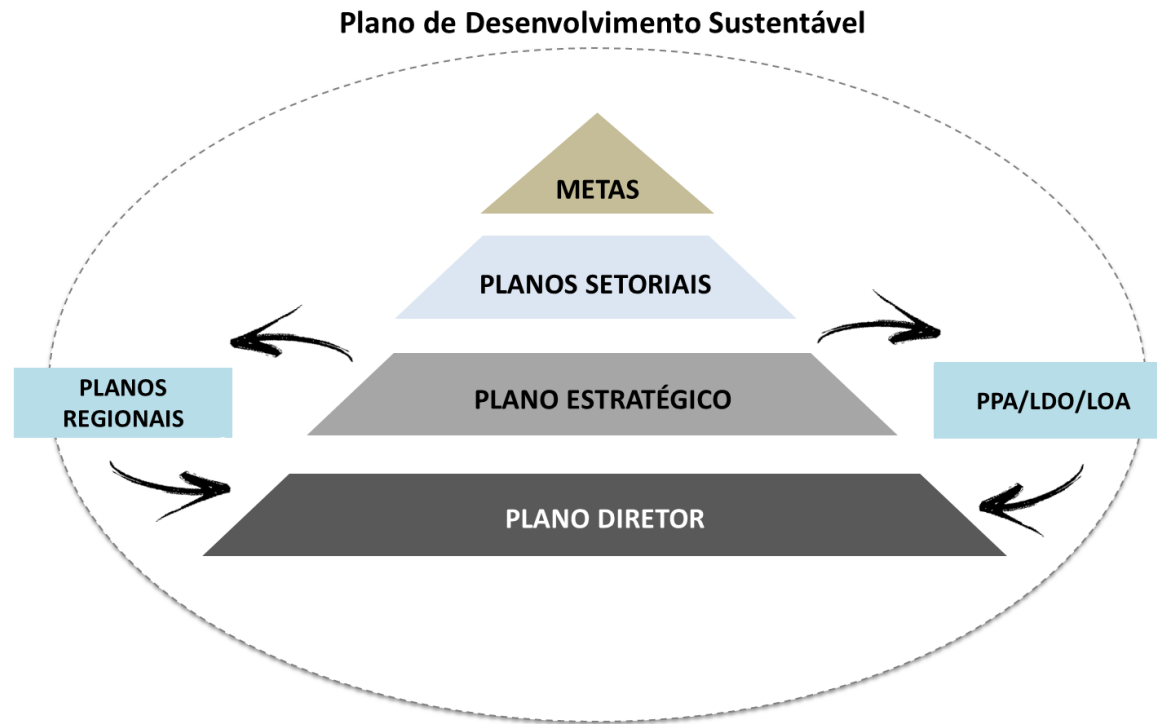
O Plano Estratégico 2017 - 2020 estrutura as ações de curto prazo que integram o esforço inicial da cidade no alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas. Desta forma, ele está integrado nas diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro, plano que está sendo construído com visão até 2030, à luz dos ODS da ONU, com o objetivo de integrar em uma única matriz de planejamento os compromissos e documentos importantes acumulamos nos últimos anos.

Do atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável vieram contribuições extremamente relevantes no que concerne às suas orientações e determinações sobre o desenvolvimento urbano e o ordenamento territorial da Cidade. Seus princípios estão sendo assimilados em ambos os planos e podem ser identificados nas Iniciativas do Plano Estratégico. O Plano Estratégico se enriqueceu com a recente avaliação do Plano Diretor, que está na metade da sua vigência, que é de 10 anos, enquanto o Plano de Desenvolvimento Sustentável, alimenta-se desta integração atual e a transfere para uma visão de longo prazo que vai balizar a construção do Plano Diretor futuro e dos próximos Planos Estratégicos.

Os Planos Setoriais também são instrumentos de planejamento que foram assimilados na medida em que se relacionam com os temas das Áreas de Resultado e das Iniciativas Estratégicas. Eles, em geral, seguem as determinações do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável, detalhando e fornecendo orientações sobre temas específicos.

As diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável e do Plano Estratégico são a referência ainda para o Plano Plurianual de modo que o planejamento das ações e também do orçamento municipal esteja alinhado às diretrizes da sustentabilidade.

Esta multiplicidade de elementos se relaciona e se complementa. Cada qual com seu objetivo e recorte temporal, concorrem todos para que tenhamos uma cidade melhor. Assim também será com as metas anuais, os Planos Regionais e, eventualmente, os Planos Setoriais criados nesta gestão. Estarão alinhados com este Plano Estratégico e imbuídos da perspectiva de mais longo prazo estabelecida pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) - ONU

No ano de 2015, a Cúpula das Nações Unidas adotou uma nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática – Agenda 2030.

Na oportunidade foram publicados os 17 novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS's com recomendação de ações globais para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas, conforme listados abaixo.

Todos os 17 ODS's da ONU tem correspondência nas Iniciativas e Metas do Plano Estratégico, demonstrando seu alinhamento com a moderna visão de planejamento e gestão sustentável da Cidade.

Algumas iniciativas estão vinculadas a mais de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Ao ODS 11 referente a “Cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, pela sua importância e transversalidade, estão vinculadas a várias iniciativas do Plano Estratégico, em especial as do eixo Urbano-Ambiental.

OBJETIVO 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

OBJETIVO 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

OBJETIVO 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

OBJETIVO 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

OBJETIVO 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

OBJETIVO 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

OBJETIVO 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

OBJETIVO 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

OBJETIVO 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

OBJETIVO 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

OBJETIVO 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

OBJETIVO 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

OBJETIVO 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

OBJETIVO 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVO 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

OBJETIVO 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

OBJETIVO 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) - ONU



Este Plano Estratégico foi estruturado em 4 dimensões sugeridas a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável: dimensão Economia, Social, Urbano-ambiental e Governança. As áreas de resultado correspondem às subdivisões temáticas das diferentes dimensões. Para cada área de resultado foram levantadas as diretrizes, objetivando uma visão para 2030 a partir de aspirações em relação ao futuro da cidade.

Foram estabelecidas metas para cada área de resultado, detalhando os objetivos a serem perseguidos no curto prazo, o quadriênio 2017 - 2020. Finalmente, foram elaboradas as iniciativas estratégicas, que são conjuntos de ações e/ou projetos que, uma vez executados, possibilitarão o atingimento das metas até 2020, garantindo o alinhamento com as diretrizes de longo prazo.

Projetos/ Ações: Projetos são conjuntos de atividades temporárias e coordenadas destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado único. Ações são as atividades necessárias para atingir as metas e Iniciativas.

Indicadores de acompanhamento: são variáveis ou funções utilizadas para a medição do desempenho de Iniciativas, Projetos e Ações. Através dos indicadores de desempenho avaliamos quão próximo ou distante estamos do alcance das metas.

Marcos: são as entregas parciais relevantes em uma iniciativa, projeto ou ação. Servem como pontos de controle em um cronograma de atividades das iniciativas.

Orçamento: é o detalhamento da necessidade de desembolso em uma iniciativa, projeto ou ação no período 2017 - 2020. É dividido em despesas de investimento e custeio e há também uma referência à fonte dos recursos, se próprio da Prefeitura ou de terceiros, como Parcerias Público-Privadas (PPP), concessões, empréstimos ou convênios.

DIMENSÕES

ECONOMIA

SOCIAL

URBANO
AMBIENTAL

GOVERNANÇA

ÁREAS DE RESULTADO

DIRETRIZES

INICIATIVAS
ESTRATÉGICAS

METAS

PROJETOS / AÇÕES

INDICADORES DE
ACOMPANHAMENTO

ORÇAMENTO

MARCOS

SUMÁRIO EXECUTIVO

65 INICIATIVAS ESTRATÉGICAS



RIO GLOBAL,
PRODUTIVO,
INOVADOR E DE
OPORTUNIDADES

SAÚDE
PREVENTIVA E
EMERGÊNCIA
SOCIAL

CAPITAL
HUMANO
NA FORMAÇÃO
DO CARIOCA

RIO
SEGURO E
VIGILANTE

RIO VERDE,
LIMPO
E SAUDÁVEL

TERRITÓRIO
DESCENTRALIZA
DO, INCLUSIVO
E CONECTADO

GOVERNANÇA
PARA OS
CIDADÃOS



Dimensão

Área de
Resultado

Iniciativas
Estratégicas

Dimensão	ECONOMIA		SOCIAL	
	RIO GLOBAL, PRODUTIVO, INOVADOR E DE OPORTUNIDADES	SAÚDE PREVENTIVA E EMERGÊNCIA SOCIAL	CAPITAL HUMANO NA FORMAÇÃO DO CARIOCA	
Área de Resultado	ECONOMIA DO FUTURO	GOVERNANÇA HOSPITALAR E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	CARIOQUINHAS NAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS	
	RIO VOCAÇÃO GLOBAL	CLÍNICA DE ESPECIALIDADES	RIO ESCOLA INTEGRAL	
Iniciativas Estratégicas	CAPACITA RIO	ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	ALFABETIZAÇÃO	
	EMPREENDEDORISMO SOCIAL CARIOCA	VIGILÂNCIA E CONTROLE DO RISCO SANITÁRIO	FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
	RIO DE JANEIRO A JANEIRO	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	ESCOLAS PARA UM RIO DE PAZ	
	INOVA RIO	ATENÇÃO À MULHER	TIME RIO	
		PRIMEIRA INFÂNCIA CARIOCA	MUSEU DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE	
		TERRITÓRIOS SOCIAIS	VALORIZAÇÃO DA REDE DE CULTURA	
		RIO INCLUSIVO	CULTURA CIDADÃ	
		PELOS DIREITOS HUMANOS		
		CARTÃO FAMÍLIA CARIOCA		
		IDOSO CARIOCA		
		RESTAURANTES POPULARES		

URBANO AMBIENTAL

GOVERNANÇA

RIO SEGURO E
VIGILANTE

RIO VERDE, LIMPO
E SAUDÁVEL

TERRITÓRIO
DESCENTRALIZADO,
INCLUSIVO E
CONECTADO

GOVERNANÇA PARA OS
CIDADÃOS

POLÍTICA DE INCENTIVOS E
PROGRAMA PRESENTE

SEGURANÇA CIDADÃ

MONITORA RIO

PARQUES CARIOCAS

GESTÃO SUSTENTÁVEL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS

PRAÇAS CARIOCAS

EXPANSÃO DO SANEAMENTO

ÁGUAS DO RIO

RIO + VERDE

CONTROLE DE ENCHENTES

RIO + SUSTENTÁVEL

CIDADE PELO CLIMA

LEGISLAÇÃO URBANA

RIO CONECTA

CENTRALIDADES CARIOCAS

ILUMINA RIO

MAIS ACESSIBILIDADE

CONSERVAÇÃO INTELIGENTE

PATRIMÔNIO CARIOCA

TERRITÓRIOS INTEGRADOS

MAIS MORADIAS

EXPANSÃO DO SISTEMA DE
TRANSPORTES

MELHORIA DA MOBILIDADE
URBANA

TRÂNSITO SEGURO

INCENTIVO À MOBILIDADE
POR BICICLETA

PLANEJA RIO

GENTE DE EFETIVIDADE

RIO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE

CIDADE DIGITAL

PREFEITURA & VOCÊ

ORÇAMENTO EFICIENTE

PREFEITURA MAIS PRÓXIMA

RIO METROPOLITANO

PREVIDÊNCIA SUSTENTÁVEL

PROCESSOS DIGITAIS

LICENÇA FÁCIL

PARCERIAS RIO



2017-2020

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIMENSÃO

ECONOMIA

ÁREAS DE RESULTADO

- **Rio Global, Produtivo, Inovador e de Oportunidades**

DIRETRIZES

- ❖ Promover a diversidade econômica indo além do petróleo, tornando a cidade um Polo de Atração de investimentos ligado à economia do conhecimento, às indústrias criativas e às tecnologias sociais.
- ❖ Tornar a cidade inteligente e inclusiva, promovendo a modernização tecnológica, fortalecendo o sistema de informações, e oferecendo ampla cobertura digital para a conectividade entre pessoas, empresas e governo.
- ❖ Disseminar o empreendedorismo, o associativismo e o cooperativismo nos arranjos produtivos locais, criando dinamismos sociais, e multiplicar a prosperidade nas diversas centralidades do município.
- ❖ Garantir a qualificação da mão-de-obra com ênfase na formação dos jovens empreendedores.
- ❖ Promover a inclusão sócio-produtiva, articulada com as atividades existentes nos territórios, de jovens, de idosos e de pessoas com deficiência.
- ❖ Garantir a capacitação e a empregabilidade dos jovens, estimulando a criação de emprego e renda em bairros e comunidades carentes.
- ❖ Fortalecer o consumo consciente, combatendo o consumismo e incentivando o comércio justo e solidário.
- ❖ Fortalecer e diversificar a vocação turística da cidade, enfatizando a paisagem, a cultura e o meio ambiente como atrações turísticas.
- ❖ Incentivar o turismo como atividade produtiva, que preserve o patrimônio cultural, ambiental e paisagístico.
- ❖ Garantir a segurança como fator primordial para estimular o turismo.

M1: Aumentar a oferta de empregos na Zona Norte (AP3) e Zona Oeste (AP5) para reduzir a diferença da proporção de empregos formais e população em 2% até 2020, mantendo-se, no mínimo, a proporção existente na Zona Sul (AP2) e Barra da Tijuca (AP 4.1).

M2: Incrementar em 30% o número de novas empresas na cidade até 2020.

M3: Atingir a marca de 4 bilhões de dólares em investimentos externos diretos até 2020.

M4: Capacitar, pelo menos, 36.000 pessoas no Programa Oficina para o Emprego (OPE), através da oferta de 40.000 vagas, até 2020.

M5: Realizar compras municipais nas Zonas Francas Sociais em, no mínimo, R\$ 60 milhões até 2020.

M6: Aumentar em 20% o número de turistas nacionais e internacionais na cidade até 2020.

M7: Fomentar 100 projetos de Inovação captados em zonas de risco e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) até 2020.

Situação Atual

O município do Rio de Janeiro possui uma importante economia, considerando os recortes metropolitano, estadual e nacional. Possui o 2º maior PIB e mercado de trabalho do país entre as capitais. Entretanto, nos últimos anos vem sofrendo, como todo o país, os efeitos de uma grave crise econômica. A partir de 2015 a economia carioca apresenta uma queda no nível de emprego e da atividade produtiva. Em 2016, foi um dos municípios brasileiros que teve maior queda no número de empregos formais, consequência da forte recessão nacional, particularmente potencializada, em terras fluminenses, pela crise no setor de petróleo.

A cidade do Rio de Janeiro também é a principal referência internacional do país. Isso gera uma importante potencialidade privada no setor de serviços, que deve ser priorizado em uma estratégia de adensamento produtivo e geração de renda e emprego de qualidade. Em economia regional podemos dividir as atividades econômicas em indutoras e induzidas. As indutoras são aquelas que podem atender a demanda na região em que estão instaladas, mas além disso também podem vender para fora da região, atraindo assim renda nova. O que podemos chamar de “atividades exportadoras”. Entre as atividades indutoras no setor de serviços podemos destacar como tendo enorme potencialidade na cidade aquelas vinculadas ao complexo produtivo do turismo, entretenimento, esporte, cultura e mídia. Também merecem destaque por suas potencialidades as atividades em torno do complexo da economia da saúde e do complexo petróleo e gás.

Descrição da Iniciativa

“Economia do Futuro” tem como objetivo aproveitar e promover as potencialidades existentes na economia carioca para gerar mais emprego e renda. Para isso, serão desenvolvidos os seguintes projetos:

- Municipalização do Porto, para auferir novas receitas e contribuir com o processo de desenvolvimento urbano em curso na região;
- Criação do Fundo de Investimento Imobiliário;
- Potenciais de Desenvolvimento Econômico: desenvolvimento de estudos para identificar os complexos e as cadeias produtivas que possuam potencialidades na cidade e avaliar as atividades do setor de serviços que gerem maior dinamismo;
- Elaboração da Matriz Insumo-Produto para identificar a interdependência das atividades produtivas no que concerne aos insumos e produtos utilizados e decorrentes do processo de produção;
- Criação do Fórum Permanente de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas e implantação e consolidação do Conselho de Desenvolvimento;
- Economia da Cultura e do Conhecimento: realização de estudos para embasar políticas públicas que promovam maior aproveitamento destes setores, tendo em vista sua extrema importância para a cidade, seja por sua herança histórica, como berço do samba, da televisão brasileira e de diversas Universidades e centros de pesquisa, seja por sua influência na autoestima do cidadão e na geração de renda;
- Ampliação dos pontos fixos de *food truck*: incentivo a atividade de comida sobre rodas, através da reformulação do programa, redefinição e ampliação dos pontos licenciados e criação das feiras públicas de comida sobre rodas.

Resultados Esperados

- Melhoria das condições de emprego e renda.
- Reversão da tendência crescente da taxa de desemprego, marca dos dois últimos anos.
- Aumento no número de empresas.
- Melhoria da contribuição do Rio de Janeiro no ranking do *Doing Business* - Relatório do Banco Mundial.
- Ampliar o adensamento produtivo através dos seguintes complexos econômicos: turismo, entretenimento, esporte, cultura e mídia; petróleo e gás; e economia da saúde.

Alinhamento com Metas

- Aumentar a oferta de empregos na Zona Norte (AP3) e Zona Oeste (AP5) para reduzir a diferença da proporção de empregos formais e população em 2%, até 2020, mantendo-se, no mínimo, a proporção existente na Zona Sul (AP2) e Barra da Tijuca (AP 4.1).
- Incrementar em 30% o número de novas empresas formais na cidade, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Municipalização do Porto
- Fundo de Investimento Imobiliário
- Matriz Insumo-Produto
- Potenciais de Desenvolvimento Econômico

Indicadores:

- Número de novas empresas
- Número de empregos formais
- Número de empresas no setor de cultura e conhecimento
- Receita anual com aluguéis de espaços no Porto
- Valor dos ativos aportados no Fundo de Investimento Imobiliário
- Proporção entre empregos formais e população residente nas diferentes Áreas de Planejamento (APs) da cidade



Situação Atual

O Rio de Janeiro é, sem dúvida, uma cidade com vocação global. Não apenas por seus pontos turísticos, patrimônio natural e construído e belezas naturais, mas também por ser uma grande economia mundial. Com um PIB de 282,5 bilhões de dólares em 2013 (IBGE), supera a riqueza produzida por diversos países do mundo. Possui o 3º porto mais importante do Brasil, sendo uma importante via de exportações do país. Figura, nos rankings internacionais de metrópoles globais, dentre as cidades mais bem colocadas. A A.T. Kearney posicionou o Rio em 50º de uma lista de 125 cidades.

A cidade também tem tido um papel internacional de destaque, participando de articulações importantes e assumindo compromissos globais nas áreas de sustentabilidade, mudanças climáticas e desenvolvimento urbano. Nos últimos anos, assumiu compromissos pela redução das emissões dos gases de efeito estufa, política de alimentação e nutrição e defendeu posições junto à ONU na formulação da Nova Agenda Urbana, no âmbito da Conferência Habitat III.

O estabelecimento de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) tem contribuído para o aumento e a diversificação das exportações de diversos países em desenvolvimento. A ZPE é um distrito industrial incentivado, onde as empresas nele localizadas operam com suspensão de impostos, liberdade cambial (podem manter no exterior, permanentemente, as divisas obtidas nas exportações) e procedimentos administrativos simplificados. O Brasil possui atualmente 25 ZPEs em 17 estados. A proposta de criação de uma ZPE no Rio de Janeiro poderia contribuir para o desenvolvimento das exportações, fortalecendo setores competitivos da economia da cidade.

Descrição da Iniciativa

“Rio Vocação Global” busca fortalecer a posição da cidade no cenário econômico mundial, e contará com ações para:

- Ampliar o investimento externo e produtivo recebido pelo Rio de Janeiro, com diversificação de países investidores;
- Captar recursos não reembolsáveis para o desenvolvimento de projetos;
- Implantar uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), para fortalecer os setores competitivos da economia da cidade e contribuir com o aumento das exportações;
- Aumentar o poder de influência da cidade no cenário internacional;
- Atrair novas tecnologias e conhecimentos através de cooperação técnica bilateral e multilateral.

Resultados Esperados

- Aumento do investimento externo direto no Rio de Janeiro.
- Atração de novas tecnologias e conhecimentos para a cidade.
- Atração de investimentos voltados para as exportações.
- Aumento do valor agregado das exportações e fortalecimento do balanço de pagamentos.
- Aumento da competitividade das exportações.
- Criação de empregos.
- Promoção do desenvolvimento econômico e social.
- Atração de mais indústrias para a cidade.
- Aumento do poder de influência no cenário internacional.

Alinhamento com Metas

- Atingir a marca de USD 4 bilhões em investimentos externos diretos, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Atração de investimentos
- Captação de recursos
- Criação da Zona de Processamento de Exportações (ZPE)
- Aumento do poder de influência da cidade

Indicadores:

- Volume de investimentos externos diretos na cidade
- Volume de recursos captados para a execução de projetos
- Número de participações em negociações multilaterais como membro da delegação brasileira
- Número de menções à posição defendida pelo Rio de Janeiro em relatórios publicados sobre as negociações multilaterais
- Número de projetos de cooperação técnica bilateral executados



Situação Atual

A grave crise financeira pela qual vem passando o Rio de Janeiro gerou o fechamento de inúmeras vagas de emprego, inclusive na área de serviços. Somente em abril de 2017, cerca de 3.400 vagas foram fechadas na cidade. Além disso, grande parte da mão de obra utilizada nas obras para a realização das Olimpíadas Rio 2016 não foi absorvida pelo mercado após o término do evento, impactando no desempenho econômico da cidade.

Somada à redução das vagas de emprego, o problema da falta ou baixa capacitação profissional continua latente, principalmente entre os jovens de baixa renda, o que também acarreta em indicadores negativos para a cidade. Em razão disso, o cidadão carioca continua encontrando muita dificuldade para se colocar ou recolocar profissionalmente. Torna-se fundamental, portanto, capacitar o trabalhador para acessar o mercado de trabalho formal, principalmente nos setores mais dinâmicos da Economia.

No âmbito da Cooperação Internacional, o Rio de Janeiro tem histórico de cooperação em educação com a China, a Finlândia e a Holanda, por exemplo. A Cooperação com instituições como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), redes de cidades como a União de Cidades Capitais Iberoamericanas (UCCI) ou bilateralmente com outros países ou governos subnacionais, podem trazer conhecimentos técnicos para fortalecer projetos da Prefeitura.

Descrição da Iniciativa

“Capacita Rio” tem como objetivo melhorar as condições de emprego e renda do cidadão carioca, priorizando a capacitação de jovens de baixa renda. Para isso, a Iniciativa contará com os projetos:

- Oficina para o Emprego (OPE): oferecerá 40 mil vagas para capacitação profissional até o final de 2020, principalmente em alguns setores de serviços. Terá parceria com o sistema S e intercâmbios internacionais;
- Trabalhador do futuro: o intuito é capacitar 1/3 das vagas no OPE em cursos considerados o futuro do mercado de trabalho. Para isso, serão realizadas pesquisas para identificar essas áreas e, se for o caso, firmar parcerias para concretizar o projeto;
- Forsoft Rio: associação entre a prefeitura, a ASSESPRO-RJ e Empresas-Madrinhas para a formação profissional de jovens em tecnologia da informação (TI), com posterior contratação de, no mínimo, 30% dos capacitados;
- Sistema de Informação do Mercado de Trabalho: gerador de informações, conhecimento e análises sobre o mundo do trabalho;
- Agentes da Transformação: visa capacitar jovens em coletores de informação e construir uma série histórica de dados sobre jovens moradores de áreas mais vulneráveis e suscetíveis à informalidade.

Resultados Esperados

- Melhoria da capacitação e empregabilidade dos jovens cariocas.
- Aumento e melhoria das condições de emprego e renda.
- Aumento do valor agregado dos profissionais cariocas, em especial os jovens de baixa renda.
- Melhoria da prestação de serviços da cidade.
- Disseminação da informação sobre o mundo do trabalho para todos os segmentos da sociedade.
- Melhoria da qualidade de insumos e informações sobre o mundo do trabalho, visando a tomada de decisões e a construção de políticas públicas mais focadas e eficientes.
- Disponibilização das informações mais qualificadas e georreferenciadas sobre os jovens moradores de áreas vulneráveis.

Alinhamento com Metas

- Capacitar, pelo menos, 36.000 pessoas no Programa Oficina para Emprego, através da oferta de 40.000 vagas, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Oficina para o Emprego
- Forsoft Rio
- Sistema de Informação do Mercado de Trabalho
- Agentes da Transformação

Indicadores:

- Quantidade de vagas – OPE
- Áreas de capacitação da OPE
- Quantidade de vagas – Forsoft
- Número de jovens empregados no Programa – Forsoft
- Número de acessos ao portal do Sistema de Informação do Mercado de Trabalho
- Número de jovens capacitados – Agentes da Transformação
- Número de comunidades pesquisadas – Agentes da Transformação



Situação Atual

A cidade ainda enfrenta dificuldades para melhorar plenamente a vida do cidadão que deseja empreender devido à burocracia existente. Diante desse cenário, muitos possíveis empreendedores, que auxiliam, inclusive, na realidade do emprego e renda do município, acabam desistindo de empreender, pois são altos os custos e o tempo de abertura de uma empresa ainda supera os 50 dias.

Nas comunidades de baixa renda, especificamente, a atividade econômica se caracteriza por baixa oferta de emprego e existência de comércio e prestação de serviço quase sempre informais, com carência de injeção de dinheiro de fora da comunidade. Faz-se necessário, portanto, conceder incentivo e orientação aos pequenos empreendedores para aumentar a formalização de negócios e pequenas empresas.

Descrição da Iniciativa

“Empreendedorismo Social Carioca” tem como objetivo orientar e facilitar a vida dos cariocas que desejam abrir uma pequena empresa, além de fomentar a atividade econômica nas regiões mais vulneráveis da Cidade. Contará com os seguintes projetos:

- Zona Franca Social (ZFS): serão estabelecidas nas regiões mais vulneráveis da Cidade, onde as atividades econômicas, exercidas por microempresas e empresas de pequeno porte, serão priorizadas com o exercício do poder de compras do Município. As contratações diretas realizadas pela Administração Pública do Município, decorrentes do Sistema Descentralizado de Pagamento, serão realizadas entre os microempreendedores individuais, os fornecedores autônomos e as microempresas situadas nas Zonas Francas Sociais, sempre que possível;
- Casa Móvel do Empreendedor Carioca: posto itinerante de atendimento às pessoas que pretendem abrir e/ou legalizar seus negócios. Irá percorrer os bairros delineados pelo Zona Franca Social, funcionando também como posto de cadastramento dos fornecedores;
- Fundo do Trabalho – FUNDET: concederá, no mínimo, 1.500 microcréditos aos pequenos empreendedores cariocas até final de 2020;
- Rede Comunidade Integrada (RCI): plataforma on-line que funcionará como uma rede social, conectando as comunidades. Funcionará como *marketplace*, integrando ofertas e demandas locais, e fomentará a criação e financiamento de projetos e a criação e manutenção de redes locais. O projeto piloto será implementado nas Comunidades da Maré e posteriormente expandido para outros locais;
- DJ do Amanhã: oferecerá curso de qualificação de DJ, nível 1, ministrado em unidades móveis.

Resultados Esperados

- Aumento do percentual de expedição automática de alvarás.
- Aumento da legalização de negócios locais já existentes.
- Incremento do número de micro empreendimentos, impactando, inclusive, nos números da empregabilidade e renda na cidade, aumento do poder de compra das pessoas das comunidades delimitadas.
- Melhoria da cidadania e sustentabilidade econômica.
- Fortalecimento do tecido social das comunidades através do aumento da conectividade.
- Aumento da comunicação entre a população das comunidades atendidas.
- Aumento da inclusão social através da música.

Alinhamento com Metas

- Realizar compras municipais nas Zonas Francas Sociais em, no mínimo, R\$ 60 milhões, até 2020.
- Incrementar em 30% o número de novas empresas formais na cidade, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Zona Franca Social
- Casa Móvel do Empreendedor Carioca
- Rede Comunidade Integrada (RCI)
- Fundo do Trabalho
- DJ do Amanhã

Indicadores:

- Número de alvarás expedidos para micro e pequenos empreendedores na Casa Móvel do Empreendedor Carioca
- Número de microcréditos concedidos (FUNDET)
- Número de empresas cadastradas nas Zonas Francas Sociais
- Valor de compras municipais nas Zonas Francas Sociais
- Número de empreendedores existentes no portal Rede Comunidade Integrada
- Número de vagas abertas – DJ do Amanhã



Situação Atual

A Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada Rio 2016 atraíram a atenção da mídia mundial para o Rio de Janeiro, uma cidade tradicionalmente vocacionada ao turismo. Após a realização desses dois grandes eventos esportivos, responsáveis por dobrar sua capacidade hoteleira, torna-se necessário executar um trabalho de promoção contínua do destino Rio de Janeiro, com o objetivo de manter e aumentar o fluxo de turistas.

Mais do que apenas uma vocação, devido a suas belezas naturais, o turismo é um instrumento estratégico para que o Rio alavanque sua economia. A indústria do turismo é intensiva em mão-de-obra, oferecendo oportunidades do primeiro emprego à terceira idade e absorvendo tanto profissionais com baixa escolaridade, como profissionais com formação de nível superior. Em média, cada quarto de hotel ocupado corresponde a três empregos diretos e indiretos gerados na cadeia produtiva.

O Rio já possui uma excelente infraestrutura turística — hotéis de primeira linha; 58.000 unidades habitacionais (quartos); dois excelentes aeroportos, recentemente reformados; uma ótima mobilidade urbana em boa parcela da cidade (BRT Rio, Metrô Rio e VLT Carioca); novos equipamentos culturais (Museu de Arte do Rio, Boulevard Olímpico, Museu do amanhã, AquaRio); e uma intensa programação cultural e artística, o que favorece que ações articuladas do poder público aumentem o fluxo de visitantes, propiciando resultados virtuosos para sua economia.

Descrição da Iniciativa

“Rio de Janeiro a Janeiro”, com o objetivo de tornar a cidade ainda mais atraente para turistas nacionais e estrangeiros, prevê a realização das seguintes atividades:

- Manutenção do tradicional apoio financeiro às escolas de samba e suporte aos blocos de rua, além de ações para facilitar a captação de recursos pelo caderno de encargos;
- Elaboração e execução anual do calendário estratégico “Rio de Janeiro a Janeiro”, com o objetivo de aumentar o número de eventos culturais e artísticos, de entretenimento, esportivos, gastronômicos e de negócios;
- Ações de relacionamento com o turista e o trade turístico, incluindo a modernização dos postos de atendimento; a ampliação do número de totens de informação turística; e a criação do projeto “Anfitriões do Rio”;
- Ações de promoção e marketing; participação anual em eventos especializados em turismo ; e a criação do projeto “Anfitriões Mirins”.

Resultados Esperados

- Aumento da visibilidade do destino Rio de Janeiro, a nível nacional e internacional, expandindo o fluxo turístico e impactando positivamente a economia da cidade.
- Sensibilização da população do Rio de Janeiro para a importância econômica do turista na cidade.
- Geração de emprego e renda no complexo produtivo do turismo.
- Aumento da taxa média de permanência dos turistas na cidade.
- Melhoria da posição do Rio de Janeiro no ranking das cidades mais visitadas por turistas estrangeiros.

Alinhamento com Metas

- Aumentar em 20% o número de turistas nacionais e internacionais na cidade, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Calendário “Rio de Janeiro a Janeiro”
- Relacionamento com o turista e o trade turístico
- Anfitriões Mirins

Indicadores:

- Número de turistas nacionais
- Número de turistas estrangeiros
- Taxa de permanência média do turista na cidade
- Taxa de ocupação das unidades habitacionais dos hotéis
- Posição do Rio de Janeiro no ranking das 100 cidades mais visitadas por turistas estrangeiros
- Número de alunos atendidos pelo projeto “Anfitriões Mirins”



Situação Atual

A indústria criativa é uma vocação da economia carioca. Entretanto, o montante do PIB estimado para o segmento em empregos formais é de apenas 4%. Comparando-se a outras cidades, como Amsterdam e Barcelona, que têm quase 70% de sua força financeira vindas da rubrica “criatividade”, percebe-se um alto potencial a ser explorado em terras cariocas, o que pode se traduzir em melhorias socioeconômicas de alto impacto.

Para que o Rio de Janeiro seja a Capital Nacional da Inovação, faz-se necessário promover o desenvolvimento da cadeia da economia criativa da cidade, considerando o potencial existente em diferentes setores, com foco no audiovisual e games, para atrair pessoas e novos investimentos com geração de emprego e renda.

Descrição da Iniciativa

Para desenvolver a Economia Criativa na cidade, “Inova Rio” terá as seguintes frentes de atuação:

- Porto 21: é o distrito que centralizará os projetos da pasta Inovação em espaço incentivado e fomentado para tal, no Porto do Rio. Será também um acelerador e grande aliado no desenvolvimento e adensamento da Região Portuária, palco de tantas obras e importantes cenários históricos do Município. O Galpão de Experimentações fomentará as novas tecnologias, com atração de capital e experts do mundo todo;
- Caravanas da Ciência: os projetos da inovação começam com o despertar para a Ciência, incentivado pelas Caravanas, que rodam os bairros cariocas levando experiências às crianças do ensino fundamental;
- Naves do Conhecimento: tem a missão da inclusão digital e abertura de novos mercados, além da apresentação e desenvolvimento das profissões do futuro;
- Fundo para Desenvolvimento de Projetos de Inovação: será capitalizado para incentivar projetos que coloquem os criadores cariocas nas feiras e congressos Nacionais e Internacionais dessa área;
- Reposicionar a Rio Film Commission, implantar o sistema Rio Mais Fácil Audiovisual, criar Planos de Ação para atrair produtoras para a cidade e participar de festivais, feiras e eventos, atraindo produções e empresas que queiram investir na cidade , aproveitando o seu potencial criativo e turístico.

Resultados Esperados

- Transformação do Rio de Janeiro na capital brasileira da Criatividade e Tecnologia.
- Integração dos centros tecnológicos da Cidade, inclusão da população de baixa renda e apropriação do tão desejado "estilo de vida carioca" como um diferencial de qualidade e bem estar.
- Qualificar jovens e adultos em cursos na área de inovação e tecnologia nas Naves do Conhecimento.
- Ampliar o adensamento produtivo do complexo de entretenimento, cultura e mídia.
- Tornar a cidade mais preparada para receber e atrair filmagens nacionais e internacionais, gerando emprego, renda e receita para o Município.

Alinhamento com Metas

- Fomentar 100 projetos de Inovação captados em zonas de risco e de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Porto 21
- Naves do Conhecimento
- Caravanas da Ciência
- Fundo para o desenvolvimento de projetos de Inovação

Indicadores:

- Número de projetos de Inovação captados
- Número de frequentadores nas Naves do Conhecimento
- Número de pessoas qualificadas nas Naves do Conhecimento
- Número de locais atendidos pela Caravanas da Ciência





2017-2020

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIMENSÃO

SOCIAL

ÁREAS DE RESULTADO

- **Saúde Preventiva e Emergência Social**
- **Capital Humano na Formação do Carioca**
- **Rio Seguro e Vigilante**

DIRETRIZES

- ❖ Promover a qualidade de vida e a saúde da população durante todo o ciclo de vida, garantindo atenção qualificada à saúde da mulher, o pleno desenvolvimento e proteção da infância, políticas para a juventude que visem enfrentar as causas das violências (homicídios, acidentes e suicídios), estimulando um envelhecimento ativo e saudável e freando o crescimento do sobrepeso e obesidade na população.
- ❖ Garantir uma assistência qualificada pelos serviços de saúde, respeitando as diversidades da população (religiosa, sexual e racial), promovendo cidadania e satisfação do usuário, com uso eficiente dos recursos.
- ❖ Garantir um meio ambiente saudável para reduzir a incidência das arboviroses e de outros agravos à saúde.
- ❖ Atender prioritariamente aos segmentos mais vulneráveis da população (PD, art. 277, II), diminuindo as desigualdades sociais e espaciais da cidade.
- ❖ Promover a igualdade de gênero e o respeito às diversidades.
- ❖ Promover serviços e ações de apoio sociofamiliar para melhorar os indicadores sociais da cidade.
- ❖ Garantir cobertura social à população de risco vítima de situação de calamidade pública.
- ❖ Estimular a integração produtiva e voluntária dos idosos, em parceria com atividades prioritárias do poder público, contribuindo para criar satisfação e qualidade de vida da terceira idade.
- ❖ Garantir a sustentabilidade nas instalações esportivas municipais.

M8: Ter 85% dos atendimentos realizados nas UPA e CER, dentro dos tempos esperados para cada faixa de risco, considerando o tempo entre o registro do Boletim de assistência Médica e o início do atendimento médico, até 2020.

M9: Reduzir à metade o % de pacientes que ficam em período superior a 24 horas nas unidades de emergência, UPA e CER, considerando os resultados médios obtidos em 2016, até 2020.

M10: Ter 85% de usuários das UPA e CER e da Atenção Primária da rede municipal, satisfeitos com o atendimento recebido após intervenção, até 2020.

M11: Realizar 85% das cirurgias eletivas de catarata, hérnia, vesícula, genito-urinária, pediátricas e varizes, no prazo máximo de 180 dias contados a partir da data da primeira consulta pré-cirúrgica registrada no SISREG, até 2020.

M12: Reduzir em 20% o tempo médio de permanência nos leitos de internação dos hospitais da rede municipal, excluídos hospitais psiquiátricos, até 2020.

M13: Implantar 11 novas policlínicas e reestruturar 9 policlínicas existentes, até 2020.

M14: Ter 75% dos procedimentos ambulatoriais (consultas e exames) realizados em até 90 dias, até 2020.

M15: Ter 100% de cobertura da Equipe Saúde da Família em bairros com Índice de Desenvolvimento Social menor que 0,55, até 2020.

M16: Ter 85% de Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera, até 2020.

M17: Reduzir mortalidade infantil para valor inferior a 9,5 por 1.000 nascidos vivos até 2020, garantido que nenhuma região de planejamento supere 10,5.

M18: Reduzir mortalidade materna para valor inferior a 58 por 100.000 nascidos vivos, até 2020.

M19: Aumentar o número de atividades de fiscalização da Vigilância Sanitária em 100%, até 2020.

M20: Ampliar para 4.000 vagas o serviço de acolhimento, recuperação ou reabilitação, até 2020.

M21: Triplicar o atendimento da Mulher vítima de Violência, tendo como ano de referência dezembro de 2016, ampliando o Centro de Atendimento à Mulher - CEAM para zona oeste e zona norte, até 2020.

M22: Ter 90% das crianças de 0 a 6 anos cadastrada na Estratégia de Saúde da Família (ficha A), com protocolo único intersetorial cumprido, até 2020.

M23: Reduzir o grau de vulnerabilidade em 95% das famílias em situação de extrema pobreza, dos 180 territórios da Cidade (setores censitários do IBGE), até 2020.

M24: Implantar 2 novos Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência, sendo um voltado para o Autismo, tendo como foco a zona oeste e o centro, até 2018.

M25: Instituir o Selo de Direitos Humanos na cidade do Rio de Janeiro e ter 25 instituições com a chancela do Selo, até 2020.

M26: Ampliar em 50% o quantitativo de famílias beneficiárias do programa Cartão Família Carioca, até 2020.

M27: Quintuplicar o número de idosos, com idade igual ou superior a 60 anos, no Programa Complementar de Transferência de Renda, até 2020.

M28: Fornecer 3 milhões refeições entre almoço e café da manhã nos restaurantes populares, anualmente a partir de 2018.

Situação Atual

A crise do Estado do Rio de Janeiro, que se agravou a partir de 2016, vem gerando uma demanda crescente para a rede municipal de saúde e consequente pressão para municipalização das UPA estaduais. A rede hospitalar municipal, apesar de ampla, tem baixa resolutividade, visto a necessidade de qualificação e otimização dos leitos de retaguarda e de ampliação dos leitos de CTI.

O Programa de Atendimento Domiciliar do Idoso (PADI), cuja relevância social e capacidade de responder às necessidades da população são comprovadas, é ferramenta fundamental para aumentar a eficiência dos leitos hospitalares, entretanto, hoje, tem baixa cobertura populacional. Os tempos de espera para atendimento nas UPA se CERs são maiores do que o desejado. Além disso, 40% dos pacientes admitidos nas salas amarelas e 20% dos admitidos nas salas vermelhas aguardam mais de 24 horas para internação.

Descrição da Iniciativa

A “Governança Hospitalar e Urgência e Emergência” tem como objetivos reestruturar a gestão dos equipamentos que fazem o atendimento emergencial às pessoas, especificamente as 14 UPAs e os 8 hospitais de emergência da cidade, aumentar a oferta de leitos clínicos, cirúrgicos e complementares da rede hospitalar da Cidade e ampliar a cobertura do PADI, que chegará a 70%.

O aumento da oferta de leitos será viabilizado através de um conjunto de ações que envolverá a criação de leitos complementares e cirúrgicos nos hospitais onde hoje há maior necessidade, a exemplo dos Hospitais Municipais Ronaldo Gazolla, Souza Aguiar, Lourenço Jorge, Salgado Filho, Pedro II e Mariska Ribeiro. Outra medida estratégica será a estruturação e implantação dos CTIs pediátricos nos Hospitais Lourenço Jorge e Souza Aguiar e a expansão do CTI do Hospital Municipal Salgado Filho, além da adequação de enfermarias de clínica médica e cirurgia em hospitais como da Piedade, Barata Ribeiro, Francisco da Silva Telles e Álvaro Ramos, com aquisição de equipamentos e recomposição de recursos humanos.

Para reestruturar a gestão dos equipamentos de urgência e emergência será necessário promover a educação permanente dos profissionais lotados nas UPAs e nos CERs em protocolos de classificação de risco, incorporando novas tecnologias (hardware e software) para a qualificação da recepção do usuário. Também merece destaque a definição e implantação de método de avaliação de satisfação do usuário, adotando ferramentas específicas, consolidação de dados, promoção da visibilidade dos resultados e adoção de medidas de correção. Destaca-se também a implantação do prontuário eletrônico do Ministério da Saúde (e-SUS) em todas as unidades hospitalares.

É fundamental assinalar o alinhamento desta iniciativa com o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) que compreende um conjunto de ações que visam promover a gestão de custos no âmbito do SUS, por meio da implantação de ferramentas de informatização capazes de promover a geração, aperfeiçoamento e a difusão de informações relevantes e pertinentes a custos, utilizadas como subsídio para maior eficiência da rede municipal de serviços hospitalares.

De modo complementar, ainda se destacam as propostas de criação de protocolo de fila única cirúrgica, adequação de contratos de gestão, estabelecimento da agenda de monitoramento de indicadores de performance, implantação do CER Méier e implantação do Centro de Parto Normal na Ilha do Governador.

Resultados Esperados

Com o aumento na cobertura do PADI, esperamos reduzir o tempo de permanência nos leitos de internação. Com a redução no tempo de permanência de pacientes que aguardam internação no pré-hospitalar fixo, ajuste dos tempos de atendimento nas UPA e CER e aumento da oferta de cirurgias eletivas de maior demanda, esperamos melhora sensível na qualidade da atenção hospitalar, visto que as ações irão impactar na taxa de ocupação de leitos, melhorando os indicadores de saúde da cidade.

Alinhamento com Metas

- Ter 85% dos atendimentos realizados nas UPA e CER, dentro dos tempos esperados para cada faixa de classificação de risco, considerando o tempo entre o registro do Boletim de Assistência Médica e o início do atendimento, até 2020.
- Reduzir à metade o % de pacientes que ficam em período superior a 24 horas nas unidades de emergência, UPA e CER, considerando os resultados médios obtidos em 2016, até 2020.
- Ter 85% de usuários das UPA e CER e da Atenção Primária da rede municipal, satisfeitos com o atendimento recebido após intervenção, até 2020.
- Realizar 85% das cirurgias eletivas de catarata, hérnia, vesícula, genito-urinária, pediátricas e varizes, no prazo máximo de 180 dias contados a partir da data da primeira consulta pré-cirúrgica registrada no SISREG, até 2020.
- Reduzir em 20% o tempo médio de permanência nos leitos de internação dos hospitais da rede municipal, excluídos hospitais psiquiátricos, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Aumentar a oferta de leitos.
- Reestruturar a gestão dos equipamentos de urgência e emergência
- Implantar o CER Méier
- Implantar o Centro de Parto Normal na Ilha do Governador
- Ampliar a cobertura do PADI para 70%
- Implantar prontuário eletrônico e-SUS nas unidades hospitalares

Indicadores:

- Número de equipes PADI implantadas
- Número de Leitos qualificados



Situação Atual

A situação da atenção secundária na Saúde do Rio de Janeiro hoje apresenta déficit na oferta de atenção especializada e o tempo de espera para algumas especialidades e procedimentos é maior que 120 dias.

As principais demandas observadas após análise das solicitações das unidades de Atenção Primária através do Sistema de Regulação - SISREG III para consultas são: consulta em oftalmologia - geral, consulta em urologia, consulta em cirurgia geral, consulta em ginecologia cirúrgica, consulta em odontologia - cirurgia oral menor, consulta em cirurgia pediátrica, consulta em cardiologia. E para os procedimentos: ecocardiografia transtorácica, endoscopia digestiva alta, doppler venoso de MMII, ultrassonografia, oftalmologia, colonoscopia, teste ergométrico.

Na cidade, atualmente há nove policlínicas de especialidades, distribuídas entre as dez Áreas de Planejamento (AP) da Saúde. Também encontramos oferta de especialidades nos ambulatórios de algumas unidades hospitalares. Mas, há necessidade de estruturar o nível secundário de cuidados à saúde com foco na ampliação da oferta regulada de serviços especializados, contribuindo com o aumento da resolutividade da rede de atenção à saúde.

Descrição da Iniciativa

A “Clínica de Especialidades” propõe a estruturação da oferta de atenção especializada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde. Para tanto será necessário a redefinição da oferta, dos processos e procedimentos especializados, bem como a definição de locais adequados, incluindo as necessidades de obras ou redesenho de unidades já existentes, conceito arquitetônico básico e cronograma de implantação.

O desenho das clínicas de especialidades foi elaborado a partir da análise da necessidade de serviços demandados, por meio de relatórios extraídos do SISREG III, análise da capacidade instalada da rede pública de saúde do município do Rio de Janeiro e de protocolos clínicos e de regulação, assim como parâmetros nacionais e internacionais de oferta especializada em saúde.

A lista de especialidades, ações e procedimentos será composta por uma parte fixa, que estará presente em todas as Clínicas, e outra parte variável, flexibilizada de acordo com a especificidade regional. As Clínicas de Especialidades poderão ter perfil clínico ou cirúrgico e deverão ofertar a totalidade das vagas de suas especialidades, de média e alta complexidade, ao Sistema de Regulação – SISREG. As policlínicas são responsáveis pela confecção e gerenciamento de suas agendas no Sistema de Regulação.

As Policlínicas deverão contar com Prontuário Eletrônico do Paciente a fim de otimizar a coordenação do cuidado. As unidades da Atenção Primária de Saúde (solicitantes) deverão encaminhar os seus usuários via Sistema de Regulação com todos os exames complementares (laboratoriais e de imagem) pertinentes, bem como descrição do agravo que motivou a solicitação ao especialista, no intuito de agilizar e qualificar os processos necessários para assegurar a resolutividade das ações de saúde.

Resultados Esperados

- Estruturação da atenção especializada no município do Rio de Janeiro, mediante a implantação de Clínicas de Especialidades, com vistas ao aumento da oferta de procedimentos clínicos ou cirúrgicos, de média e alta complexidade, e a redução do tempo de espera para realização de consultas, procedimentos e cirurgias, promovendo o acesso de forma adequada, universal e com equidade.

Alinhamento com Metas

- Implantar 11 novas policlínicas e reestruturar 9 policlínicas existentes, até 2020.
- Realizar 85% das cirurgias eletivas de catarata, hérnia, vesícula, genito-urinária, pediátricas e varizes, no prazo máximo de 180 dias contados a partir da data da primeira consulta pré-cirúrgica registrada no SISREG, até 2020.
- Ter 75% dos procedimentos ambulatoriais (consultas e exames) realizados em até 90 dias, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Remodelagem de 9 Policlínicas
- Estruturação de 5 Clínicas de Especialidades Cirúrgicas e de 6 Clínicas de Especialidades

Indicadores:

- Número de unidades físicas remodeladas
- Número de procedimentos realizados
- Percentual de cirurgias eletivas (procedimentos selecionados) realizadas no município do Rio de Janeiro



Situação Atual

A Atenção Primária à Saúde passou por uma grande expansão nos últimos anos, alcançando 70% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município do Rio de Janeiro ao final de 2016. Contamos hoje com 225 Unidades de Atenção Primária, 1287 equipes de saúde da família e 451 equipes de saúde bucal.

Entretanto, observamos um déficit para custeio da rede de atenção primária para 2017. Além disso, há a necessidade de qualificação profissional e de intensificação das ações de monitoramento para obter melhores resultados no que se refere à mortalidade infantil, mortalidade materna e taxa de cura de tuberculose.

Tais esforços necessitam ser acrescidos de ações intersetoriais com foco nos grupos mais vulneráveis.

Descrição da Iniciativa

O objetivo da “Atenção Primária à Saúde” é manter e aprimorar a Estratégia de Saúde da Família, observando a carteira de serviços da mesma e o funcionamento com qualidade.

As principais ações previstas para o alcance do objetivo são:

- Focar nos bairros com Índice de Desenvolvimento Social (IDS) menor que 0,55; e
- Aumentar a cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) para 100% nesses bairros.
- Integração com outros equipamentos sociais e estabelecimento de uma agenda intersetorial.

De modo complementar, a definição de estratégias específicas para acompanhamento dos grupos mais vulneráveis incluirá :

- O suporte técnico às Unidades de Saúde pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); e
- A disseminação de Boas Práticas, a exemplo do call center da gestante e bebê de risco.

Destaca-se também a implantação do prontuário eletrônico do Ministério da Saúde (e-SUS) em todas as unidades de saúde da rede de Atenção Primária.

Resultados Esperados

- Fortalecimento e aprimoramento da Atenção Primária à Saúde visando a redução das taxas de mortalidade infantil e materna.
- Aumento da taxa de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera.

Alinhamento com Metas

- Ter 85% de usuários das UPA e CER e da Atenção Primária da rede municipal, satisfeitos com o atendimento recebido após intervenção, até 2020.
- Ter 100% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família em bairros com IDS menor que 0,55, até 2020.
- Ter 85% de taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera, até 2020.
- Reduzir mortalidade infantil para valor inferior a 9,5 por 1.000 nascidos vivos até 2020, garantido que nenhuma região de planejamento supere 10,5.
- Reduzir mortalidade materna para valor inferior a 58 por 100.000 nascidos vivos, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Aumentar a Estratégia de Saúde da Família em bairros com IDS<0,55
- Dar suporte técnico às Unidades de Saúde pelo NASF
- Implantar prontuário eletrônico e-SUS na rede de Atenção Primária
- Disseminar Boas Práticas

Indicadores:

- Número de Equipes de Saúde da Família mantidas e implantadas em bairros com IDS<0,55
- Número de Equipes NASF mantidas e implantadas na cidade do Rio de Janeiro



Situação Atual

A Vigilância Sanitária e Controle de Zoonoses (SUBVISA) é responsável pela proteção e defesa da saúde da população, por meio da prevenção de riscos provocados por problemas higiênico-sanitários, na cidade. Muito embora esteja estruturada no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, sua importância não se limita ao campo da saúde pública. Além de atuar para a melhoria da qualidade dos serviços, produtos e ambientes de interesse sanitário, também tem importância jurídica, econômica e social, pois está alicerçada em todo um arcabouço jurídico administrativo voltado à regulação dessas mesmas relações de consumo.

Em vistas da constante necessidade de atendimento às demandas da população carioca, o desafio posto à gestão é de aperfeiçoar as ferramentas de gestão e transparência na Administração Pública, com foco na eficiência e efetividade das ações de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses, buscando de modo ainda mais concreto a consolidação de suas ações como unidade estratégica.

O Sistema de Informações utilizado nas atividades da Vigilância Sanitária, implantado em 2016, ainda carece de desenvolvimento e melhorias, estando aquém das necessidades reais do setor de fiscalização e de regulação, ao passo que ainda não contempla todas as áreas de atuação. A área de Zoonoses precisa ser incluída neste sistema, permitindo a integração de todas as atividades desenvolvidas pelas equipes da SUBVISA.

Descrição da Iniciativa

Com o objetivo de avançar nos serviços prestados ao cidadão carioca, foram estabelecidas diretrizes para garantir maior transparência nas atividades de fiscalização e maior efetividade na utilização dos recursos. Através da modernização e reestruturação da SUBVISA, busca-se a capacitação dos recursos humanos, o ajuste da frota de veículos para fiscalização e do quadro técnico, associado ao uso eficiente dos mesmos.

A “Vigilância e Controle do Risco Sanitário” abrange ainda o desenvolvimento e elevação do nível de maturidade do Sistema de Informação existente na SUBVISA, o SISVISA. Tal movimento apresenta-se imperativo, a fim de permitir o suporte no gerenciamento das informações pertinentes a Vigilância. Seu desenvolvimento permitirá seu funcionamento como facilitador na coleta, armazenamento e utilização das mesmas como ferramenta para sustentar a tomada de decisão nos processos desta esfera. E a integração com os demais sistemas da Prefeitura também representará um ganho significativo para a prestação de serviços à população.

Resultados Esperados

Com os esforços realizados nesta iniciativa, a Vigilância Sanitária alcançará um patamar de eficiência que se refletirá em todas as suas ações, melhorando a capacidade de resposta do órgão às demandas e necessidades da população.

O aumento e a intensificação da fiscalização nos estabelecimentos permitirá que melhores condições de saúde e segurança sejam garantidas, contribuindo para redução dos riscos sanitários.

Com a evolução do Sistema de Informação da SUBVISA, o tempo para emissão da licença dos estabelecimentos por auto-declaração poderá ser reduzido, promovendo facilidade e agilidade do processo.

Alinhamento com Metas

- Aumentar o número de atividades de fiscalização da vigilância sanitária em 100%, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Intensificar a fiscalização.
- Reformar e modernizar o Laboratório da Vigilância Sanitária
- Aprimorar o SISVISA

Indicadores:

- Tempo de licenciamento dos estabelecimentos
- Percentual de Cobertura vacinal anti-rábica
- Percentual de servidores de fiscalização capacitados no SISVISA
- Número total de ensaios realizados pelo laboratório de Controle de Produtos nas amostras coletadas
- Relação das empresas cadastradas no SISVISA em relação ao total das empresas cadastradas no SINAIE
- Percentual das avaliações de cursos externos para o setor regulado realizados pela SUBVISA com resultado “Muito bom” e “Bom”



Situação Atual

A Cidade Maravilhosa convive com dilemas e contradições históricas, que são evidenciados pelos profundos contrastes socioeconômicos revelados por diferentes análises de indicadores sociais, apontando para um cenário marcado pela desigualdade social. Observa-se tal fato ao se analisar o Índice de Desenvolvimento Social-IDS da cidade por Regiões Administrativas- RAs, segundo dados do IPP, em que encontramos o melhor IDS na RA Lagoa (0,75) e o pior IDS na RA Guaratiba (0,51). Na análise desagregada por bairro, verificamos o melhor IDS na Lagoa (0,80) e o pior em Grumari (0,31).

Como uma das facetas destas desigualdades, imigrantes, desempregados, egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico, entre outros, constituem uma enorme gama de pessoas vivendo o cotidiano das ruas. Ressalta-se ainda a presença dos chamados "trecheiros": pessoas que transitam de uma cidade a outra. Para atender essa manifestação da exclusão social, é necessário criar programas, projetos e serviços que visem a superação de violações, visando o fortalecimento da política de acolhimento que efetivamente promova o acesso e fortaleça as estratégias de reinserção social no município do Rio de Janeiro, de crianças e adolescentes, de jovens e adultos e de idosos. O aumento da oferta desses serviços e a diversificação das modalidades hoje existentes é fundamental para garantir a superação do estado de vulnerabilidade a que esse público está submetido. Ainda dentro do contexto de enfrentamento das múltiplas formas de exclusão social, o trabalho infantil (TI) constitui-se em uma das mais graves violações de direitos, comprometendo as potencialidades físicas e mentais da criança e do adolescente, limitando o direito de brincar, o direito a saúde, a educação e a convivência familiar e comunitária.

No Brasil existem 3,4 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos economicamente ativos e 131 mil famílias são chefiadas por crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos (IBGE, 2010).

No Estado do Rio de Janeiro existem cerca de 138.702 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (IBGE, 2010), sendo 24.445 de 10 a 13 anos, 33.084 de 14 a 15 anos, 81.173 de 16 a 17 anos.

Dados do PNAD 2014 apontam que entre 2012 e 2013 houve redução do TI na maioria das Unidades da Federação, enquanto no Rio de Janeiro houve aumento em 6,2 %. Dados do PNAD 2015 apontam que este percentual aumentou no ano de 2014 em todo o Brasil, principalmente na faixa etária de 5 a 13 anos - tal situação está associado ao desemprego da população adulta e ao crescimento do trabalhador por conta própria.

Descrição da Iniciativa

A "Proteção Social Especial" visa combater a exploração de crianças nas ruas pelos próprios pais ou por outros adultos e ainda ampliar e dar dignidade à rede estrutural de acolhimento de pessoas em situação de rua através de parcerias com instituições filantrópicas, de forma a aumentar o número de vagas em centros de acolhimento, recuperação ou reabilitação.

Para isso, estão previstas as seguintes ações:

- Apurar os dados na Ouvidoria, Conselho Tutelar, Delegacia da Infância, Órgãos Externos do Sistema de Garantia de Direitos que tutelam a proteção às crianças e aos adolescentes;
- Capacitar toda a rede de atendimento (CRAS, CREAS e Abrigos) para a identificação e encaminhamento de situações envolvendo a exploração infantil;
- Elaborar um Plano de Parceria com o Ministério Público e Conselho Tutelar para o combate à exploração de crianças nas ruas;
- Criar indicadores para identificação dos níveis de exploração infantil no âmbito do município;
- Apresentar diagnóstico dos locais/áreas com maior incidência de trabalho infantil na cidade;
- Realizar o levantamento dos dados para os diagnósticos do perfil da população abordada em situação de rua;
- Captar recursos para a ampliação e manutenção das vagas ofertadas a população que se encontra em situação de rua;
- Preparar e implantar Plano de Atendimento à População em Situação de Rua na cidade.

Resultados Esperados

- Prevenção de situações de risco das crianças e dos adolescentes, evitando a permanência nas ruas e a exposição a diversas situações de vulnerabilidade e de risco pessoal e social.
- Parceria no encaminhamento e acompanhamento dos casos de Trabalho Infantil.
- Ampliação da oferta de vagas para a população que se encontra em situação de rua.
- Melhoria da Infraestrutura de atendimento.

Alinhamento com Metas

- Ampliar para 4.000 vagas o serviço de acolhimento, recuperação ou reabilitação, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Ampliar as vagas do serviço de acolhimento, recuperação ou reabilitação
- Ampliar a proteção e o acompanhamento familiar no PAIF/PAEFI, das famílias em situação de trabalho infantil (tendo como referência o último dado apresentado pelo SIGAS/CADUNICO em 2016)

Indicadores:

- Percentual de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil
- Percentual de pessoas em situação de rua acolhidas na cidade do Rio de Janeiro



Situação Atual

A população feminina corresponde a 53,69% do total de habitantes do município, ou seja, 3.360.629 mulheres. O reconhecimento das desigualdades enfrentadas pela população feminina impõe traçar políticas públicas para reduzir práticas ofensivas e discriminatórias que atingem as mulheres como cidadãs de direitos, propondo práticas que resultem no acesso às informações, inclusão e autonomia, colocando a mulher como protagonista da sua própria história.

Dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres indicam que a violência doméstica continua disseminada em todo o país, mesmo depois de 10 anos de vigência da Lei Maria da Penha. A estatística destes dados mostra que de 2015 a 2016 houve um crescimento de 133% no volume de relatos de casos relacionados à referida lei. Além disso, é significativo o número de registros de denúncias de estupro, assédio sexual, inclusive contra meninas e adolescentes. Do total de 555 mil ligações recebidas pelo sistema "ligue 180", cerca de 12.2% se referiam à violência contra a Mulher, isto significa 67 mil casos.

O Estado do Rio de Janeiro está em sexto lugar nos registros de denúncias feitas pelo mencionado canal. Em números absolutos o maior volume de ligações vêm da cidade do Rio de Janeiro. A população feminina em condição de pobreza e de extrema pobreza, em casos de violência, é naturalmente a que demanda especial atenção do Estado, inclusive visando atender situações de urgência, tais como a de abrigo em cumprimento a Lei Maria da Penha.

Além do programa específico de combate à violência, faz-se necessário implementar ações voltadas à consolidação da cidadania das mulheres através da oferta de serviços, do apoio ao processo interno de empoderamento feminino e da autoestima. O foco no atendimento da população feminina em estado de pobreza e de extrema pobreza se ampara em dados registrados pelo Programa de Transferência de Renda da SMASDH: das 236.290 (06/2017) famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (renda per capita de até R\$ 140,00/mês), aproximadamente 90% estão representadas por mulheres na condição de chefes de família, bem como 97% das 106.297 (02/2017) famílias que recebem renda complementar ao Programa através do Cartão Família Carioca apresentam a mesma condição.

Tanto no combate à violência, quanto no fortalecimento da cidadania das mulheres, é primordial a implementação de ações com ênfase na educação, na informação, na difusão de conhecimentos, no apoio, na proteção e prevenção das condutas que impedem o exercício de direitos das cidadãs.

Descrição da Iniciativa

A "Atenção à Mulher" prevê as seguintes ações:

- Ampliar as atividades do Centro de Atendimento à Mulher - CEAM para a Zona Oeste e Zona Norte, utilizando as estruturas das Casas Dinah Coutinho e Tia Doca, integrantes do projeto Casa da Mulher Carioca, com o objetivo de promover ações de prevenção e combate à violência contra a Mulher;
- Implantar o atendimento especializado à Mulher em 24 CRAS e 21 CREAS/Abrigos;
- Realizar reuniões com o I Juizado de Violência Doméstica e familiar contra a Mulher;
- Celebrar parceria com a Sociedade Civil na modalidade de Colaboração para a implantação de 3 Casas da Mulher Carioca;
- Implantar os serviços itinerantes nas unidades públicas de assistência social;

Resultados Esperados

- Redução da violência contra à Mulher e difusão de conhecimentos visando o empoderamento e o fortalecimento da cidadania das Mulheres.

Alinhamento com Metas

- Triplicar o atendimento da Mulher vítima de Violência, tendo como ano de referência dezembro de 2016, ampliando o Centro de Atendimento à Mulher - CEAM para zona oeste e zona norte, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Ampliar as atividades do Centro de Atendimento à Mulher - CEAM para a Zona Oeste e Zona Norte
- Implantar o atendimento especializado à Mulher em 24 CRAS e 21 CREAS/Abrigos
- implantar 3 Casas da Mulher Carioca

Indicadores:

- Número de Mulheres atendidas
- Nº de palestras / Grupos reflexivos ofertados às mulheres na Rede da Assistência Social
- Número de Casas da Mulher Carioca inauguradas
- Número de CRAS e CREAS/Abrigos com atendimento especializado à Mulher implantado



Situação Atual

A Prefeitura vem investindo na primeira infância, buscando disponibilizar serviços para crianças de 0 a 6 anos e suas famílias que permitam equiparar oportunidades de desenvolvimento infantil e prevenir algumas das causas estruturais da pobreza. Nota-se um incremento em qualidade de vida para a população, trazido por políticas realizadas pelas Secretarias de Saúde (SMS), Educação (SME) e Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH), como por exemplo a Expansão da Estratégia de Saúde da Família. Também foram disponibilizados os serviços de Proteção Social Básica e Especial e, ainda, foram consideradas as famílias em situação vulnerável, beneficiando-se do Cartão Família Carioca. Além disso, foram criadas novas vagas na Educação Infantil.

É clara a importância de ações intersetoriais entre diferentes órgãos da Prefeitura, como aconteceu com o Programa Saúde na Escola e com o Comitê de Erradicação do Sub-registro Civil, que terão continuidade. De forma complementar, deve ser desenhado um programa integrado entre as três secretarias para que as ações sejam interligadas e, assim, tenham seus resultados potencializados.

Descrição da Iniciativa

A Primeira Infância, período da vida da criança que abrange a idade de 0 a 6 anos, foi definido como crítico para o desenvolvimento do cidadão. Por isso, é essencial que os serviços para esse público e suas famílias sejam disponibilizados de forma consistente, garantindo que haja igualdade de oportunidade de desenvolvimento das crianças e ajudando a evitar as causas estruturais da pobreza.

É primordial a integração entre as ações das três secretarias - Saúde, Educação e Assistência Social e Direitos Humanos -, que devem acompanhar o desenvolvimento da criança desde o pré-natal da gestante até o desenvolvimento da criança até 6 anos, incluindo sua família, e criando condições igualitárias de oportunidades e desenvolvimento. Essa articulação entre secretarias deve ser consistente e ter foco na busca de igualdade social

Para cumprimento do Programa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Gestão do programa: Plano de Governança; Sistema de Informações Integrado de Monitoramento do Desenvolvimento Infantil e acompanhamento familiar;
- Protocolo Único Integrado de serviços: Mapeamento dos equipamentos de atendimento das três secretarias e Integração dos serviços voltados para a Primeira Infância; Plano de Desenvolvimento Infantil Individualizado (PDI); Plano de Acompanhamento Familiar (PAF);
- Qualificação dos serviços ofertados nas três áreas: Modelos alternativos de atendimento integrados; Ampliação de RH na SMASDH para atuarem na Proteção Social Básica, referenciadas aos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) do território;
- Comunicação: Plano de comunicação interno e externo; Programa de Educação Massiva;
- Capacitação de equipes;
- Implementação do programa: Piloto; Expansão para demais áreas ESF;
- Avaliação e monitoramento do programa.

Resultados Esperados

- Ter todas as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, nas áreas cobertas pela Estratégia de Saúde da Família, com seu desenvolvimento infantil acompanhado, de acordo com os marcos da caderneta da criança e suas famílias bem informadas e acompanhadas.

Alinhamento com Metas

- Ter 90% das crianças de 0 a 6 anos cadastrada na Estratégia de Saúde da Família (ficha A), com protocolo único intersetorial cumprido, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Protocolo Único Intersetorial, incluindo o PDI e o PAF
- Monitoramento de desenvolvimento infantil e do acompanhamento familiar

Indicadores:

- Percentual de crianças com a caderneta atualizada e digitalizada
- Percentual de crianças com avaliação do Desenvolvimento segundo os marcos da caderneta e registrados
- Percentual de crianças com PDI elaborado
- Percentual de crianças atendidas em conformidade com o seu PDI
- Percentual de famílias em situação de vulnerabilidade social PAF elaborado
- Percentual de famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas em conformidade com seu PAF



Situação Atual

De acordo com os dados do Censo Demográfico IBGE/2010, cerca de 2,8% da população vive em situação de extrema pobreza e estas marcas das desigualdades estão evidenciadas nos contrastes socioeconômicos revelados por diferentes análises de indicadores sociais. A Prefeitura do Rio de Janeiro vem investindo bastante nos últimos anos em políticas sociais, no entanto, algumas famílias estão em situação de tamanha vulnerabilidade que têm dificuldade de acesso às políticas.

O olhar sobre uma cidade, como um todo, não garante o que de fato precisamos. É preciso uma lupa para olhar cada espaço da cidade. Para isso foi desenvolvido pelo IPP um índice de desenvolvimento social (IDS) para os cerca de 12 mil setores censitários da cidade (IBGE), que é a menor desagregação do território. Com este olhar micro foram definidos quais os territórios que teriam que ser priorizados nas políticas sociais da Prefeitura. Foram identificados para fazer parte da primeira onda do projeto 180 territórios com aproximadamente 30 mil domicílios e 91 mil pessoas. O IDS médio da cidade do Rio de Janeiro é 0,60. O foco do projeto está nos territórios com IDS médio entre 0,22 e 0,39.

Descrição da Iniciativa

O Programa “Territórios Sociais”, através de ações integradas e multissetoriais, tem por objetivo a diminuição do risco social das famílias moradoras dos 180 setores censitários do IBGE com o menor índice de desenvolvimento social e a superação da vulnerabilidade destas famílias. Além disso, visa trazer para os cadastros e programas sociais da Prefeitura as famílias que ainda estão invisíveis para o sistema de atendimento.

As ações desenvolvidas atenderão um protocolo e serão as seguintes:

- Gestão do Programa: Mapear os territórios que serão trabalhados pelo programa; Aplicar questionário PNUD e classificar o risco familiar para selecionar as famílias que deverão ser incluídas no programa; Realizar monitoramento e avaliação de impacto do programa;
- Assistência Social: Providenciar documentação civil; Incluir no CadÚnico; Incluir as famílias nos serviços socioassistenciais; Construir o Plano de Acompanhamento Familiar/PAS;
- Saúde: Realizar visita domiciliar em todo o território com o objetivo de atualizar o cadastramento das famílias nas unidades de atenção primária de referência, garantindo a equidade e a ampliação do acesso; Monitorar a continuidade do cuidado em saúde das famílias de risco;
- Educação: Matricular crianças e adolescentes identificados pelo Programa em escolas da Rede; Incluir identificação das crianças e adolescentes no SGA – Sistema de Gestão Acadêmica, para monitoramento do progresso dos alunos; Definir um tutor em cada escola; Desenvolver estratégias para inserção de alunos em atividades de contraturno relacionadas à esporte e a cultura;
- Desenvolvimento, Emprego e Inovação: Gerar empregos; Intermediar mão de obra; Iniciar para o mundo do trabalho; Qualificar e formar profissionais.

Resultados Esperados

- Diminuir o risco familiar e a vulnerabilidade social para as famílias atendidas pelo programa e tirar da invisibilidade as famílias que ainda não são atendidas pela Prefeitura.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Monitoramento e avaliação de impacto do Programa
- Inclusão das famílias em serviços socioassistenciais
- Equidade e ampliação do acesso à atenção primária
- Acesso à educação
- Aumento da empregabilidade

Indicadores:

- Formulários curtos aplicados
- Formulários longos aplicados

Alinhamento com Metas

- Reduzir o risco social em 95% das famílias em situação de extrema pobreza, dos 180 territórios da Cidade (setores censitários do IBGE), até 2020.



Situação Atual

No município do Rio de Janeiro, segundo o Censo de 2010, cerca de 2 milhões de pessoas apresentam alguma deficiência ou dificuldade sensorial (auditiva/visual), motora, intelectual e/ou mental. Nesse cenário, além das pessoas com deficiência, encontram-se aquelas com mobilidade reduzida, como os idosos, gestantes e outros, que da mesma forma demandam políticas e serviços em todas as áreas e esferas de governo. A Subsecretaria da Pessoa com Deficiência (SUBPD) possui cerca de 1.559 usuários com deficiência matriculados nos seis Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência (CMRPDs).

A ampliação dos Centros de Referência da Pessoa com Deficiência em outras regiões do município torna-se relevante devido ao aumento de demanda justificado pelos novos diagnósticos de pessoas com deficiência, inclusive novos casos de autismos, pela situação social da nossa cidade (deficiências adquiridas por violência urbana, doenças crônicas e etc) e pelo próprio envelhecimento populacional. Atualmente, o autismo tem a maior fila de espera dos seis Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência (CMRPD) da cidade, aproximadamente 40% do total da fila, e este número aumenta progressivamente. Atualmente, o município do Rio de Janeiro apresenta 95.571 pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A atuação do município em políticas, serviços e projetos especializados para as pessoas com deficiência e suas famílias, o autismo em especial, é fundamental no desenvolvimento de uma cidade inclusiva e que garanta igualdade de acesso e oportunidades para todos. Estender os atendimentos dos Centros para outras áreas da cidade é oportunizar serviços especializados e qualificados para este segmento da população.

Descrição da Iniciativa

O “Rio Inclusivo” busca implantar dois Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência:

- 1 Centro Especializado Municipal de Autismo – CEMA, no Centro, com capacidade de acompanhamento de 400 pessoas, realizando atendimentos direcionados aos usuários com espectro de autismo, oferecendo Centro de Estudos, Pesquisas e Informações, Atendimentos nas áreas de Reabilitação, Cultura, Esporte e Trabalho.
- 1 Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência, na zona oeste, com capacidade de acompanhamento de 500 pessoas.

Resultados Esperados

- Melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias e aumentar a inclusão e valorização da diversidade humana.

Alinhamento com Metas

- Implantar 2 novos Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência, sendo um voltado para o Autismo, tendo como foco a zona oeste e o centro, até 2018.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Implantação do Centro Especializado Municipal de Autismo – CEMA, no Centro
- Implantação do Centro Municipal de Referência da Pessoa com Deficiência, na zona oeste

Indicadores:

- CEMA – número de pessoas atendidas
- CEMA – número de estudos e pesquisas
- CEMA – número de pessoas capacitadas
- CMRPD – número de pessoas atendidas



Situação Atual

A Prefeitura é signatária de importantes documentos voltados à proteção dos Direitos Humanos e Sociais entre eles: Cidade Acessível e Direitos Humanos (2010), Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica (2013), Programa Brasil Sem Miséria (2012), Programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola (2013), Plena Garantia dos Direitos da Infância e da Juventude no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (2015). O Brasil, por outro lado, é signatário de importantes documentos internacionais de Direitos Humanos, entre os quais: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1979), Convenção sobre Direitos da Criança (1989), Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2008). A equidade e o respeito à diversidade são elementos basilares para a efetivação dos Direitos Humanos, exigindo que o poder público ponha em prática um conjunto de estratégias para corrigir desigualdades e efeitos diretos e indiretos de práticas discriminatórias que incidem no indivíduo ou em grupos por razão de raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual, dentre outros. Neste sentido, é importante contar com mecanismos e ferramentas de consolidação de uma Política de Direitos Humanos através da implementação do I Plano Municipal de Direitos Humanos da cidade do Rio de Janeiro reconhecendo publicamente instituições governamentais e não governamentais que efetivem o mesmo.

Descrição da Iniciativa

“Pelos Direitos Humanos” conta com as seguintes ações/projetos:

- Campanha de Direitos Humanos: Campanha informativa e de sensibilização que perpassará todas as ações do Programa, se configurando em ferramenta que construirá o elo entre os projetos, somando-os. Pretende-se que anualmente seja elencada uma temática que sirva de diretriz para a campanha e todas as demais ações que compõem o Programa.
- Núcleos de Direitos Humanos: Criação e manutenção de 05 núcleos em Direitos Humanos regionalizados, divididos nas 05 áreas de planejamento da cidade, que promovam o diálogo permanente sobre Direitos Humanos, propiciando uma análise da realidade local à luz dos temas preconizados como fundamentais para a garantia de políticas de Direitos Humanos, bem como estabelecer articulação com as políticas setoriais, com base nas orientações contidas na Constituição Federal, nos Tratados Internacionais, além do Plano Nacional de direitos Humanos – PNDH-3 e do Plano Municipal de Direitos Humanos – PMDH.
- Selo de Direitos Humanos: Mecanismo de identificação e reconhecimento públicos de Boas Práticas em Direitos Humanos, realizadas por órgãos governamentais e não governamentais no âmbito do município do Rio de Janeiro, que executem o que está preconizado no I PMDH. As instituições deverão comprometer-se a planejar, desenvolver e comprovar ações que objetivem a promoção, defesa e reparação em Direitos Humanos dos grupos historicamente mais vulneráveis e à defesa dos Direitos Humanos dos demais segmentos e grupos da população.
- Festival de Direitos Humanos: Estratégia de incentivo e ampliação ao debate sobre Direitos Humanos no município, aproximando a população com o tema e dando maior visibilidade ao dia internacional de Direitos Humanos, em todo 10 de dezembro. Pretende-se que, em sua primeira edição, o Festival Rio+Humano seja uma culminância dos projetos que compõem o Programa.
- Oficinas de Direitos Humanos: Oficinas de sensibilização aos gestores e servidores públicos, com destaque aos agentes de segurança pública municipal, com vistas à introdução do debate sobre Direitos Humanos, proporcionando um ambiente favorável à reflexão sobre os modelos de gestão adotados e a sua articulação com as diretrizes municipais e nacionais de Direitos Humanos.
- Vivências em Direitos Humanos: Encontros de experimentação de vivências de temas relacionados aos Direitos Humanos, através de atividades lúdicas, com vistas a ampliação dos significados e construção de conceitos próprios sobre a matéria, assim como estímulo a capacidade de análise reflexiva sobre a percepção do seu dia a dia.

Resultados Esperados

- Fomentar a promoção, discussão, garantia e defesa dos Direitos Humanos.
- Possibilitar que as pessoas tenham acesso à informação de como identificar e enfrentar as violações aos Direitos Humanos, bem como de compreender o papel de cada um na construção de uma Cultura da Paz, com vistas a uma convivência cidadã.
- Estimular a promoção e proteção dos Direitos Humanos, através da incorporação destes conceitos às ações públicas.
- Aproximar os gestores públicos, o corpo técnico dos órgãos municipais da Prefeitura do Rio de Janeiro e os profissionais da segurança pública municipal da discussão sobre os Direitos Humanos nas políticas públicas.
- Reconhecer publicamente boas práticas em direitos Humanos.
- Sensibilizar adolescentes, jovens e idosos, a partir da realização de vivências com temas correlatos aos Direitos Humanos, com estímulo do engajamento dos participantes em ações de promoção dos Direitos Humanos.

Alinhamento com Metas

- Instituir o Selo de Direitos Humanos na cidade do Rio de Janeiro e ter 25 instituições com a chancela do Selo, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Campanha de Direitos Humanos
- Núcleos de Direitos Humanos
- Selo de Direitos Humanos
- Festival de Direitos Humanos
- Oficinas de Direitos Humanos
- Vivências em Direitos Humanos

Indicadores:

- Número de gestores municipais capacitados nas Oficinas de Direitos Humanos
- Número de pessoas beneficiadas nos projetos implantados das instituições participantes
- Número de pessoas atendidas pelos Núcleos de Direitos Humanos
- Número de pessoas participantes dos Grupos de Vivências em Direitos Humanos
- Número de atividades artísticas, culturais e esportivas contidas na grade do festival



Situação Atual

A Prefeitura, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, com objetivo de seguir o desafio do Governo Federal pela superação da extrema pobreza, implementa em dezembro de 2010, um programa inovador em todo território nacional, que é o Cartão Família Carioca – CFC.

De acordo com estudos realizados pela Fundação Getúlio Vargas - FVG, no período de análise entre 2007 e 2015, "a taxa de pobreza cai de 3,9% da população carioca em 2007 para 1,43% em 2014. Uma queda de 63% no período ou 13,4% ao ano quase 5 vezes mais rápido que o proposto pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da ONU (50% em 25 anos). A partir da análise combinada da PNAD (2014) e PNAD contínua do IBGE (além dos registros administrativos do MDS e MPS), os resultados indicam que a pobreza do município do Rio continua a cair chegando a 1,34% em 2015 e 1,22% em meados de 2016. "Cabe ressaltar que nesse cenário de resultados positivos está inserido o CFC, ligado às prioridades do Plano Estratégico Municipal e vinculado a compromissos internacionais, como a Meta do Milênio da ONU.

O Município do Rio de Janeiro tem uma população de 6.323.037 habitantes (Censo 2010), aproximadamente 55% do total da população da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Deste universo, 21% encontra-se inserida na base do Cadastro Único - CadÚnico, onde 42% de famílias estão em situação de extrema pobreza (Ref. mai/17 - dados do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS).

Através do levantamento de informações da folha de pagamento do programa Bolsa Família (ref.junho/2017), observa-se que existem 173.952 famílias beneficiárias que se encontram no perfil de extrema pobreza (renda percapita familiar abaixo de R\$ 85,00). Dessas, 128.127 não são beneficiárias do CFC, o que indica que o programa ainda tem um grande percurso a avançar em direção ao combate à pobreza extrema, uma vez que ainda temos muitas famílias pobres não atendidas.

Descrição da Iniciativa

O programa "Cartão Família Carioca" - CFC configura-se como ação importante e necessária no cenário carioca, por ser um programa de transferência de renda complementar aos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família - PBF, sendo condicionado ao cumprimento de contrapartidas sociais, e se caracteriza como estratégia efetiva para melhoria da qualidade de vida das famílias que vivem em situação de extrema pobreza na cidade.

O programa tem como princípios: potencializar ações setoriais e de outros níveis de governo; maior atenção à primeira infância; busca dos mais pobres tratando os diferentes na medida de sua diferença; privilegiar a igualdade de oportunidades e a capacidade de geração de renda das famílias; preservar a liberdade nas escolhas individuais; estar vinculado a compromissos internacionais, como a Meta do Milênio da ONU.

Através de levantamento de informações da folha de pagamento do PBF (ref. junho/2017), observa-se que existem 173.952 famílias beneficiárias que se encontram no perfil de extrema pobreza (renda per capita familiar abaixo de R\$ 85,00). Dessas, 128.127 não são beneficiárias do CFC.

Como medidas corretivas, faz-se necessária a atualização da base de beneficiários do CFC, aliada à inclusão de novas famílias pobres e extremamente pobres do Cadastro Único do Governo Federal - CADÚNICO, que já acessam o PBF e têm o perfil para o CFC, a fim de alcançar novas famílias em vulnerabilidade na cidade. Além disso, é importante criar mecanismos para intensificar o acompanhamento social das famílias em descumprimento das condicionalidades, visando a manutenção do pagamento dos benefícios.

Resultados Esperados

- Propiciar maior igualdade de oportunidades para jovens e crianças.
- Incentivo à frequência escolar de alunos e participação dos pais na vida escolar de seus filhos.
- Redução dos atuais níveis de pobreza e indigência da cidade.
- Aumento do acompanhamento do público específico no atendimento de Saúde, contribuindo para a redução dos atuais níveis de mortalidade infantil.

Alinhamento com Metas

- Ampliar em 50% o quantitativo de famílias beneficiárias do programa Cartão Família Carioca, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Atualizar a base de beneficiários do CFC
- Incluir novas famílias pobres e extremamente pobres do CADÚNICO

Indicadores:

- Percentual de famílias do CFC em situação de extrema pobreza segundo perfil PBF (renda per capita de até R\$ 85,00)
- Percentual de pagamento das famílias beneficiárias do programa CFC



Situação Atual

No município do Rio de Janeiro, o processo de envelhecimento vem ocorrendo de forma intensa, sendo o percentual de idosos 14,89%, superior à média nacional, que é de 10,79% (IBGE 2010), posicionando o município em 2º lugar no Brasil, com um total de 940.851 idosos, tanto em números relativos como absolutos. As consequências do crescente número de idosos implicam em aumento por demandas sociais e passam a representar um grande desafio político, social e econômico. A legislação vigente, tais como a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94) e o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), preconizam que é na família e na comunidade que a pessoa idosa deve permanecer. Atualmente, com as mudanças ocorridas na estrutura familiar, tem sido difícil garantir esse direito. Diante deste cenário, o Estado deve responder com políticas públicas eficientes e eficazes. Nesse sentido, a Prefeitura propõe a modalidade de atendimento que visa evitar a institucionalização através da iniciativa “Idoso em Casa”, que tem o objetivo de orientar e acompanhar a família ou responsáveis (cuidadores informais), proporcionando cuidado ao idoso independente (grau I), semidependente (grau II), dependente (grau III) (RDC 283/2005) e condições de vida mais digna.

Descrição da Iniciativa

O “Idoso Carioca” atenderá a 2.000 idosos com idade igual ou superior a 60 anos, através de ampliação de benefício de Transferência de Renda e Cuidador Social, visando a assistência no domicílio, garantindo a manutenção da autonomia, independência e melhoria da qualidade de vida, bem como a preservação dos vínculos familiares e a integração comunitária.

Resultados Esperados

- Manter o idoso no domicílio e na comunidade, fortalecendo os vínculos familiares de modo a evitar a institucionalização e atuar na prevenção e promoção da qualidade de vida através dos cuidados.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Transferência de renda
- Cuidador Social

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em idosos a partir 60 anos
- Número de idosos acompanhados por Cuidador Social

Alinhamento com Metas

- Quintuplicar o número de idosos, com idade igual ou superior a 60 anos, no Programa Complementar de Transferência de Renda, até 2020.



Situação Atual

Os Restaurantes Populares eram mantidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e foram fechados em 2016. Tendo em vista sua extrema importância, já que contribuem para que a população em situação de vulnerabilidade social tenha uma vida mais digna e acesso a uma alimentação saudável, com condições de higiene adequadas, a Prefeitura garantirá a continuidade do atendimento à população.

De modo geral, os restaurantes populares encontram-se deteriorados. A Prefeitura do Rio de Janeiro fará a reforma das unidades de Bangu, Bonsucesso, Campo Grande, Cidade de Deus, Madureira e Méier e a compra de mobiliário, abrindo novamente os restaurantes à população.

Descrição da Iniciativa

Os “Restaurantes Populares” oferecerão refeições (café da manhã e almoço), originadas de processos seguros, mantendo-se o equilíbrio entre os nutrientes, em local confortável e de fácil acesso, destinadas preferencialmente ao público em estado de insegurança alimentar e aos trabalhadores.

Resultados Esperados

- Melhoria da qualidade de vida da população em estado de insegurança alimentar e dos trabalhadores.

Alinhamento com Metas

- Fornecer 3 milhões de refeições entre almoço e café da manhã nos Restaurantes Populares, anualmente, a partir de 2018.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Restaurantes Populares

Indicadores:

- Restaurantes populares municipalizados
- Quantidade de cafés da manhã fornecidos
- Quantidade de almoços fornecidos



DIRETRIZES

- ❖ Garantir um Sistema Educacional inclusivo, com qualidade e equidade em todas as regiões da cidade.
- ❖ Desenvolver uma educação voltada para a promoção da cultura de paz, da justiça social e da sustentabilidade.
- ❖ Garantir o acesso e a permanência de todas as crianças e jovens no Sistema Público de Educação, evitando a evasão e reduzindo o índice de repetência, com a redução da distorção idade/série.
- ❖ Combater o analfabetismo funcional, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, bem como da população em geral.
- ❖ Garantir proteção integral à Primeira Infância.
- ❖ Difundir o esporte amador e a atividade física nas Vilas Olímpicas e nos espaços públicos por uma vida saudável.
- ❖ Garantir o fomento do esporte profissional como vocação da cidade e promover o treinamento e a capacitação de alto rendimento.
- ❖ Incorporar o legado olímpico e fortalecer a vocação esportiva do turismo na cidade.
- ❖ Garantir a democratização e a disseminação da oferta de bens e serviços culturais, e valorizar a rede de equipamentos culturais já existente.
- ❖ Zelar pela preservação da memória coletiva da cidade e da cidadania ativa, estimulando o patrimônio histórico, as identidades e as diversidades locais.
- ❖ Estimular as atividades culturais criativas, especialmente o teatro amador, nas escolas.
- ❖ Fortalecer o polo audio-visual e o festival internacional de cinema (FEST RIO) como evento internacional do calendário cultural da cidade.
- ❖ Fortalecer a agenda cultural dentro do calendário de turismo .

M29: Criar 40 mil vagas em creche até 2020.

M30: Criar 15 mil vagas em pré-escola até 2020.

M31: Expandir para 45% o percentual de matrículas em tempo integral na Rede Pública Municipal até 2020.

M32: Reduzir o percentual de distorção idade-série da Rede em 20% dos Anos Finais até 2020.

M33: Reduzir o percentual de distorção idade-série da Rede em 35% dos Anos Iniciais até 2020.

M34: Garantir que todos os alunos ao final do 2º Ano estejam no nível adequado em Leitura, Escrita e Matemática em 2020.

M35: Reduzir a reprovação por frequência no 1º e 2º ano pela metade até 2020.

M36: Ter o IDEB da Rede Pública Municipal igual ou superior a 6,1 para os Anos Iniciais, e nenhuma escola com IDEB abaixo de 4,0 até 2019.

M37: Ter o IDEB da Rede Pública Municipal igual ou superior a 5,5 para os Anos Finais, e nenhuma escola com IDEB abaixo de 3,6 até 2019.

M38: Ter, até 2020, em 100% das Escolas da Rede Municipal atividades voltadas para o fortalecimento do aluno como protagonista da paz.

M39: Ter 20 atletas de excelência oriundos dos Polos Regionais treinados nos Polos de Excelência, até 2020.

M40: Inaugurar a sede principal do Museu da Escravidão e da Liberdade em 2020.

M41: Revitalizar 50% dos equipamentos culturais do município qualificados segundo parâmetros de excelência em programação, acessibilidade, diversidade, segurança, sustentabilidade e infraestrutura até 2020.

M42: Implantar Programa Vale-Cultura até 2020.

CARIOQUINHAS NAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

Situação Atual

É crescente a demanda por educação de crianças até 5 anos e 11 meses em creche e pré-escola.

A legislação brasileira aponta nesse sentido. Em 2017, foi identificada uma demanda de 40 mil vagas para creche e 15 mil vagas para pré-escola.

Para ampliar o atendimento, faz-se necessário otimizar a ocupação em equipamentos já existentes e construir novas unidades.

Descrição da Iniciativa

“Carioquinhas nas Creches e Pré-Escolas” consiste na criação de 40 mil novas vagas em creche e 15 mil novas vagas em pré-escolas, por meio de parceria público-privada e otimização da infraestrutura existente.

Para a definição de demanda por vagas em Educação Infantil nas diferentes regiões da cidade, será realizado um estudo, em parceria com o Instituto Pereira Passos.

A parceria público-privada contemplará investimentos para a construção e manutenção das unidades escolares.

Resultados Esperados

- Universalizar o atendimento da pré-escola.
- Atender à demanda por creche.

Alinhamento com Metas

- Criar 40 mil vagas em creche até 2020.
- Criar 15 mil vagas em pré-escola até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Vagas em creches
- Vagas em pré-escola

Indicadores:

- Capacidade de atendimento em creches da Rede Pública Municipal
- Número de matrículas em creches da Rede Pública Municipal
- Taxa de ocupação das vagas em creches da Rede Pública Municipal
- Capacidade de atendimento em pré-escolas da Rede Pública Municipal
- Número de matrículas em pré-escolas da Rede Pública Municipal
- Taxa de ocupação das vagas em pré-escolas da Rede Pública Municipal



Situação Atual

O ensino em tempo integral vem sendo ampliado na Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro.

No início de 2017, 33,7% das matrículas do ensino regular eram em tempo integral de no mínimo 7 horas.

Além da ampliação da jornada escolar, foram desenvolvidos currículos adequados para cada etapa do desenvolvimento da criança e do adolescente e projetos arquitetônicos para atender a suas especificidades e necessidades.

Descrição da Iniciativa

“Rio Escola Integral” visa expandir o Ensino em Tempo Integral para 45% dos alunos da Rede Municipal, garantindo um currículo e aprendizagem adequados, atrativos e inovadores para cada etapa de seu desenvolvimento, a partir das seguintes linhas de ação:

- Reorganização das unidades existentes em Espaço de Desenvolvimento Infantil - EDI (creche e pré-escola), Primário e Ginásio;
- Territorialização da oferta de atendimento por micro áreas;
- Expansão do tempo integral na Rede Municipal do Ensino do Rio de Janeiro com a otimização das vagas, reforma e construção de unidades escolares;
- Consolidação do modelo de educação integral atrativo, de forma a reduzir a reprovação e o abandono, potencializando a aprendizagem dos alunos.

Resultados Esperados

- Ter 45% dos de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal matriculados em Tempo Integral até 2020.
- Ter oferta de todos os segmentos de acordo com as micro áreas de planejamento da educação.
- Ter um currículo adequado para cada etapa do desenvolvimento da criança e do adolescente mais atrativo e inovador para os alunos, reduzindo a reprovação e o abandono e potencializando a aprendizagem dos alunos.

Alinhamento com Metas

- Expandir para 45% o percentual de matrículas em tempo integral na Rede Pública Municipal, até 2020;
- Reduzir o percentual de distorção idade-série da Rede em 20% dos Anos Finais, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Expansão do Tempo Integral
- Territorialização por micro áreas

Indicadores:

- Percentual de matrículas da Educação Infantil em tempo integral na Rede Pública Municipal
- Percentual de matrículas dos Anos Iniciais em tempo integral na Rede Pública Municipal
- Percentual de matrículas dos Anos Finais em tempo integral na Rede Pública Municipal



Situação Atual

A alfabetização ainda é o principal desafio para a Rede Pública Municipal do Rio de Janeiro, considerando que, ao final do terceiro ano, ainda temos 30,3% de alunos em níveis de leitura abaixo do adequado para essa etapa de escolarização, apesar de nos últimos anos o percentual de alunos no nível adequado proficiente e avançado de alfabetização ao final do 1º ano do Ensino Fundamental ter alcançado 89,4%.

Nesse sentido, é necessário centrar esforços em um programa de alfabetização de modo a garantir aos alunos um processo contínuo para a consolidação da aprendizagem da leitura e escrita e da matemática, ao final do 2º ano.

Descrição da Iniciativa

“AlfabetizAção” visa garantir um nível adequado de aprendizagem aos alunos durante o processo de alfabetização, para que todos concluam o 2º Ano do Ensino Fundamental plenamente alfabetizados, através das linhas de ação:

- Constituição de um grupo de professores alfabetizadores de excelência para as turmas do ciclo de alfabetização;
- Definição de critérios e de instrumentos de avaliação e monitoramento dos resultados para cada ano, garantindo um fluxo de aprendizagem contínuo e integrado durante o processo de alfabetização;
- Implementação de um modelo de acompanhamento com definição de rotinas e procedimentos que subsidiem o direcionamento estratégico das ações;
- Produção e revisão de materiais pedagógicos específicos para a alfabetização segundo as necessidades apontadas pela Rede.

Resultados Esperados

- Todas as crianças matriculadas na Rede Pública Municipal de Educação seguindo um fluxo contínuo de aprendizagem adequada, em cada ano, e concluindo o 2º Ano do Ensino Fundamental plenamente alfabetizadas.

Alinhamento com Metas

- Reduzir o percentual de distorção idade-série da Rede em 35% dos Anos Iniciais, até 2020;
- Reduzir a reprovação por frequência no 1º e 2º ano em 50%, até 2020;
- Garantir que todos os alunos ao final do 2º Ano estejam no nível adequado em Leitura, Escrita e Matemática em 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Formação de professores alfabetizadores
- Definição de instrumentos de avaliação e monitoramento
- Produção de material pedagógico específico

Indicadores:

- Percentual de professores formados do total de professores regentes de turmas do ciclo de alfabetização



Situação Atual

O professor é a figura central e determinante para a aprendizagem dos alunos.

Sendo assim, faz-se necessário um investimento na profissionalização docente englobando as diferentes dimensões do magistério bem como as diferentes etapas da carreira do professor, dentre elas o ingresso na profissão, a formação do professor iniciante e as demais ações de formação continuada em serviço.

Descrição da Iniciativa

A proposta da “Formação de Professores” é avançar no delineamento de soluções inovadoras, possíveis e necessárias para qualificar cada vez mais a carreira do magistério na Rede Pública Municipal de Educação, valorizando em especial a equipe gestora das escolas.

A iniciativa contemplará as seguintes linhas de ação:

- Articulação com as universidades para potencializar a integração da formação acadêmica com a prática docente no período de estágio;
- Implantação de programa de formação para professores durante o estágio probatório;
- Implantação de programa de pós-graduação para os professores da Rede em parceria com Universidades;
- Aperfeiçoamento do programa de formação continuada, valorizando os talentos da Rede e as metodologias de ensino desenvolvidas.

Resultados Esperados

- Aperfeiçoamento do sistema de seleção e de ingresso de professores na Rede Pública Municipal.
- Acompanhamento da formação do professor desde o seu ingresso na Rede e ao longo de toda a sua carreira.

Alinhamento com Metas

- Ter o IDEB da Rede Pública Municipal igual ou superior a 6,1 para os Anos Iniciais, e nenhuma escola com IDEB abaixo de 4,0, até 2019.
- Ter o IDEB da Rede Pública Municipal igual ou superior a 5,5 para os Anos Finais, e nenhuma escola com IDEB abaixo de 3,6, até 2019.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Implantação de programa de formação de professores em estágio probatório
- Implantação de programa de pós-graduação

Indicadores:

- Percentual de professores no 1º ano de regência em formação ou formados
- Percentual de professores no 2º ano de regência em formação ou formados
- Percentual de professores no 3º ano de regência em formação ou formados
- Número de novas matrículas de professores em pós-graduação específica para professores da Rede



Situação Atual

Hoje, os alunos da Rede Municipal de Educação ainda convivem com diferentes formas de violência, seja no ambiente escolar, no território em que vivem ou até mesmo na própria família.

Assim, torna-se fundamental buscar meios para reverter esse quadro através de práticas construídas em conjunto com os próprios alunos e suas famílias para a promoção de um ambiente de paz e civilidade.

Descrição da Iniciativa

“Escolas para um Rio de Paz” consiste na implantação de ações que visam, através de práticas inovadoras e do envolvimento da família e da comunidade local, transmitir valores aos alunos e construir um Rio de paz.

As principais ações são:

- Evento de lançamento do projeto com a participação de alunos das escolas da Rede;
- Desenvolvimento de práticas escolares idealizadas pelos próprios alunos envolvendo temas como violência, violência doméstica, bullying, racismo, fortalecimento da autoestima, cidadania, meio ambiente, alimentação saudável;
- Apoio aos alunos portadores de necessidades especiais e suas famílias;
- Apoio a formação de grêmios estudantis, incentivando maior participação dos alunos nas questões escolares e sociais;
- Formação de professores e assistentes sociais em metodologia específica, incluindo estratégias de resolução de conflitos;
- Oferta de atividades extracurriculares ligadas a esporte e cultura;
- Articulação da escola com a família e a comunidade local.

Resultados Esperados

- Valorização da relação entre escola, aluno, família e articulação com o seu território.
- Afirmação do aluno como propagador de práticas cidadãs e de paz.
- Fortalecimento da autoestima dos alunos.

Alinhamento com Metas

- Ter, até 2020, em 100% das Escolas da Rede Municipal atividades voltadas para o fortalecimento do aluno como protagonista da paz.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Práticas escolares cidadãs e de paz
- Apoio aos alunos e seus familiares
- Atividades extracurriculares ligadas a esporte e cultura

Indicadores:

- Percentual de escolas desenvolvendo atividades voltadas para o fortalecimento do aluno
- Número de atividades voltadas para o fortalecimento do aluno desenvolvidas
- Número de alunos e famílias envolvidas nas atividades desenvolvidas



Situação Atual

O projeto esportivo da cidade ganhou a importância merecida e passou a integrar a estratégia de políticas públicas desde que o Rio de Janeiro sonhou em sediar o maior evento esportivo do Mundo, os Jogos Olímpicos.

Como o Rio seria a primeira cidade da América Latina a sediar esse evento grandioso, muita expectativa se criou sobre o fato de que esse acontecimento deixaria um legado de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida da população da nossa cidade.

Nessa direção, as Vilas Olímpicas, equipamentos olímpicos e projetos esportivos e de lazer da Prefeitura são estratégicos e imprescindíveis para que o talento esportivo de nossos jovens tenha condições e oportunidades de atingir em plenitude o seu potencial. Com a falência dos clubes de bairro, que se notabilizaram como referência de esporte e lazer para a população de nossa cidade, a tarefa de descoberta e formação de atletas ficou restrita a iniciativas particulares de ONG's e projetos com apoio governamental.

Descrição da Iniciativa

O “TIME RIO” surge no cenário do esporte no Município do Rio de Janeiro como uma oportunidade para o desenvolvimento de novas estratégias de acesso aos esportes de alto rendimento. Ele tem como objetivo criar a Rede Municipal de Treinamento, inspirada na Rede Nacional de Treinamento, integrando os Projetos esportivos, Vilas Olímpicas, Ginásios Experimentais Olímpicos e outros equipamentos olímpicos Municipais, visando a descoberta e desenvolvimento de talentos esportivos, incluindo pessoas com deficiência.

Uma vez reconhecidos os talentos nos equipamentos espalhados pela cidade, estes serão direcionados aos Polos Regionais. Neles, os atletas reconhecidos como mais talentosos, serão direcionados para os Polos de Excelência: Arena Carioca 3 no Parque Olímpico da Barra e Parque Radical de Deodoro.

O desenvolvimento do projeto TIME RIO passa pela sistematização do trabalho e a implantação da Rede Municipal de Treinamento, através de plano de ação envolvendo a promoção de competições entre escolas de bairros e Vilas Olímpicas e do intercâmbio de experiências e informações junto a Confederações, Federações e Clubes.

Resultados Esperados

- Ter, organizada e sistematizada, uma rede de descoberta de talentos esportivos e de apoio aos jovens aptos para o esporte de alto rendimento, ampliando o interesse pela formação esportiva e democratizando o acesso aos meios de desenvolvimento de vocações.

Alinhamento com Metas

- Ter 20 atletas de excelência oriundos dos Polos Regionais treinados nos Polos de Excelência, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Vilas Olímpicas
- Polos Regionais
- Polos de Excelência

Indicadores:

- Número de alunos da Rede Municipal atendidos por Vila;
- Número de atletas atendidos por Vila
- Número de atletas atendidos por Polo Regional
- Número de atletas atendidos por Polo de Excelência
- Formação de equipes de rendimento em 3 esportes com Federações / Confederações parceiras



Situação Atual

Estudos mostram que quase metade de todos os africanos trazidos como escravos para as Américas vieram para o Brasil – cerca de 4,68 milhões. Destes, mais de 2 milhões desembarcaram no Rio de Janeiro.

Surpreendentemente, há uma sanitização desta memória no espaço urbano, e em nossa memória coletiva e na historiografia oficial. Mesmo que muitos locais de significado para a cultura afro-brasileira tenham sido memorializados na região do novo Porto do Rio, estas iniciativas não são suficientes para reconhecer os golpes profundos deferidos por quatro séculos de escravidão contra parte significativa de nossa sociedade, e cujas consequências perduram até hoje.

Se a escravidão foi abolida há mais de cem anos, muitos grilhões permanecem em nosso inconsciente coletivo.

Descrição da Iniciativa

Implantar o “Museu da Escravidão e da Liberdade” no Rio de Janeiro consiste na oportunidade de celebrar um Brasil culturalmente rico, valorizando as conquistas do povo negro e contribuições da cultura de matriz africana. É também uma oportunidade para se refletir profundamente sobre as influências de nosso passado escravocrata na situação de exclusão social em que vive boa parte dos afro-brasileiros e sobre o latente racismo que prevalece em nossa e em outras sociedades.

A região portuária do Rio possui um patrimônio cultural material e a memória do povo Negro destacados em diversos locais da região como a Pedra do Sal, o Cemitério dos Pretos Novos, os Jardins do Valongo, a Praça dos Estivadores, a Igreja de Santa Rita e a Igreja do Rosário dos Homens Pretos, entre outras localidades. A proposta da concepção do Museu segue a lógica de construção conjunta com a sociedade, usando como concepção os preceitos da nova museologia social, integrando os diversos sítios representativos da história negra da formação da cidade.

Resultados Esperados

- Reconhecimento da importante contribuição da cultura africana na formação da cultura Brasileira.
- Valorização da cultura de Matriz Africana, reparação e combate ao racismo.
- Empoderamento do Negro e reparação através da participação direta na construção de políticas culturais na cidade e especificamente nos programas do Museu.
- Valorização do Patrimônio Cultural material e imaterial relacionado à Matriz Africana.
- Fortalecimento das Instituições de matriz africana através da criação de rede de comunicação do MEL e dos programas; de capacitação em sustentabilidade a partir do modelo que será adotado para o Museu.
- Geração de renda através do engajamento de instituições de matriz africana na execução dos programas do Museu.

Alinhamento com Metas

- Inaugurar a sede principal do Museu da Escravidão e da Liberdade em 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Inauguração do Museu da Escravidão e Liberdade

Indicadores:

- Projeto arquitetônico e de exposições contratados;
- Início das obras da sede do Museu
- Sede Principal aberta ao Público



Situação Atual

Nas últimas duas décadas, a Rede de Equipamentos Culturais do Município vem sendo objeto de intervenções que buscam não apenas melhorar aspectos da estrutura física, mas também ampliar a oferta e a qualidade de serviços culturais. Hoje ela é composta por 14 bibliotecas, 4 Museus, 4 Arenas, 3 Areninhas, 7 Lonas Culturais, 14 Centros Culturais e 12 Teatros que se encontram distribuídos em todas as Áreas de Planejamento – AP's.

Somente no ano de 2016, esta Rede recebeu um público de 7.231.504 pessoas, que participaram de 10.449 projetos, resultando em mais de 42.321 atividades.

A valorização desses espaços, com programação diversificada, se alinha ao objetivo de democratização do acesso à Cultura, sobretudo quando se trata de regiões localizadas na periferia da cidade. Neste sentido, faz-se necessário o levantamento de requisitos quanto a reformas, à reabertura de locais fechados, à readequação e modernização de mobiliário, ao estreitamento do diálogo constante com as comunidades do entorno em que se localizam tais equipamentos, ao incentivo aos produtores locais para a ativação exemplar desses espaços fundamentais para o desenvolvimento cultural de nossa cidade.

Descrição da Iniciativa

O enfoque da “Valorização da Rede de Cultura” é implementar ações que ampliem a participação do público nos equipamentos da rede, possibilitando a fruição e o acesso da população da cidade do Rio de Janeiro a políticas de cidadania e diversidade cultural. Para alcançar os objetivos propostos serão elaborados diagnósticos e planos de ação de cada equipamento, implantação de índice de desempenho e, ainda, entregas de equipamentos reestruturados e ressignificados.

Resultados Esperados

- Revitalização da rede de equipamentos municipais, visando a ampliação do acesso a atividades culturais, fortalecendo a democratização do acesso à cultura.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Bibliotecas
- Equipamentos Culturais

Indicadores:

- Número de bibliotecas reestruturadas
- Número de equipamentos reestruturados

Alinhamento com Metas

- Revitalizar 50% dos equipamentos culturais do município, qualificados segundo parâmetros de excelência em programação, acessibilidade, diversidade, segurança, sustentabilidade e infra-estrutura, até 2020.



Situação Atual

O fraco rendimento escolar no país está associado a inúmeros fatores, dentre os quais são destacados: o alto grau de violência e criminalidade no entorno das escolas, fragilidade familiar e social e falta de acesso a livros, equipamentos, materiais de apoio e bens culturais (2003, Marco Estratégico para a Unesco no Brasil).

Este cenário se aplica ao Município do Rio de Janeiro, especialmente aos alunos da Rede Municipal de Ensino, que tem grande parte de seus 650 mil alunos expostos a situações de vulnerabilidade social. Desta forma, a transversalidade entre cultura e educação deve ser compreendida para além do rendimento escolar, atuando como instrumento de desenvolvimento social, humano e da cultura cidadã.

Descrição da Iniciativa

“Cultura Cidadã” pretende aumentar a parceria entre escolas e famílias (primeiro grupo social de pertencimento dos indivíduos), numa interface inédita com a dimensão cultural da cidade.

Para isso, será implementado o programa Vale Cultura para atender prioritariamente às famílias cujos filhos estejam matriculados em escolas da Rede Pública Municipal em áreas com baixo Índice de Desenvolvimento Social – IDS, de forma a ampliar o acesso a diversas atividades culturais, fortalecendo a promoção da cidadania e da diversidade cultural.

Resultados Esperados

- Ampliar a participação dos pais no desenvolvimento integral, afetivo e efetivo dos seus filhos, reforçando a importância da parceria entre escolas e famílias (primeiro grupo social de pertencimento dos indivíduos).

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Vale Cultura

Indicadores:

- Número de alunos atendidos pelo Programa Vale Cultura

Alinhamento com Metas

- Implantar Programa Vale-Cultura, até 2020.



DIRETRIZES

- ❖ Priorizar a promoção da cidadania e a inclusão social como forma preventiva de segurança.
- ❖ Construir uma política de segurança pública focada na proximidade, na cidadania e na vitimização.
- ❖ Assegurar uma dinâmica do uso do espaço público que garanta a sensação de segurança da população, incluindo parques, pontos turísticos e escolas.
- ❖ Garantir o fortalecimento da Guarda Municipal por meio do aperfeiçoamento da gestão, capacitação específica e articulação com as demais esferas de governo.

M43: Reduzir em 50% os índices criminais de baixa letalidade na orla da cidade do Rio de Janeiro, até 2020.

M44: Manter 80% dos guardas municipais do efetivo disponível em policiamento comunitário e vigilância ostensiva da cidade (extramuros) diariamente, até 2020.

M45: Implantar 24 Unidades de Proximidade da Guarda Municipal (UPGM), transformando as Inspetorias da Guarda Municipal (IGM) e Unidades de Ordem Pública (UOP), até 2020.

M46: Criar o Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP), até 2018, para incrementar a Política da Guarda de Proximidade na cidade do Rio de Janeiro

M47: Ampliar em 1.160 o número de câmeras de vigilância do município até 2020, sendo 160 do município e 1.000 de parcerias com a iniciativa privada.

M48: Expandir para 100% o sistema de cerco eletrônico das faixas de trânsito, até 2019.

Situação Atual

Nos últimos anos houve um crescente aumento dos índices de criminalidade divulgados pelo Instituto de Segurança Pública - ISP e dentre as causas deste aumento pode-se identificar o agravamento da crise econômica do Estado e a redução do contingente para atuar em crimes de baixo potencial ofensivo.

Atualmente, a Prefeitura não possui qualquer tipo de bonificação direcionada às forças de segurança estaduais através de pagamento de metas vinculados à redução da criminalidade no Município (programa de metas). No entanto, a Prefeitura participa do Programa Segurança Presente e divide os custos com a Fecomércio, que financia 50% do orçamento na área do centro da cidade (Centro Presente). A Fecomércio já possui parceria com o Governo do Estado no Aterro Presente, Lagoa Presente e Méier Presente.

Sendo a orla carioca um dos pontos de maior relevância para o lazer da população e de grande importância turística, atraindo visitantes de todas as partes do mundo, se torna imperiosa a necessidade de uma atuação conjunta entre as forças de segurança que atuam no Rio de Janeiro, com um planejamento focado no atingimento de resultados, e na garantia de um cenário de paz, diversão e convivência harmoniosa entre cidadãos e visitantes.

Descrição da Iniciativa

A “Política de Incentivos e Programa Presente” tem duas frentes de atuação:

- A primeira baseada no pagamento de bonificação aos agentes da segurança pública estadual e municipal, através do atingimento de metas de redução da criminalidade, pré-estabelecidas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública, responsável pela apuração, nas regiões da orla da Cidade.
- A outra destina-se a reestruturação e manutenção do Programa de Segurança Presente já estabelecido, se estendendo também às regiões da orla, de forma sazonal.

Resultados Esperados

A iniciativa tem como objetivo contribuir para a redução da criminalidade de baixa letalidade nas regiões de orla da Cidade, promovendo um ambiente de convivência harmoniosa e pacífica.

Alinhamento com Metas

- Reduzir em 50% os índices criminais de baixa letalidade na orla da cidade do Rio de Janeiro, até 2020.
- Manter 80% dos guardas municipais do efetivo disponível em policiamento comunitário e vigilância ostensiva da cidade (extramuros) diariamente, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Política de Incentivos às forças do Estado.
- Programa Segurança Presente

Indicadores:

- Índice de criminalidade de baixa letalidade na orla da cidade do Rio de Janeiro
- Percentual de Guardas Municipais capacitados na filosofia de policiamento comunitário



Situação Atual

A Segurança Pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, que previne e controla as manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei. Até o término do exercício de 2016, o foco da GM-Rio esteve na atuação sobre desordem pública, trânsito e salvaguarda física de instalações públicas. A Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio) passará a se dedicar majoritariamente às atividades de Policiamento Comunitário e de Vigilância Ostensiva, sem abandonar as suas outras funções institucionais.

A GM-Rio possui 15 Inspetorias conhecidas como IGM, as quais são responsáveis pela cobertura operacional dos bairros da cidade, conforme seus perímetros de atuação. Estas IGMs, até o exercício de 2009, atuavam prioritariamente sobre a desordem pública dos centros comerciais de alguns bairros. Todavia, com a implantação da Central 1746, a demanda do cidadão pelos serviços da GM-Rio relacionados à desordem urbana e ao trânsito foi ampliada. A Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEOP) criou as Unidades de Ordem Pública (UOP) com o objetivo de atuação nos recortes dos perímetros das IGMs, porém, concentrada nos centros comerciais.

A infraestrutura física das UOPs, apesar do curto tempo de suas construções e funcionamento, se encontra degradada necessitando de revitalização. As IGMs vem apenas recebendo manutenções corretivas emergenciais, o que as mantém numa condição deficitária para atender às atividades operacionais. Cabe ressaltar que as IGMs não tiveram suas infraestruturas planejadas.

As áreas de atuação das atuais IGMs e UOPs não estão alinhadas com a nova divisão administrativa da Prefeitura em 16 superintendências regionais, o que requer um maior esforço de planejamento e dimensionamento para emprego dos recursos disponíveis na GM-Rio.

Descrição da Iniciativa

A Prefeitura adotou como uma de suas prioridades redirecionar o foco da Guarda Municipal. Além de cuidar da desordem pública, do trânsito e das instalações físicas de próprios municipais, a GM-Rio passará a atuar de forma mais proativa nos locais de maior incidência de roubo de rua e furto de veículos onde o guarda municipal possa agir preventivamente, contribuindo para a redução desses indicadores e ampliando a sensação de segurança dos cidadãos.

Para atender a ‘Segurança Cidadã’, a GM-RIO atuará nas seguintes frentes:

- Capacitação em Instrumento de Menor Potencial Ostensivo (IMPO) e em Sistemas de Rádio Comunicação (SRC):

As requalificações necessárias a esse novo “modus operandi” implicarão em capacitações específicas em Policiamento Comunitário, com uso de IMPO, que abrangerá dispositivos elétricos incapacitantes e espargidores de spray de pimenta, além de Sistemas de Rádio Comunicação.

- Capacitação em policiamento comunitário:

Capacitação da Guarda Municipal (que hoje se dedica majoritariamente à zeladoria de prédios municipais, à aplicação de multas e ao combate ao comércio ambulante) às operações de policiamento comunitário e vigilância ostensiva da cidade.

- Revitalização / Construção de UPGM (Unidade de Proximidade da Guarda Municipal):

A GM-Rio pretende transformar as IGMs e UOPs em UPGM, redimensionando seus perímetros de atuação e buscando alinhamento com as 16 superintendências regionais e regiões administrativas. Para tanto, será necessária a revitalização de algumas Unidades Operacionais que se encontram dentro dos perímetros delimitados para atuação das UPGM, bem como a construção de novas Unidades naqueles perímetros onde a GM-Rio não possui instalações com infraestrutura compatível.

Resultados Esperados

A Iniciativa trará benefícios à sociedade na questão da segurança pública, pois as capacitações previstas dos guardas municipais para Policiamento Comunitário, em uso de IMPO e em sistema de Rádio Comunicação tornarão os agentes mais proativos na prevenção dos crimes de menor potencial ofensivo, integrando a GM-Rio à Comunidade e às forças de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

A criação do Observatório de Segurança Pública Municipal contribuirá para um eficiente mapeamento das áreas com alto índice de criminalidade em que a GM-Rio possa atuar, auxiliando significativamente no planejamento operacional.

O redirecionamento das ações da GM-Rio para as atividades de Policiamento Comunitário e vigilância ostensiva e a dotação dos agentes com novas tecnológicas possibilitarão desempenhar suas funções institucionais com maior eficiência.

Alinhamento com Metas

- Reduzir em 50% os índices criminais de baixa letalidade na orla da cidade do Rio de Janeiro, até 2020.
- Manter 80% dos guardas municipais do efetivo disponível em policiamento comunitário e vigilância ostensiva da cidade (extramuros) diariamente, até 2020.
- Implantar 24 Unidades de Proximidade da Guarda Municipal (UPGM), transformando as Inspetorias da Guarda Municipal (IGM) e Unidades de Ordem Pública (UOP), até 2020.
- Criar o Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP), até 2018, para incrementar a Política da Guarda de Proximidade na cidade do Rio de Janeiro.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Capacitação em IMPO e em SRC
- Capacitação em Policiamento Comunitário
- Revitalização/ Construção de UPGM

Indicadores:

- Índice de criminalidade de baixa letalidade na orla da cidade do Rio de Janeiro
- Percentual de Guardas Municipais capacitados na filosofia de policiamento comunitário
- Número de UPGMs implantadas;
- Percentual de Guardas Municipais qualificados a operar com IMPO e com SRC



Situação Atual

O Centro de Operações Rio (COR) tem como missão primária o monitoramento da cidade 24 horas por dia, 7 dias por semana, integrando os órgãos públicos e concessionárias, com inovação e tecnologia, mantendo a população informada e orientada e contribuindo assim para a qualidade de vida no município.

Atualmente o principal foco do COR está no monitoramento da mobilidade e das condições meteorológicas, bem como nos eventos e incidentes que geram os maiores riscos e impactos para a rotina da cidade. Todavia, com a agravamento da violência no Rio, torna-se necessário ampliar o foco em segurança pública no monitoramento realizado pelo Centro.

O COR realiza sua missão por meio de 800 câmeras da CETRIO, destinadas essencialmente ao monitoramento do tráfego na cidade. Conta também com a presença em suas instalações de 30 órgãos, agências e concessionárias que, por meio dessa integração, realizam a operação diária da cidade e a resolução dos diversos incidentes e grandes crises.

Para atender às novas prioridades relacionadas à segurança pública, o COR carece de recursos humanos, especialmente da Guarda Municipal, bem como da ampliação de sua infraestrutura física e tecnológica de monitoramento.

Descrição da Iniciativa

“Monitora Rio” propõe a ampliação da capacidade do monitoramento de segurança pública realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do aumento do número de câmeras de vigilância próprias, de parceria com câmeras da iniciativa privada e da expansão da infraestrutura física e tecnológica do COR, de modo a permitir maior presença de Guardas Municipais no COR, bem como viabilizar a implantação de novas soluções voltadas para o monitoramento de segurança pública.

Para isto, estão previstas as seguintes ações:

- Ampliar o COR para criação de novo ambiente de monitoramento com foco em segurança;
- Aumentar a presença da Guarda Municipal no COR para que o mesmo também contemple a questão da vigilância da cidade e passe a contar com mecanismos mais eficazes para identificação de ocorrências e coordenação de ações reativas;
- Ampliar em pelo menos 20% o número de câmeras de vigilância do município até 2020 (com priorização segundo os indicadores de violência verificados);
- Instituir o Programa Municipal de Videomonitoramento - PMV, com o objetivo de aperfeiçoar e expandir o alcance do monitoramento por câmeras no Município do Rio de Janeiro;
- Expandir o atual sistema de Cerco Eletrônico, por meio da ampliação do sistema de observação realizado por câmeras de monitoramento que hoje conta com 90 câmeras e 16 pontos de interceptação; objetivando ajudar os órgãos de segurança pública no combate ao roubo de veículos, cargas, bem como outras atividades criminosas;
- Integrar as informações sobre ocorrências da Secretaria de Segurança à plataforma de gestão urbana do COR, com o objetivo de informar aos cidadãos e gestores do Município sobre regiões da cidade com riscos temporários de segurança, contribuindo para minimizar os impactos da violência.

Resultados Esperados

A iniciativa visa a ampliação da capacidade de monitoramento do Centro de Operações bem como da Prefeitura do Rio, através de inovações e parcerias, ampliando o foco do COR para segurança pública.

Deste modo, busca-se uma maior efetividade no combate à violência na cidade, melhorando a sensação de segurança da população e reduzindo os índices de criminalidade. Além disso, a iniciativa conta também com a expansão do prédio do COR, e com o aumento da presença da Guarda Municipal, auxiliando nesse contexto de segurança.

Alinhamento com Metas

- Ampliar em 1.160 o número de câmeras de vigilância do município até 2020, sendo 160 do município e 1.000 de parcerias com a iniciativa privada.
- Expandir para 100% o sistema de cerco eletrônico das faixas de trânsito, até 2019.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Ampliação do Centro de Operações Rio (COR)
- Ampliação do número de Câmeras
- Sistema de resposta operacional para situações de segurança
- Cerco eletrônico.

Indicadores:

- Número de câmeras de vigilância implantadas.





2017-2020

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIMENSÃO

URBANO AMBIENTAL

ÁREAS DE RESULTADO

- Rio Verde, Limpo e Saudável
- Território Descentralizado, Inclusivo e Conectado

DIRETRIZES

- ❖ Garantir a valorização da paisagem como um ativo da cidade nas propostas de ocupação do território, promovendo-a e preservando-a como identidade cultural e ambiental nos diferentes bairros.
- ❖ Garantir a preservação e a conservação das áreas naturais e de relevante interesse ambiental (Parques Urbanos e demais áreas verdes).
- ❖ Favorecer a interligação de fragmentos florestais.
- ❖ Promover a implantação e a manutenção dos reflorestamentos ecológicos.
- ❖ Promover a ampliação da arborização urbana e garantir sua gestão adequada.
- ❖ Incentivar a Agricultura Urbana Orgânica.
- ❖ Tornar efetiva a proibição legal de lançamento de efluentes sem tratamento primário nos corpos d'água.
- ❖ Diagnosticar e prevenir os riscos e vulnerabilidades intrínsecas à ocupação da zona costeira e às mudanças climáticas.
- ❖ Garantir políticas públicas de Gerenciamento Costeiro alinhadas às normas federais e estaduais.
- ❖ Considerar o potencial econômico da zona costeira e sua importância ambiental, estimulando a proteção e o uso sustentável de seus recursos naturais.
- ❖ Garantir a Segurança Hídrica, visando o suprimento permanente e sustentável de água.
- ❖ Estimular o uso racional da água, incentivando o reuso e evitando o desperdício.
- ❖ Promover a liderança da prefeitura para garantir um programa de universalização da coleta e tratamento de esgoto na cidade.
- ❖ Promover a balneabilidade das praias e a despoluição de rios e lagoas.
- ❖ Promover a renovação do sistema de drenagem com melhorias das condições de escoamento dos rios, valas e galerias.
- ❖ Estimular o aumento da permeabilidade do solo.
- ❖ Buscar o equilíbrio das estruturas hidráulicas existentes, prioritariamente por meio da recuperação da vegetação das encostas e da mata ciliar, e quando necessário, da implantação de estruturas artificiais de retenção .
- ❖ Reduzir a quantidade de resíduos disposta em aterros sanitários, estimulando a participação consciente da população e alternativas sustentáveis de destinação final.
- ❖ Promover a geração de energia a partir da adoção de técnicas de tratamento de resíduos sólidos.
- ❖ Fomentar a logística reversa e os princípios da economia circular na gestão sustentável dos resíduos da cidade.

M49: Implantar parque urbano na Zona Oeste (AP5) e elaborar plano para implantação de novos parques em áreas ambientalmente frágeis da mesma região, até 2019.

M50: Reduzir em 27%, até 2020, a quantidade de resíduos sólidos dispostos em aterros sanitários.

M51: Aumentar para 13%, até 2020, o volume de resíduos segregados para reciclagem e compostagem.

M52: Recuperar e/ou requalificar 500 praças até 2020.

M53: Aumentar para 68% a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto com tratamento na AP 4 ao final de 2020, através da Concessão dos serviços de esgotamento.

M54: Alcançar 70 km de margens de corpos hídricos com atividades de manutenção até 2020.

M55: Aumentar a área protegida da cidade em 4.000 ha até 2020.

M56: Alcançar 80 toneladas de alimentos comercializados em feiras agroecológicas até 2020.

M57: Plantar, até 2020, 120.000 novas mudas de árvores em logradouros públicos (vias, praças, parques urbanos e jardins), garantindo a sua manutenção por no mínimo 1 ano.

M58: Executar 1200 metros das obras e intervenções necessárias no trecho 1, na Bacia do Rio Acari, até 2020.

M59: Implantar 6,7 km de macro drenagem nos Rios Tindiba, Grande, Covanca e Pechincha, na Bacia de Jacarepaguá até 2019.

M60: Emitir certificação de construção sustentável para 10% das novas edificações até 2020.

M61: Implantar o Programa Reinventar o Rio para 5 áreas emblemáticas vazias ou subutilizadas da cidade até 2020, situadas próximas a importantes modais de transportes.

M62: Implantar o Programa Ruas Completas em pelos menos 15.000 m2 de ruas da Cidade até 2020.

M63: Implantar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento e aproveitamento de energia renovável, alcançando 60 adesões ao Programa Rio Solar até 2020

M64: Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

Situação Atual

Existe, atualmente, grande disparidade na concentração de parques urbanos na cidade, que estão localizados em sua maioria nas Áreas de Planejamento 1 e 2, Centro e Zona Sul, respectivamente. A criação do Parque Madureira veio atender a uma forte demanda por área de lazer na Zona Norte da cidade, onde há grande concentração demográfica. Na região da Área de Planejamento 5 - AP5 (Zona Oeste), por outro lado, existe uma grande carência de parques e espaços de lazer, ao mesmo tempo em que grandes áreas, muitas vezes ameaçadas por pressão imobiliária irregular, são ambientalmente frágeis e demandam um olhar mais cuidadoso em relação a sua utilização.

Descrição da Iniciativa

“Parques Cariocas” prevê a ampliação de áreas verdes e opções de lazer na Zona Oeste da cidade (AP5), com a implantação de um parque no bairro de Realengo. O programa do parque visa atender às demandas da comunidade para construção de quadras esportivas, campo de futebol, ciclovia, pista de skate, academia da terceira idade, parquinho, quiosques, áreas para piquenique, espelho d'água, entre outros. O desenho do parque promoverá, também, a melhoria da circulação dos pedestres, facilitando o acesso à estação de Realengo.

Está previsto, também, a elaboração de estudos para a implantação de parques em outras regiões da Zona Oeste, ambientalmente frágeis, porém consideradas adequadas para implantação desse tipo de equipamento público, sob o ponto de vista ambiental, bem como de acessibilidade e de população beneficiada.

Resultados Esperados

Aumentar a disponibilidade de espaços de convivência e opções de lazer para a população da Zona Oeste (AP5), contribuindo para a preservação do meio ambiente, com a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, e do patrimônio histórico e cultural da região.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Parque de Realengo

Indicadores:

- Área total de Parques implantados

Alinhamento com Metas

- Implantar um parque urbano na Zona Oeste (AP5) e elaborar plano para implantação de novos parques em áreas ambientalmente frágeis da mesma região, até o final de 2019.



Situação Atual

No último ano a Comlurb recebeu em seu sistema um volume total médio de 274.000 toneladas por mês, divididos em resíduos orgânicos, resíduos inertes e resíduos recicláveis.

A cidade deu um passo importante na gestão sustentável de resíduos com a instalação e início de operação do Aterro Sanitário de Seropédica, que adota as melhores técnicas reconhecidas internacionalmente. Ainda neste contexto foi encerrado em 2012 o aterro de Gramacho, onde foi implantado o mais importante projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), consistindo numa instalação de captação e purificação de biogás.

Descrição da Iniciativa

O programa de “Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos” da cidade tem por objetivo estimular as atividades de reciclagem de matérias primas e fração orgânica dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), ao mesmo tempo em que reduz a disposição de resíduos no aterro sanitário de Seropédica, através da implantação e operacionalização de:

- Unidade de compostagem de poda;
- Unidade de biometanização no Caju;
- Unidade de tratamento de Resíduos da Construção Civil (RCC) no Caju;
- Unidade de tratamento de Resíduos da Construção Civil (RCC) em Gericinó;
- Unidade de Tratamento Mecânico (UTM) no Caju;
- Unidade lixo-energia.

Resultados Esperados

Redução da quantidade de resíduos dispostos em aterros e aumento da quantidade de recuperação de recicláveis e da fração orgânica.

Alinhamento com Metas

- Reduzir em 27%, até 2020, a quantidade de resíduos sólidos dispostos em aterros sanitários.
- Aumentar para 13%, até 2020, o volume de resíduos segregados para reciclagem e compostagem.
- Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Implantação UTM no Caju
- Implantação unidade de compostagem de poda
- Implantação unidade de biometanização no Caju e Gramacho
- Implantação unidade de RCC no Caju e Gericinó

Indicadores:

- Toneladas de Resíduos do sistema Comlurb desviado do aterro
- Toneladas de resíduos recicláveis obtidos por segregação, britagem, compostagem/ biometanização e outros processos de tratamento



Situação Atual

A cidade possuiu 3.052 áreas verdes (praças, parques, jardins, largos, entre outras) destinadas ao lazer e à contemplação da população carioca. Esses espaços são de vital importância para a qualidade de vida da população, cumprindo diversos papéis socioambientais. O levantamento realizado no início de 2017 pela Prefeitura, sobre o estado físico das áreas verdes da cidade, apontou que cerca de 450 praças necessitam de manutenção, sendo que algumas praças necessitam de reforma total incluindo um novo projeto. Muitos desses espaços apresentam-se em estado precário de conservação com equipamentos quebrados, os canteiros sem áreas ajardinadas, sem calçamento e com baixo índice de iluminação, segurança e acessibilidade. Para que esses espaços cumpram integralmente suas funções, devem estar em perfeitas condições físicas. A recuperação / revitalização dessas áreas é essencial para garantir que o cidadão possa usufruir do espaço público com a acessibilidade e a segurança adequada.

Descrição da Iniciativa

“Praças Cariocas” propõe a recuperação e/ou requalificação de praças, que possuem necessidade de manutenção, em diferentes bairros da cidade, proporcionando áreas de lazer à população residente próximo desses locais. Os serviços poderão contemplar a melhoria da acessibilidade, paisagismo, arborização, permeabilidade, reordenamento dos espaços e usos, implantação e/ou reforma de equipamentos de lazer e esportivos, conforme as características e necessidades de cada praça. A proposta inclui, também, a colocação de mapa tátil em cada área, melhorando a inclusão de pessoas com deficiência visual nesses espaços.

A iniciativa buscará ainda, com a ação “Bosques do Rio”, contemplar a carência de áreas verdes na Área de Planejamento 3 - AP3 da Cidade, requalificando praças e ruas em seus entornos, melhorando assim a qualidade ambiental da região e proporcionando que estes espaços sejam mais inclusivos e acessíveis para a população.

Resultados Esperados

Com a execução dessa iniciativa espera-se que ocorra a melhoria das condições físicas das praças da cidade, para que esses espaços cumpram integralmente sua função, proporcionando áreas seguras de lazer e contemplação para a população carioca. Serão priorizadas as principais praças que cumpram o papel de centralidade urbana dos bairros, bem como as praças em bairros que apresentam piores indicadores socioambientais ou que não possuem áreas de lazer.

Alinhamento com Metas

- Recuperar e/ou requalificar 500 praças, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Reforma de praças
- Requalificação de praças
- Projeto Praça Bosque

Indicadores:

- Quantidade de praças recuperadas
- Quantidade de praças requalificadas



Situação Atual

A partir do Plano Municipal de Saneamento e conforme o disposto na Lei Federal nº 11.445 de 2007 e Plano Municipal de Saneamento, se faz necessária a implementação de um sistema de saneamento integrado e infraestrutura urbana em diversas áreas de planejamento da cidade.

A falta de saneamento básico, notadamente o esgotamento sanitário, além dos impactos na saúde pública, causa poluição dos corpos hídricos, bem como degradação das áreas não saneadas. A média de cobertura populacional com tratamento de esgoto no município é de 56%. A Área de Planejamento 5 já está sob concessão à iniciativa privada desde 2012, elevando o percentual de cobertura da Bacia de Sepetiba, atualmente em torno de 30%.

Descrição da Iniciativa

Fazer concessão dos serviços de esgotamento sanitário na Área de Planejamento 4 - AP 4 (Barra e Jacarepaguá) e garantir o cumprimento das metas da concessão, exercendo as atividades de regulação e fiscalização do contrato na área concedida.

Garantir o cumprimento das metas da concessão da Área de Planejamento 5 - AP 5 (Zona Oeste) exercendo as atividades de regulação e fiscalização do contrato.

Preservar o meio ambiente e melhorar as condições de habitabilidade, por meio da implantação do sistema de esgotamento sanitário e drenagem em áreas não elegíveis na AP 5, previstas nos Programas Pró-Transporte e Saneando Santa Cruz.

Resultados Esperados

Aumentar a cobertura do sistema de esgotamento sanitário com tratamento na AP4 e AP5.

Alinhamento com Metas

- Aumentar para 68% a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto com tratamento na AP 4 ao final de 2020, através da concessão dos serviços de esgotamento.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Concessão dos serviços de esgotamento sanitário da AP4
- Fiscalização e regulação da concessão da AP5
- Programa Pró Transporte
- Saneando Santa Cruz

Indicadores:

- Percentual de cobertura do sistema de esgotamento sanitário com tratamento
- Km de rede construída



Situação Atual

Segundo a Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997), a Política Nacional de Recursos Hídricos considera a água como um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Cabe aos municípios promover a integração de suas políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estadual de recursos hídricos. A Lei prevê, ainda, que a gestão dos recursos hídricos proporcione os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Neste contexto, a cidade, por possuir grande diversidade de rios e uma região costeira considerada patrimônio ambiental de destaque internacional, deve prover ações que busquem melhorar a qualidade de suas águas por meio da redução do lançamento de efluentes e do aporte de resíduos sólidos nos corpos hídricos. Mesmo não tendo sua principal fonte de abastecimento em seu território, a cidade necessita ainda conhecer melhor seu potencial hídrico, de modo a preservá-lo e conservá-lo adequadamente, uma vez que apresenta importantes mananciais em seu território.

Descrição da Iniciativa

“Águas do Rio” é composta por ações de diagnóstico e monitoramento, além de ações para retirar resíduos sólidos e cessar o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, contendo os seguintes programas:

- Mananciais do Rio: identificar, preservar, recuperar e fazer uso sustentável dos mananciais na cidade;
- Rios Cariocas: readequação ambiental dos rios próximos a comunidades carentes, retirada de resíduos sólidos, implantação de ecobarreiras, revegetação de matas ciliares e educação ambiental;
- Qualidade de Águas Urbanas e Gestão Costeira: qualidade das águas urbanas e gestão integrada da zona costeira em consonância com os Planos Estadual e Nacional de Gerenciamento Costeiro, monitorando os sistemas de drenagem, identificando lançamentos irregulares entre Urca-Marina da Glória;
- Monitoramento da Qualidade de Água da Lagoa Rodrigo de Freitas: prover informações em tempo real sobre suas condições, permitindo ações rápidas e eficazes para a manutenção de suas condições de equilíbrio ambiental e fornecer dados para a implementação de intervenções no seu entorno.

Resultados Esperados

Melhorar a qualidade dos corpos hídricos da cidade, reduzindo o lançamento de efluentes e o aporte de resíduos sólidos em suas águas e ampliar o conhecimento sobre os mananciais da cidade, identificando os meios para sua preservação, recuperação e uso sustentável.

Alinhamento com Metas

- Alcançar 70 km de margens de corpos hídricos com atividades de manutenção, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Mananciais do Rio
- Rios Cariocas
- Qualidade de Águas Urbanas e Gestão Costeira
- Monitoramento da Lagoa Rodrigo de Freitas

Indicadores:

- Extensões de margens de corpos hídricos com atividades de manutenção
- Percentual de rede de drenagem inspecionada



Situação Atual

A cidade tem uma beleza natural reconhecida internacionalmente, destacando-se por possuir uma cobertura vegetal exuberante, que corresponde a cerca de 35 mil ha cobertos por florestas e outros ambientes naturais, resultando em aproximadamente 29% de sua área total (PMMA, 2015). Grande parte destas áreas possui proteção ambiental legal, nas quais é necessário efetuar a conservação adequada, mas existem outros importantes remanescentes de Mata Atlântica que ainda precisam de legislação específica. As áreas recentemente reflorestadas necessitam ser consolidadas por meio de uma manutenção adequada. Na área construída, a arborização pública é um elemento fundamental da malha verde municipal, responsável por interligar os componentes arbóreos existentes no território e por favorecer a implantação dos corredores verdes. As áreas utilizadas para a produção agrícola, apesar de coexistirem em um território totalmente urbano, devem ser consideradas na composição das áreas verdes da Cidade, devendo-se estimular o desenvolvimento de uma produção agroecológica que se integre ao patrimônio ambiental.

Descrição da Iniciativa

A “Rio + Verde” é composta por três programas :

- O Programa Rio de Florestas, que contempla ações para conservação e recuperação da cobertura vegetal da cidade, além da proteção de áreas de interesse ambiental, sendo composto por :
 - I. Criação de novas Unidades de Conservação, incluindo RPPN's municipais; II. Conservação adequada das áreas protegidas sob gestão municipal; III. Consolidação de áreas reflorestadas; IV. Manejo de espécies em áreas de interesse ambiental ou de reflorestamento; V. Implantação do Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS); VI. Implantação do Programa de Educação Ambiental em Unidades de Conservação; VII. Atualização de listagens de espécies de fauna ameaçada e de fauna exótica invasora. VIII. Melhoria das condições de infraestrutura das Unidades de Conservação pelas quais passa a trilha Transcarioca.
- O Programa Fazenda Urbana, que tem por objetivo fortalecer a produção agroecológica local e estimular arranjos produtivos sustentáveis, sendo composto por:
 - I. Criação do Núcleo de Treinamento e Atendimento Rural; II. Criação de Feira Agroecológica Municipal para comercialização direta dos produtores locais; III. Ampliação do Centro Municipal de Produção de Mudas, a fim de estimular a diversificação e requalificação da produção agroecológica carioca; IV. Ampliação do Programa Hortas Cariocas.
- O Programa de Arborização da Cidade, que contempla o plantio de árvores em logradouros públicos, bem como sua conservação e manutenção, sendo composto por:
 - I. Plantio anual de árvores em logradouros públicos, visando a melhorar a cobertura vegetal da cidade e garantindo o plantio contínuo e gradativo anualmente.

A fim de aprimorar a produção de mudas arbóreas, a iniciativa contempla, ainda, a reestruturação do conjunto de viveiros da cidade e o aprimoramento dos serviços de apoio ao plantio, em atendimento ao Decreto Municipal nº 42.774/17, de modo a dar apoio aos programas Rio de Florestas e de Arborização da Cidade.

Resultados Esperados

Garantir que o Bioma Mata Atlântica existente na cidade tenha condições sustentáveis para manter sua diversidade e extensão, buscando, também, por meio do estímulo à agricultura ecológica e do plantio em áreas públicas, oferecer ao cidadão do Rio de Janeiro o incremento da área verde urbana, promovendo o bem estar e assegurando a presença de um espaço urbano digno e de qualidade. Com o plantio de novas mudas, esta iniciativa buscará também envolver a sociedade nos assuntos referentes à arborização, ofertando ao cidadão carioca a possibilidade de criar maior identidade ambiental em conexão com a Cidade.

Alinhamento com Metas

- Aumentar a área protegida da cidade em 4.000 ha até 2020.
- Alcançar 80 toneladas de alimentos comercializados em feiras agroecológicas em 2020.
- Plantar, até 2020, 120.000 novas mudas de árvores em logradouros públicos (vias, praças, parques urbanos e jardins), garantindo a sua manutenção por no mínimo 1 ano.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Programa Rio de Florestas
- Programa Fazenda Urbana
- Programa de Arborização da Cidade

Indicadores:

- Área protegida criada
- Quantidade de alimentos comercializada em feiras agroecológicas
- Número de árvores plantadas
- Número de mudas produzidas



Situação Atual

A bacia do rio Acari apresenta uma grande área de contribuição, de aproximadamente 107 km², e um sistema de macrodrenagem complexo. Há na região extravasamento devido à restrição de vazão em diversas seções de sua calha principal e nos afluentes bem como os efeitos decorrentes do escoamento do rio Pavuna Meriti, causando inundações nas áreas planas de baixada, afetando a população da bacia e todo o seu entorno. As intervenções deverão ser hierarquizadas, detalhadas e otimizadas visando minimizar impactos advindos de cheias urbanas e transtornos na mobilidade urbana quando da execução das obras.

O impacto causado pelo escoamento inadequado das chuvas nas Bacias do Canal do Mangue e de Jacarepaguá extrapola os bairros que as integram. O controle de enchentes na Bacia do Canal do Mangue teve evolução com a implantação de reservatório na Praça da Bandeira, mas ações complementares são necessárias para reduzir significativamente o alagamento da região. Em Jacarepaguá as obras de macrodrenagem nos rios Tindiba, Grande, Covanca e Pechincha, contam com a perspectiva de solucionar definitivamente o problema das inundações, que ocorrem com frequência naquela área, além de garantir a preservação do meio ambiente e consequentemente, melhor qualidade de vida às famílias que residem nesta região.

Descrição da Iniciativa

“Controle de Enchentes” visa mitigar os problemas causados pelo escoamento inadequado das chuvas em áreas consideradas como críticas na cidade, tendo como principais ações propostas:

- Modelagem matemática da bacia, elaboração de projetos básicos e executivos, visando mitigação dos efeitos das cheias nos bairros de Anchieta, Pavuna, Acari, Fazenda Botafogo, Parque Columbia e Jardim América.
- Modelagem matemática da bacia, elaboração de projetos executivos e implementação das obras, para mitigação dos efeitos das cheias na Bacia do Canal do Mangue. Implantação do trecho de galeria na rua Felipe Camarão, entre os reservatórios da Praça Varnhagen e Praça Niterói, e reforço de calha do rio Joana na Av. Professor Manoel de Abreu.
- Mitigação dos efeitos das cheias na Bacia de Jacarepaguá, com foco nos Rios Tindiba, Grande, Covanca e Pechincha.

Resultados Esperados

Dotar toda a região referente às Bacias do Rio Acari, Canal do Mangue e Jacarepaguá, de sistemas de macrodrenagem capazes de reduzir o impacto dos eventos de chuvas intensas, no que tange à saúde pública, aos aspectos viário, patrimonial e ambiental, além de revisar o controle de enchentes urbanas.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Bacia do Rio Acari
- Canal do Mangue
- Bacia de Jacarepaguá

Indicadores:

- Km de obras de macrodrenagem executadas

Alinhamento com Metas

- Executar 1200 metros das obras e intervenções necessárias no trecho 1 da Bacia do Rio Acari, até 2020.
- Implantar 6,7 km de macro drenagem nos Rios Tindiba, Grande, Covanca e Pechincha, na Bacia de Jacarepaguá, até 2019.



Situação Atual

Os fenômenos de mudança climática chamam a atenção para a importância da preservação da natureza e do uso eficiente dos recursos naturais, convocando a repensar o modelo de desenvolvimento a ser adotado. Dessa forma, para alcançar uma cidade mais socialmente inclusiva e sustentável, deve ser encorajado o debate sobre o tema como forma de aumentar a conscientização sobre as melhores práticas e desafios da sustentabilidade, disseminando instrumentos, práticas e ações sustentáveis que visem à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Descrição da Iniciativa

“Rio + Sustentável” consiste na implantação de um conjunto articulado de ações de estímulo à adoção de práticas sustentáveis, por meio de ações de educação ambiental, de liderança pelo exemplo e mecanismos econômicos:

- Ampliação do Programa "Escolas Sustentáveis" na rede municipal de educação, disseminando ações sustentáveis, contribuindo para a conscientização da comunidade escolar sobre os temas de mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável.
- Programa de Educação Ambiental "De Bem com o Planeta": realização de ações de conscientização sobre a relação sustentável que deve existir entre cada pessoa e o planeta, direcionadas a vários públicos e veiculadas por diversos meios.
- Programa de Sustentabilidade Ambiental - Concessão de isenção parcial na cobrança de IPTU definida a partir da adoção de ações de sustentabilidade nas edificações existentes - IPTU VERDE concessão de benefícios fiscais para incentivo à construção ou reforma de edificações, com mecanismos ou estruturas que visem reduzir impactos ambientais nocivos atestada pela emissão da Qualificação QUALIVERDE, bem como incentivar a criação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural - RPPN.
- Implantação da 1ª etapa do Diagnóstico de Eficiência e Sustentabilidade do Centro Administrativo São Sebastião - CASS: Execução de ações identificadas como prioritárias visando tornar sua operação e manutenção mais eficientes e sustentáveis.

Resultados Esperados

- Disseminação de instrumentos, práticas e ações sustentáveis, estimulando a sociedade a participar mais ativamente do estabelecimento de um comportamento mais sustentável no dia a dia.
- Conscientização da população sobre as consequências de suas escolhas e ações sobre o meio ambiente, motivando-a a perceber a necessidade de mudança de seus padrões de consumo.
- Redução das emissões de gases de efeito estufa.

Alinhamento com Metas

- Emitir certificação de construção sustentável para 10% das novas edificações, até 2020.
- Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- IPTU verde
- Programa Qualiverde
- programa Escolas Sustentáveis
- Programa Ambiente em Movimento

Indicadores:

- Número de Adesões ao Qualiverde
- Número de Escolas Participantes no Programa Escolas Sustentáveis
- Número de Pessoas alcançadas pelas iniciativas de sustentabilidade



Situação Atual

A cidade já hospedou a comunidade internacional para discutir a sustentabilidade e o clima em ocasiões como a Cúpula da Terra em 1992 e a Rio + 20 em 2012. Também mostrou seu potencial para o mundo, hospedando megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Essa visibilidade internacional também é consequência da participação em redes internacionais importantes, dos compromissos globais assumidos, das parcerias estabelecidas e das ações de destaque no combate à mudança climática. Tudo isso exige que a cidade internalize em sua administração os conceitos de sustentabilidade e resiliência, e continue a melhorar a qualidade de vida dos moradores, investindo numa urbanização sustentável e de baixo carbono e adotando as melhores práticas no tratamento das mudanças climáticas e de outras questões ambientais.

Descrição da Iniciativa

“Cidade pelo Clima” engloba ações de incentivo e promoção de um desenvolvimento urbano sustentável e resiliente, bem como a implementação do programa Governo pelo Clima, que visa criar instrumentos para a adequada articulação intraorganizacional e disseminação de conhecimento sobre as ações necessárias em nível municipal frente às mudanças climáticas. As ações específicas incluem:

- Elaboração do Plano de Ação Municipal frente às Mudanças Climáticas.
- Estabelecimento de sistema de monitoramento permanente de emissões de gases de efeito estufa de responsabilidade da Cidade, corporativos e de redução de emissões.
- Regulamentação da Lei nº 5.248 de 27 de janeiro de 2011, que estabelece a Política Municipal sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável.
- Criação da Rede Governo pelo Clima.
- Criação de instrumentos de incentivo econômico à instalação e uso de sistemas de conversão e/ou aproveitamento de energia solar.
- Criação da Câmara Técnica de Obras Públicas Sustentáveis para estudos e proposição de técnicas e materiais sustentáveis a serem implementados em obras públicas municipais ou no Município.
- Realização de encontros periódicos do Fórum Carioca de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável, iniciando em 2017.
- Implantação do projeto Reinventar o Rio, estimulando o desenvolvimento neutro em carbono com novos projetos arquitetônicos e/ou urbanos.
- Implantação do projeto Ruas Completas em áreas piloto da Cidade, integrando a implantação de projetos estratégicos de diferentes órgãos, em busca de adoção de práticas e soluções urbanas sustentáveis no processo de melhoria da infraestrutura dos espaços públicos, do uso de tecnologias de informação e comunicação ligadas ao conceito de Cidades Inteligentes e da coordenação do monitoramento de resultados a partir de indicadores de sustentabilidade e mudanças climáticas.

Resultados Esperados

- Inserção da lente climática nos processos decisórios e de planejamento da Prefeitura.
- Incentivo ao desenvolvimento tecnológico bem como ao uso e instalação de sistemas de conversão e/ou aproveitamento de energia solar em prédios residenciais, comerciais e institucionais visando a redução das emissões de gases de efeito estufa.
- Ocupação de vazios urbanos em áreas emblemáticas da cidade, com implantação de projetos inovadores, com foco em sustentabilidade e resiliência, sem custos para o município, a partir da atração de investidores nacionais e internacionais.
- Uma cidade com espaços públicos inteligentes e acessíveis, com sistemas de informação, comunicação e de serviços públicos de tecnologia avançada, que otimizem recursos de manutenção e aumentem a segurança dos cidadãos.

Alinhamento com Metas

- Implantar o programa Reinventar o Rio em 5 áreas emblemáticas vazias ou subutilizadas da cidade até 2020, situadas próximas a importantes modais de transporte.
- Implantar o Programa Ruas Completas em pelos menos 15.000 m2 de ruas da cidade até 2020.
- Implantar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento e aproveitamento de energia renovável, alcançando 60 adesões ao Programa Rio Solar até 2020.
- Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Programa Governo pelo Clima.
- Programa Rio Solar
- Projeto Reinventar o Rio
- Programa Ruas Completas

Indicadores:

- Número de técnicos envolvidos na Rede Governo pelo Clima
- Número de adesões ao Programa Rio Solar
- Metros quadrados de logradouros requalificados
- Metros quadrados de logradouros com implantação de sistema inteligente de serviços e informações no espaço público.



DIRETRIZES

- ❖ Garantir a integridade, conservação e recuperação do Patrimônio Material e Imaterial, promovendo sua sustentabilidade econômica.
- ❖ Promover, em articulação com outros órgãos, a criação e a gestão de Áreas de Proteção do Ambiente Cultural - APACs, de entornos de bens tombados e dos Sítios da UNESCO: Rio Patrimônio Mundial - Paisagem Cultural e Patrimônio Mundial Cultural do Valongo.
- ❖ Promover e divulgar o patrimônio cultural da cidade.
- ❖ Estimular a Cidade Compacta, promovendo a reestruturação do uso do solo ao longo das áreas de influência dos corredores de transporte.
- ❖ Valorizar e promover o uso do espaço público, preservando sua integridade e revendo o desenho urbano de forma a privilegiar o pedestre e garantir a acessibilidade.
- ❖ Promover a revitalização de diferentes regiões da cidade, considerando as identidades e características locais.
- ❖ Promover o desenvolvimento e a qualificação de centralidades nas Zonas Norte e Oeste.
- ❖ Assegurar a implantação de infraestrutura urbana especialmente nas áreas desprovidas.
- ❖ Garantir o uso misto e a diversidade de usos e funções no espaço urbano de forma a promover seu dinamismo, revitalização e descentralização.
- ❖ Promover o monitoramento e fiscalização urbanística e ambiental, visando coibir a ocupação em áreas frágeis, especialmente as de alto risco geológico e geotécnico, as sujeitas a inundação e nas demais áreas sujeitas à proteção ambiental.
- ❖ Diversificar e ampliar as formas de oferta de moradia popular e de terra urbana .
- ❖ Priorizar a ocupação dos imóveis vazios ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura.
- ❖ Incentivar a sustentabilidade das construções.
- ❖ Estimular a moradia em áreas de alta empregabilidade em especial na área central.
- ❖ Reduzir a informalidade do uso e ocupação do solo, promovendo a regularização urbanística e fundiária, revisando a legislação e os procedimentos administrativos de licenciamento e fiscalização .
- ❖ Garantir a mobilidade urbana dando prioridade ao transporte público, que obedeça a hierarquia e integração dos modais, com prioridade para o transporte de alta capacidade
- ❖ Garantir a melhoria do nível de serviço do transporte público coletivo e de massas, assegurando conforto, confiabilidade, regularidade, ocupação, segurança, acessibilidade universal e atualidade tecnológica, além de adotar fonte de energia limpa, definindo políticas de transporte de baixo impacto poluente.
- ❖ Promover a integração físico-operacional e tarifária, diminuindo o tempo de deslocamento e dando capilaridade à rede de transportes.
- ❖ Requalificar a rede estrutural de transportes, considerando as ligações e infraestruturas previstas no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) da cidade.
- ❖ Assegurar a ampliação e consolidação dos sistemas de transporte/tráfego inteligente.
- ❖ Desenvolver políticas de circulação e segurança de pedestres, estimulando o uso e dando melhor qualidade às calçadas.
- ❖ Promover a implantação de políticas de redução de acidentes de tráfego.
- ❖ Incentivar a utilização de transporte ciclovitário.

M65: Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30% da área da cidade até 2020.

M66: Executar 185.000 m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.

M67: Lançar Procedimento de Manifestação de Interesse para realização da Operação Urbana Presidente Vargas em 2017.

M68: Modernizar, até o final de 2020, 100% dos pontos de iluminação pública, priorizando as áreas da cidade com maiores taxas de violência registradas, conforme levantamento realizado em 2017.

M69: Reduzir em 40% o consumo de energia elétrica da iluminação pública até 2020.

M70: Implementar 12 km de rotas acessíveis até 2020.

M71: Implementar um Sistema de Gerência de Pavimentos – SGP, de acordo com as normas do DNIT, a partir da análise do estado de conservação de toda a malha viária da cidade até 2020.

M72: Implantar 10 projetos relevantes de preservação do patrimônio e da paisagem cultural da cidade até 2020.

M73: Beneficiar 21 favelas em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), realizando obras de urbanização até 2020.

M74: Concluir os estudos para Requalificação Urbana de Rio das Pedras até 2018.

M75: Beneficiar 100.000 domicílios com procedimentos de regularização urbanística e fundiária até 2020.

M76: Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020.

M77: Contratar 20.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social até dezembro de 2020.

M78: Implantar e iniciar as operações do Corredor Transbrasil até 2020.

M79: Desenvolver os estudos para implantação de 40,4 km de novas ligações da Rede Estrutural de Transportes, implantando e operando, no mínimo 15% destes novos corredores até 2020.

M80: Reduzir em, pelo menos, 50% o tempo de deslocamento nos serviços expressos de todos os corredores BRT implantados até 2017, no horário de pico.

M81: Reduzir o nível médio de ocupação dos ônibus articulados, considerando os serviços mais carregados do BRT, através da promoção de melhorias no Sistema até 2020.

M82: Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.

M83: Elaborar e implantar o Plano Diretor Cicloviário até 2020.

Situação Atual

Cidades de grande porte, como o Rio de Janeiro, enfrentam diversos problemas que, muitas vezes, são potencializados por legislações e códigos ultrapassados que não apresentam resposta ágil e eficiente a essa dinâmica urbana. Crescimento desestruturado das periferias, espraiamento urbano, inclusive com ocupação de áreas ambientalmente frágeis, conflitos fundiários e desequilíbrio no adensamento populacional são questões que podem e devem ser enfrentadas por um planejamento urbano atento a novos conceitos que privilegiem o crescimento e desenvolvimento sustentável das diversas regiões.

Novas legislações deverão incorporar os preceitos de Cidade Compacta, com densidades adequadas à infraestrutura instalada, reduzindo os custos da ocupação e tornando mais eficiente o uso do espaço urbano. Conceitos como Desenvolvimento Orientado ao Transporte - DOT e de mobilidade sustentável também deverão fazer parte do vocabulário corrente do planejamento da Cidade, sobretudo ao considerarmos os corredores de transporte construídos e investimentos que ainda deverão ser realizados para maior eficiência dessa malha viária.

Descrição da Iniciativa

“Legislação Urbana” busca a melhoria dos processos de planejamento da Cidade, através da revisão e atualização de normas de uso e ocupação do solo, planos urbanísticos e demais planos de gestão da política urbana e ambiental da Cidade, através de duas linhas de atuação:

- Avaliação e Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável;
- Elaboração de planos urbanísticos para diversas regiões da Cidade, em especial a Área de Planejamento 4.

Resultados Esperados

- Promoção do adensamento junto aos corredores de transporte, reduzindo o espraiamento urbano e estimulando a cidade compacta.
- Revitalização e dinamização de diferentes regiões da Cidade, com garantia do uso misto e diversidade de usos e funções no espaço urbano.
- Valorização do espaço público, preservando sua integridade e privilegiando o pedestre e acessibilidade.
- Plano Diretor revisado com participação efetiva da sociedade.
- Proteger as áreas de fragilidade ambiental .

Alinhamento com Metas

- Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30% da área da cidade, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Revisão do Plano Diretor
- Elaboração de Planos Urbanísticos

Indicadores:

- Número de planos urbanísticos desenvolvidos/revistos
- Número de planos urbanísticos aprovados na Câmara



Situação Atual

O Rio de Janeiro, de acordo com a última pesquisa Origem/Destino (O/D), elaborada em 2011 dentro do Plano Diretor de Transporte Urbano - PDTU, possui a seguinte divisão modal do deslocamento dos residentes na cidade: transporte público 47%, a pé 27%, carro 23%, bicicleta 1%, outros 2%. Assim, os modos não motorizados já respondem por 28% dos deslocamentos diários (realizam o deslocamento entre a origem e o destino exclusivamente a pé ou de bicicleta). Considerando ainda que o acesso ao transporte público dá-se majoritariamente a pé, pode-se dizer que os 47% que usam transporte público também fazem uma parte de seu deslocamento diário através de modos não motorizados.

Estes números mostram a importância de um programa voltado para a melhoria das condições de caminhabilidade na cidade, com o foco voltado para os centros de bairro, onde ocorre a maioria dos deslocamentos exclusivamente a pé, e para os acessos a estações de transporte público. Esse último ponto possui neste momento um destaque pois a cidade vem num processo de ampliação e melhoria da rede de transporte estrutural (trem, metrô, BRT e VLT) e a melhoria das condições no seu acesso pode impactar positivamente o número de usuários de transporte público. O Rio Conecta, programa de intervenções urbanas, vem nessa direção: melhorar a experiência da caminhabilidade e de uso da bicicleta na cidade, direcionando o Rio de Janeiro no sentido de se tornar uma cidade cada vez mais sustentável.

Descrição da Iniciativa

O “Rio Conecta” tem por objetivo requalificar espaços públicos com grande fluxo de pedestres, como os centros de bairro, onde ocorre a maioria dos deslocamentos exclusivamente a pé, e os acessos a estações de transporte público.

Inicialmente estão previstas duas escalas de intervenções, classificadas como Micro Conexões, com obras de até 1.000m², e Inter Conexões com intervenções que vão de 10.000m² a 25.000m².

A proposta do programa é selecionar, por meio de concurso de ideias, as melhores soluções para questões de acessibilidade, mobilidade, conforto, segurança, qualidade, sinalização e mobiliário.

Resultados Esperados

Aperfeiçoar as condições de caminhabilidade em áreas de grande circulação de pedestres, por meio de melhorias:

- Na Acessibilidade, eliminando obstruções nos passeios, implantando rampas adequadas.
- Na Segurança Viária, com sinalização que acompanhe a linha de desejo do pedestre, com atenção aos raios de giros de forma que proporcionem segurança nas esquinas.
- No acesso às estações de média e alta capacidade: eliminando obstruções, resolvendo problemas de acessibilidade e promovendo integração com outros modais de baixa capacidade como ônibus, bicicleta.
- Na Conexão Ciclovária: Promovendo a continuidade da malha, resolvendo a carência de ciclovias na Zona Norte e Oeste, assim como de bicicletários para incentivar o uso regular da bicicleta.
- Na Arborização: Aprimorando a arborização nos passeios, melhorando o conforto térmico no espaço público.
- Na Segurança: Resolvendo problemas de iluminação, implantando espaços de convivência com mobiliário urbano adequado, tornando as fachadas ativas e os passeios adequados para circulação de pessoas de forma que promovam a segurança no espaço público. A calçada “cuidando das pessoas”.

Alinhamento com Metas

- Executar 185.000m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.
- Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Concurso de Ideias
- Projeto
- Obras

Indicadores:

- Número de projetos executados pelo Rio Conecta
- Área de calçada implantada pelo Rio Conecta
- Extensão de ciclovias executadas pelo Rio Conecta



Situação Atual

Grande parte das áreas centrais não são atraentes para o uso residencial, entre outros fatores, por não oferecerem boas condições de habitabilidade, espaços públicos de qualidade e comércio local que subsidie este tipo de uso. Logo, faz-se necessário, conforme disposto no Plano Diretor, promover projetos e ações para reforçar centralidades, diminuir deslocamentos pendulares e fortalecer potencial habitacional no Centro.

Considerando outras centralidades além do Centro, constata-se que importantes eixos viários da Cidade se notabilizam pela perda de expressão econômica, pela escassez de áreas públicas de lazer e convivência, além de reduzidas áreas com cobertura vegetal, reflexo do processo de expansão urbana. Muitos destes eixos possuem ainda relevante importância pelo valor histórico e cultural de suas centralidades. Portanto, é importante a identificação de oportunidades de requalificação dos terrenos remanescentes das obras dos novos corredores de transporte implantadas na cidade para melhoria do ambiente, assim como planejar intervenções que possam qualificar e redinamizar bairros cortados pelas estações férreas.

Descrição da Iniciativa

Esta iniciativa visa manter e ampliar a revitalização da região central da cidade para torná-la mais atraente não só para fins comerciais e turísticos, mas também para fins habitacionais. Neste sentido, prevê ações para aumentar o potencial habitacional, valorizar o ambiente urbano e o patrimônio cultural e melhorar a infraestrutura e mobilidade no Centro:

- Promover estudos para Reestruturação urbana da Central do Brasil (Operação Urbana Presidente Vargas), pretendendo que esta operação subsidie futuras ações de revitalização em outras centralidades;
- Promover a contratação de novas unidades habitacionais na área central;
- Requalificar logradouros;
- Ocupar e/ou revitalizar imóveis vazios e subutilizados;
- Implantar o Sistema de Escoramento Predial em Imóveis com Risco de Desabamento (SESCORA);

Uma outra vertente da iniciativa será o fortalecimento de outras centralidades para torná-las mais atraentes e dinâmicas com ações que potencializem atividades econômicas nos bairros assim como revisem a legislação de uso e ocupação do solo para promover o desenvolvimento urbano, também, o adensamento de áreas em torno dos eixos de transporte. Dentre elas:

- Realizar estudos para rebaixamento de estações de trem, reconectando bairros separados pela linha férrea;
- Realizar estudos de formas de aproveitamento de 80% das áreas remanescentes objeto de desapropriação total ao longo dos Corredores de Transporte Transcarioca e Transolímpica;
- Desenvolver índice de centralidades para os bairros de forma a monitorar seus desempenhos.

Resultados Esperados

Centro da cidade mais dinâmico, habitado e atraente com ambiente urbano qualificado e agradável de se viver, tendo seus imóveis ocupados e bem conservados, sem riscos de desabamento e boa circulação dos automóveis. Em relação às centralidades, aspira-se por bairros centrais mais adensados com centros de comércio e serviços fortalecidos e consequente aumento de número de empregos e renda. O fortalecimento do centro e centralidades tem como principal objetivo uma cidade com melhor distribuição de renda e oportunidades e mais sustentável devido à diminuição dos deslocamentos para o centro.

Esta Iniciativa, aliada a outras deste plano estratégico como Parques Cariocas, Rio Conecta e Praças Cariocas, consolidam o direcionamento de fortalecimento das centralidades.

Alinhamento com Metas

- Lançar Procedimento de Manifestação de Interesse para realização da Operação Urbana Presidente Vargas em 2017.
- Contratar 20.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social até dezembro de 2020.
- Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30% da área da Cidade até 2020.
- Executar 185.000 m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Operação Urbana Presidente Vargas
- Habitações de Interesse Social na Área Central
- SESCORA
- Índice de Centralidades

Indicadores:

- Número de Unidades Habitacionais de Interesse Social contratadas no Centro
- Número de imóveis atendidos pelo SESCORA
- Percentual de áreas remanescentes objetos de aproveitamento



Situação Atual

A cidade apresenta cerca de 450 mil pontos de iluminação pública (IP), com participação desprezível do LED e de uso de tele gestão, o que indica certo grau de obsolescência do parque quando comparado com as opções tecnológicas atualmente disponíveis. O custo com energia elétrica correspondente ao consumo desses pontos representa mais de 60% da arrecadação média mensal da Contribuição de Iluminação Pública - COSIP. Embora não haja um mapeamento do nível de iluminância incidente, espera-se que um projeto de modernização contribua para a melhoria de qualidade da iluminação e consequentemente com a redução de indicadores de criminalidade, que crescem em todas as regiões da Cidade.

Descrição da Iniciativa

Substituir as lâmpadas do parque de iluminação pública por novas luminárias com lâmpadas tipo LED ou com outra tecnologia eficiente disponível e implementação de sistema de tele gestão, exceto em áreas já atendidas com essas tecnologias, com impossibilidade de acesso ou com comprometimento ambiental/patrimonial. Como condição deverão ser realizadas as seguintes ações: o estudo e modelagem de uma Parceria Público Privada - PPP, a realização de consultas públicas e análises pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCM-RJ, para posterior realização de processo licitatório e assinatura de contrato, a partir daí iniciar-se-á a implementação dos pontos de IP e medição dos resultados.

Resultados Esperados

Modernização dos pontos de Iluminação Pública da Cidade, considerando as exceções previstas, redução da fatura de energia de Iluminação Pública, redução das emissões de gases de efeito estufa e manutenção do índice de apagamento inferior a 2%.

Alinhamento com Metas

- Modernizar, até o final de 2020, 100% dos pontos de iluminação pública, priorizando as áreas da cidade com maiores taxas de violência registradas, conforme levantamento realizado em 2017.
- Reduzir em 40% o consumo de energia elétrica da iluminação pública, até 2020.
- Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Substituição de lâmpadas por LED
- Sistema de Tele gestão

Indicadores:

- Índice de apagamento
- Quantidade de pontos substituídos por lâmpadas de LED



Situação Atual

Atualmente a cidade do Rio de Janeiro não dispõe de condições de acessibilidade adequadas, e esta realidade se reflete nas más condições das calçadas e na falta de adaptação das mesmas. Nos últimos anos, a acessibilidade em espaços públicos vem ganhando cada vez mais importância, atendendo não somente aos portadores de necessidades especiais, mas também acompanhando a demanda crescente por acessibilidade devido ao envelhecimento da população.

O projeto foi originado observando obstáculos naturais e físicos que impedem a livre circulação de todos os cidadãos pela cidade com autonomia e, com isso, dificultam visitas a pontos turísticos, edificações públicas e privadas e áreas de lazer.

No caso de praias, existem apenas iniciativas sazonais de ONGs para utilização destes espaços por pessoas com deficiência.

Descrição da Iniciativa

Dotar as principais unidades de saúde localizadas nos centros de alcance Metropolitano, Municipal e Intermunicipal e Regional, o Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência - CIAD, os Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência - CMRPD e as principais praias com rotas acessíveis, a partir dos modais mais próximos;

Implantar rampas acessíveis nas travessias semaforizadas delas desprovidas nas centralidades.

Praias Acessíveis - Modelo Praia Vermelha: Promover acessibilidade oferecendo o mínimo de autonomia para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida às áreas de lazer da região composta por: Pão de Açúcar, Praia Vermelha, Trilha Claudio Coutinho e Praça General Tibúrcio. O Projeto conta com estrutura física móvel, propondo receber autonomia e com equipe multidisciplinar capacitada para assistir adequadamente a demanda. Conta também com atividades como esporte e cultura ampliando o projeto de forma que cada cidadão se sinta livre e ao mesmo tempo incluído. Pode ser ampliado para mais 07 pontos.

Praias Acessíveis - Praia de Copacabana: A ideia se resume na elaboração de estudo para futura implantação de estrutura fixa, cuja missão é proporcionar à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a experiência de relação com o mar, usufruindo de um local seguro e, ainda interagindo com moradores e turistas. Neste local, existirá deck e será montado com rochas uma espécie de “quebra-mar” a 300 metros da costa, cujo o intuito é amenizar a força das ondas, criando uma piscina natural. Não haverá acessibilidade assistida.

Resultados Esperados

Promover a acessibilidade de forma independente, possibilitando o livre direito à locomoção nos logradouros da cidade a serem atendidos e requalificados, a partir da implantação de rotas acessíveis e rampas nas calçadas.

Promover por meio do projeto “PRAIA ACESSÍVEL” promove condições para que toda população incluindo pessoas com deficiência possam usufruir de maneira democrática e digna das praias da cidade.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Rotas Acessíveis
- Implantação de rampas nas travessias semaforizadas nas centralidades
- Praias Acessíveis

Indicadores:

- Número de rampas de acessibilidade construídas/recuperadas

Alinhamento com Metas

- Implementar 12 km de rotas acessíveis até 2020.
- Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.



Situação Atual

Atualmente, não há um levantamento da real situação da malha viária da cidade, dificultando o planejamento necessário para uma gestão eficiente de pavimentos. A gestão e a conservação das vias da cidade ainda são realizadas sob demanda, havendo oportunidade para uma coordenação de esforços e atividades mais integrada e eficiente. Além disso, é grande a demanda por parte da comunidade do Rio de Janeiro por uma intervenção significativa na pavimentação das vias, e não apenas medidas paliativas na solução dos problemas ocasionados a cada novo período de chuva. Diante do exposto faz-se necessária uma intervenção profunda e duradoura, de alta qualidade tanto em termos técnicos, quanto nos aspectos estéticos, visando proporcionar ao Rio de Janeiro melhor qualidade de vida a sua população.

Descrição da Iniciativa

A partir da implantação e validação de um sistema de gestão integrado será possível medir e monitorar os índices de conservação da cidade. Para tanto, será realizado um levantamento detalhado das condições de pavimentação das vias, gerando um índice de qualidade de pavimentos para cada trecho analisado. Tais informações serão integradas ao Sistema de Gerência de Pavimentos (SGP), que permitirá uma clara visualização das áreas mais críticas da cidade. A partir da análise dos dados coletados, será estabelecido um programa de pavimentação, com a definição da ação mais apropriada para cada via (manutenção preventiva, corretiva ou reforço convencional). Após cumprir o estabelecido pelo programa, as vias continuarão a ser monitoradas e o sistema constantemente atualizado.

Resultados Esperados

Esta iniciativa estratégica visa melhorar os índices de conservação da cidade a partir da implantação e validação de um sistema de gestão integrado. Tal sistema permitirá uma aplicação dos recursos públicos mais consciente, focada nas reais necessidades das vias, tornando-se uma importante ferramenta para a tomada de decisão. Espera-se uma transformação da gestão de pavimentos da cidade, resultando em um salto de qualidade das vias públicas.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Sistema de Gestão de Pavimentos

Indicadores:

- Índice de Conservação da Pavimentação

Alinhamento com Metas

- Implementar um Sistema de Gerência de Pavimentos – SGP, de acordo com as normas do DNIT, a partir da análise do estado de conservação de toda a malha viária da cidade até 2020.



Situação Atual

O Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro abrange os bens de natureza material ou imaterial que, individualmente ou em conjunto, constituem referência da identidade e da memória dos diferentes grupos e manifestações culturais da cidade. Além da proteção de imóveis por seu valor individual, também conjuntos urbanos com características culturais de relevância são protegidos. Atualmente existem no Rio de Janeiro cerca de 2.000 bens tombados e 30 áreas de proteção do ambiente cultural (APAC), além de entornos de bens tombados (AEBT), num total de aproximadamente 16.000 imóveis protegidos, e cerca de 40 bens registrados como patrimônio imaterial.

A proteção legal dos imóveis, entretanto, não é suficiente para garantir a recuperação e/ou conservação desses bens. Parte dos problemas referentes a esta conservação reside na escassez de recursos para a realização de obras, no alto custo das intervenções e na falta de informação, por parte dos proprietários ou moradores das áreas protegidas, acerca da importância do patrimônio cultural da cidade. Grande parte da população ainda desconhece as áreas da cidade que são protegidas e qual a importância de se investir para garantir sua manutenção.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município prevê, em suas ações estruturantes relativas ao Patrimônio Cultural, a ampliação e modernização dos serviços de atendimento ao público, ações voltadas à valorização e divulgação do patrimônio e programas de educação patrimonial. O acesso a informações relativas ao Patrimônio Cultural, bem como a conscientização da população, em especial os comerciantes, sobre a importância da conservação do Patrimônio Cultural podem melhorar a dinâmica da economia urbana nas áreas protegidas.

Descrição da Iniciativa

“Patrimônio Carioca” tem por objetivo promover a divulgação e valorização do Patrimônio Cultural da cidade por meio de ações e programas que criem um ambiente favorável à manutenção e recuperação do espaço urbano, com destaque para as ações de valorização turística das áreas de proteção do ambiente cultural, priorizando o Sítio Rio Patrimônio Mundial – Paisagem Cultural e a promoção do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial Cultural. Neste contexto, serão implantadas ações e projetos estratégicos para o atendimento dos compromissos no Plano de Gestão do Sítio que é essencial para a manutenção do título de Patrimônio Mundial, além de contribuir para a conscientização da população acerca da importância da paisagem carioca.

Suas ações se dividem em dois tipos: ações de valorização, conservação e salvaguarda de bens protegidos, de natureza material e imaterial; e ações de promoção, divulgação e educação patrimonial, envolvendo trabalho com escolas municipais, publicações e eventos, com o objetivo de tornar mais acessíveis as informações acerca do Patrimônio Cultural da cidade e do seu potencial econômico e turístico.

Resultados Esperados

Uma população mais consciente da importância da manutenção do Patrimônio Cultural, que contribui na fiscalização deste bem coletivo, além de comerciantes que entendem que os investimentos realizados na valorização dos bens e áreas protegidas podem reverter em um incremento da visitação destes locais por cariocas e turistas, com resultados econômicos positivos.

Um órgão municipal de Patrimônio Cultural mais eficiente em suas ações e com maior autonomia.

Alinhamento com Metas

- Implantar 10 projetos relevantes de preservação do patrimônio e da paisagem cultural da cidade até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Ações de valorização, conservação e salvaguarda de bens protegidos, de natureza material e imaterial
- Ações de promoção, divulgação e educação patrimonial

Indicadores:

- Número de placas do Sítio Rio Patrimônio Mundial de sinalização instaladas
- Número de placas do Circuito das Escolas Municipais instaladas
- Número de editais de conteúdo lançados para o Centro Carioca de Design
- % concluído das obras do Cais do Valongo



Situação Atual

A cidade possui um grande contingente populacional vivendo em favelas. São 440.000 domicílios distribuídos em 1.019 favelas¹. Nos últimos anos, parte desses assentamentos recebeu investimentos em urbanização, incluindo o Programa Favela Bairro e o Programa Morar Carioca, ambos de integração de assentamentos informais precários. Este último evoluiu nos últimos anos alcançando a urbanização de áreas contemplando 136.000 domicílios.

De acordo com o levantamento realizado recentemente pela Fundação GEORIO, 20.664 moradias encontram-se em área de alto risco geológico-geotécnico no entorno do Maciço da Tijuca e nos Complexos do Alemão e da Penha.

1 - A lei complementar nº 111 de 1/2/2011 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro), estabelece no artigo 234, as seguintes definições, adotadas no SABREN:

Favela – área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes.

Descrição da Iniciativa

“Territórios Integrados” coaduna com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, articulado com ações que contribuam para integração efetiva dos assentamentos precários informais atendidos, em consonância com o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro.

A iniciativa é estruturada em 6 vetores de ação:

- Urbanização e implantação de infraestrutura em assentamentos precários;
- Desenvolver estudos visando a requalificação das comunidades de Rio das Pedras e da Maré.
- Regularização urbanística e fundiária através da aprovação de Projetos de Alinhamentos e Loteamentos e de reconhecimento de logradouros em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS);
- Disponibilizar informações digitais, por meio do SIURB, referentes a projetos de infraestrutura para inicialmente 50 favelas;
- Recuperação de domicílios precários e requalificação de conjuntos habitacionais;
- Continuidade das ações de mitigação de risco em áreas de alto risco geológico-geotécnico do Maciço da Tijuca;
- Contratação do mapeamento de risco geológico-geotécnico para o Maciço da Pedra Branca.

Resultados Esperados

Esta iniciativa permitirá dar prosseguimento à integração urbanística, social, econômica e cultural dos moradores dos assentamentos precários informais à cidade. Até 2021, espera-se a integração dos logradouros públicos situados nos assentamentos na base georreferenciada da cidade. E, até 2020, que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico.

Alinhamento com Metas

- Beneficiar 21 favelas em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), realizando obras de urbanização, até 2020.
- Concluir os estudos para Requalificação Urbana de Rio das Pedras até 2018.
- Beneficiar 100.000 domicílios com procedimentos de regularização urbanística e fundiária, até 2020.
- Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Fomento para contratação de UHIS pelo PMCMV, incluindo Jacarezinho
- Construção de UHIS para reassentamentos
- Descontaminação do Terreno da GE
- Concluir os estudos para Requalificação Urbana de Rio das Pedras até 2018

Indicadores:

- Número de domicílios atendidos por obras de urbanização e infraestrutura
- Número de domicílios beneficiados por PALs aprovados em AEIS
- Número de títulos de Concessão Real de Uso (CDRU) ou legitimação de posse emitidos
- Números de domicílios atendidos por requalificação de conjuntos habitacionais
- Extensão de vias públicas recuperadas em loteamentos irregular/clandestino



Situação Atual

Desde o ano de 2009 o município vem enfrentando o déficit habitacional, fomentando a contratação de cerca de 81.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social, sendo mais de 40% delas voltadas a famílias com renda de até R\$1.800,00 (Faixa 1) do Programa Minha Casa Minha Vida.

No entanto, até 2014, antes do início da recessão econômica, a média anual de contratações nesta faixa de renda era em torno de 5.800 unidades habitacionais por ano (desde 2009) e, nos últimos dois anos, não houve mais contratações, demonstrando uma piora no combate ao déficit habitacional relativo à camada da população que corresponde a maior parte dele. Isso ocorreu devido à defasagem dos valores de subsídio do Programa e ao alto custo da terra.

Descrição da Iniciativa

“Mais Moradias” visa estimular a produção habitacional para famílias com renda de até 10 salários mínimos, segmento prioritário para o atendimento do déficit habitacional, com ênfase na renda de até R\$1,8 mil, sendo parte das unidades produzidas destinada a famílias oriundas de áreas de risco e /ou extrema precariedade.

Com a revisão dos valores dos subsídios do Programa Minha Casa Minha vida pelo governo Federal e a criação de uma nova Faixa de renda, a iniciativa visa uma retomada no número anual de contratações na Faixa I e um bom desempenho na Faixa 1,5. Além disso, o Município do Rio de Janeiro irá se planejar para construir novas alternativas voltadas ao enfrentamento do déficit. Sendo assim, a iniciativa será estruturada nas seguintes frentes de ação:

- Formular e implementar Programas de Incentivo à Produção Habitacional
 - Contrato Convênio Demanda
 - Alienação de terrenos Próprios Municipais.
- Reduzir o banco do Auxílio Habitacional Temporário (AHT), com a oferta de novas moradias.
- Aplicar os instrumentos da Política Urbana que subsidiam a Produção de Habitações de Interesse Social após a sua regulamentação.
- Manter o fomento à contratação de Unidades Habitacionais de Interesse Social pelo Programa Minha Casa Minha Vida, garantindo o reassentamento e a aquisição de moradias por famílias de baixa renda.
- Produção de casas pela Prefeitura para complementação da Faixa I reassentada.
- Fomentar a utilização de técnicas e materiais sustentáveis na construção.
- Implementar o Plano de Habitação de Interesse Social do Porto (Produção Habitacional/ Locação Social/ Regularização Fundiária). Identificar e mapear as áreas remanescentes de implantação de corredores viários visando incremento à Produção Habitacional.
- Produzir Unidades Habitacionais de Interesse Público na favela do Jacarezinho (terreno GE).
- Monitorar o acesso à moradia através de índices a serem informados pelos órgãos de controle da Prefeitura.

Resultados Esperados

Espera-se com o programa disponibilizar novas residências para, pelo menos, 20.000 famílias, contribuindo para a redução do déficit habitacional na cidade. E implementar novas formas de produção habitacional, incluindo a alternativa de locação de interesse social, inicialmente prevista para a área central da cidade.

Alinhamento com Metas

- Contratar 20.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social até dezembro de 2020.
- Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Fomento para contratação de UHIS pelo PMCMV, incluindo Jacarezinho
- Construção de UHIS para reassentamentos
- Descontaminação do Terreno da GE

Indicadores:

- Número de UHIS licenciadas
- Número de UHIS entregues
- Número de famílias reassentadas
- Número de famílias retiradas do Banco AHT



Situação Atual

Nos últimos anos, a cidade do Rio de Janeiro ampliou sistematicamente sua Rede Estrutural de Transportes, a partir da proposição e implantação de ligações importantes, tais como a Transoeste, Transcarioca e, mais recentemente, a Transolímpica.

Tal experiência exigiu a reestruturação parcial das linhas convencionais, promovendo um maior ordenamento dos deslocamentos por transporte público na cidade, com ganhos em tempo de viagem e em conforto, decorridos da condição do embarque em estações mais estruturadas, da melhoria da acessibilidade e da utilização de veículos com ar condicionado na totalidade de sua frota articulada. Outros ganhos, como a redução das emissões de partículas, também se mostraram como importantes conquistas para a cidade.

Neste contexto, a ligação Transbrasil representa a consolidação de um sistema estruturante de corredores e ligações desenvolvido pelo município do Rio de Janeiro, que junto com as linhas de trem, metrô e barcas formam uma malha de transporte estruturadora da circulação urbana por transporte público coletivo. A ampliação da rede metroviária até a Barra da Tijuca foi outro significativo avanço para a valorização e promoção de um sistema estruturante da mobilidade, a partir da implantação, ampliação e requalificação de corredores e ligações, pensadas historicamente e expressas pelo planejamento da cidade, através do seu Plano de Diretor – LC 111/11 - e Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.

Entretanto, observa-se um tensionamento do sistema *Bus Rapid Transit* - BRT a partir da inclusão de novas ligações e serviços, associados ao crescimento sistemático da demanda, que exigem uma compatibilização a esta nova realidade.

Descrição da Iniciativa

A “Expansão do Sistema de Transportes” visa aumentar a eficiência do transporte público através da ampliação da Rede Estrutural de Transportes, do reordenamento dos eixos prioritários e da requalificação de serviços de transporte público coletivo, melhorando a qualidade dos serviços e o conforto para os usuários do sistema de transporte na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, são propostas ações de desenvolvimento de ligações previstas no planejamento municipal, a conclusão de novos corredores, a implantação de novos eixos de circulação prioritários para o transporte público coletivo (*Bus Rapid System* - BRS), a implantação de serviços alimentadores na Área de Planejamento 5 – AP5 (Serviço de Transporte Público Local - STPL), a instalação de novos terminais urbanos e a realização de estudos e soluções para o transporte aquaviário. Consiste também no estudo de soluções e modais mais adequados ao contexto urbano, para atender às crescentes demandas de transporte público.

Desse modo, a iniciativa estratégica abrange as seguintes linhas de ação:

- Estudo e implantação de novas ligações do sistema de transporte;
- Ampliação da malha de BRS;
- Implantação de serviços STPL;
- Conclusão das obras do Corredor Transbrasil e sua integração ao Centro.

Resultados Esperados

Para esta iniciativa, espera-se obter os seguintes resultados:

- Expansão da oferta de serviços estruturados no sistema de transportes;
- Aumento da eficiência do sistema de transporte;
- Promoção de deslocamentos com maior rapidez;
- Melhoria da satisfação dos usuários do sistema de transportes;
- Implantação de soluções em serviços de transporte local na AP5;
- Conclusão das obras do Corredor Transbrasil, implantação de sua interligação ao Centro e construção dos Terminais.
- Redução das emissões de gases de efeito estufa.

Alinhamento com Metas

- Implantar e iniciar as operações do Corredor Transbrasil, até 2020.
- Desenvolver os estudos para implantação de 40,4 km de novas ligações da Rede Estrutural de Transportes, implantando e operando, no mínimo 15% destes novos corredores, até 2020.
- Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Estudo e implantação de novas ligações
- Ampliação da malha de BRS
- Implantação de serviços de STPL
- Conclusão das obras do Corredor Transbrasil e sua integração ao Centro

Indicadores:

- Extensão de corredores BRS implantados
- Extensão do Corredor Transbrasil finalizada



Situação Atual

A cidade do Rio de Janeiro tem realizado importantes ações de planejamento em transporte com diferentes soluções inteligentes para melhorar os serviços, a gestão e a operação do sistema municipal de transporte público.

Foi significativa a criação do Bilhete Único Carioca e a ampliação do tempo de sua utilização para duas horas e meia, que beneficiou um grande número de usuários do sistema de transporte.

A implantação dos eixos exclusivos (*Bus Rapid Transit* - BRT) e prioritários (*Bus Rapid System* - BRS) dedicados ao transporte público coletivo, mostraram a necessidade de se pensar na reestruturação do espaço viário, para garantir a mobilidade sustentável, possibilitando maior agilidade nos deslocamentos e reduzindo os tempos de viagem.

Entretanto, questões relacionadas a melhorias tecnológicas, como a universalização da climatização da frota e soluções de acessibilidade, apresentam-se ainda como desafios à melhoria da qualidade do sistema de transporte por ônibus, sobretudo naqueles convencionais.

Ainda, a necessidade de convergência de um sistema estruturado de controle em mobilidade para atendimento aos Jogos Olímpicos 2016 levou a experiência do Centro Integrado de Mobilidade Urbana (CIMU). Instalado provisoriamente no âmbito do Centro de Operações da Prefeitura do Rio (COR-Rio), objetivou o monitoramento integrado do sistema, para responder a ocorrências que pudessem afetar a mobilidade e viabilizar, com rapidez, a implementação de contingências.

Já no campo do planejamento, os avanços decorrem, sobretudo, do desenvolvimento do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS Rio), assim como do processo de avaliação técnica quinquenal do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável (LC 111/2011). Enquanto o primeiro definiu importantes ligações estruturais para a cidade e uma série de diretrizes para melhorias de mobilidade urbana, vinculadas a um compêndio de boas práticas e soluções aplicáveis à realidade do Rio de Janeiro; o segundo exigiu esforço das diferentes áreas da Prefeitura ao analisar as contribuições e melhorias já implementadas ou em fase de implementação, relativas a este Plano Diretor.

Há muito mais a fazer. Neste sentido, a iniciativa Melhoria da Mobilidade Urbana visa consolidar os processos de planejamento e operação de modo integrado e apoiados em mecanismos de informação e participação social, garantindo sua legitimização.

Descrição da Iniciativa

“Melhoria da Mobilidade Urbana” parte de soluções que articulem a ampliação, requalificação e modernização dos serviços de transporte. Os objetivos são a melhoria dos níveis de conforto dos serviços, a redução do nível de ocupação dos BRT’s, a promoção da fluidez do sistema e a implementação de soluções institucionais em apoio ao planejamento através da consolidação de dados e participação social, de forma contínua, integrada e sistemática.

Os passageiros se beneficiarão de ações como a ampliação do prazo de utilização do Bilhete Único Carioca (BUC), a consolidação do Centro Integrado de Mobilidade Urbana (CIMU), a instalação do Observatório da Mobilidade Urbana Sustentável e o desenvolvimento de estudos para aperfeiçoamento do funcionamento do sistema, reduzindo ainda mais os custos da integração e permitindo uma radiografia mais precisa das deficiências do sistema de ônibus em cada consórcio. Também estão previstas ações de conservação com melhorias da pavimentação da via do BRT Transoeste. Nesta direção, os usuários do sistema de transporte terão acesso a serviços mais regulares, confortáveis e seguros.

A proposta ainda abrange o estudo experimental de soluções qualitativas para o aperfeiçoamento, evolução e otimização do transporte público de massa existente na cidade, observados os limites, oportunidades e potencialidades da Rede Estrutural de Transportes já implantada.

Desse modo, a iniciativa estratégica abrange as seguintes linhas de ação:

Melhoria da qualidade da viagem: ações voltadas à fiscalização da frota, ao conforto do usuário e à redução do tempo dos deslocamentos;

Ampliação do tempo de uso do Bilhete Único Carioca (BUC);

Soluções e sistemas de apoio ao planejamento e operação;

Estudos experimentais para aperfeiçoamento do sistema de transportes.

Resultados Esperados

Nesta iniciativa, espera-se conseguir os seguintes resultados:

- Aperfeiçoamento do processo de planejamento;
- Melhoria da interlocução com a sociedade, consolidando metodologias de participação social em planejamento de transportes;
- Melhoria do controle da informação dos diferentes sistemas de transporte;
- Consolidação de indicadores para melhor acompanhamento das ações em mobilidade;
- Melhor satisfação dos usuários do sistema de transportes com a ampliação do tempo de utilização do BUC;
- Aperfeiçoamento do processo e rotinas de fiscalização;
- Maior controle das informações e da qualidade da frota em cada consórcio, considerando os componentes fiscalizados;
- Redução de possíveis irregularidades acerca do funcionamento dos equipamentos de ar condicionado e recursos de acessibilidade.

Alinhamento com Metas

- Reduzir em, pelo menos, 50% o tempo de deslocamento nos serviços expressos de todos os corredores BRT implantados até 2017, no horário de pico;
- Reduzir o nível médio de ocupação dos ônibus articulados, considerando os serviços mais carregados do BRT, através da promoção de melhorias no Sistema até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Melhoria da qualidade da viagem: ações voltadas à fiscalização da frota, ao conforto do usuário e à redução do tempo dos deslocamentos
- Ampliação do tempo de uso do Bilhete Único Carioca (BUC)
- Soluções e sistemas de apoio ao planejamento e operação
- Estudos experimentais para aperfeiçoamento do sistema de transportes

Indicadores:

- Redução do tempo de deslocamento nos corredores BRS
- Percentual de frota fiscalizada
- Prazo de utilização do Bilhete Único Carioca



Situação Atual

O acompanhamento dos indicadores de segurança no trânsito mostra que, embora tenha havido uma pequena redução no número de vítimas nos últimos anos, o quadro atual é extremamente grave, com mais de 40.000 mortes no Brasil e de quase 500 no município do Rio de Janeiro, no último ano.

Descrição da Iniciativa

“Trânsito Seguro” prevê um conjunto de ações fundamentadas no tripé da segurança viária – engenharia de tráfego, educação e fiscalização, através da implantação de gestão eficaz do trânsito com a otimização da rede de equipamentos inteligentes para gerenciamento da mobilidade (ITS), a aplicação eficiente da fiscalização eletrônica, a melhoria da sinalização gráfica e o incremento dos programas de educação para o trânsito.

A meta proposta, reduzir a taxa de homicídios culposos em decorrência de acidentes de trânsito em 15%, é extremamente desafiadora, pois, em que pese a redução da taxa nos últimos 10 anos, os resultados dos 2 últimos anos indicam uma tendência de estabilização. Assim, requer que a CET-Rio direcione parte significativa dos seus esforços e, conseqüentemente, do seu orçamento, para projetos relacionados à segurança viária.

Dentre as medidas planejadas na iniciativa estão a revisão das condições de segurança das travessias semaforizadas, com o aumento dos tempos destinados aos pedestres; a revisão dos limites de velocidade e da localização dos equipamentos de fiscalização eletrônica; o incremento das ações educativas (projeto "a caminho da escola") e a implantação de sinalização viária em acessos a comunidades e a hospitais da rede pública.

Resultados Esperados

Redução da taxa de homicídios culposos no trânsito contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, a expansão da atividade econômica e a melhoria das condições urbano-ambientais da nossa cidade.

Alinhamento com Metas

- Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Engenharia de tráfego
- Educação para o trânsito
- Fiscalização.

Indicadores:

- Taxa de qualidade da sinalização gráfica
- Índice de desenvolvimento de ações de educação para o trânsito
- Percentual do parque de equipamentos de fiscalização eletrônica atendendo aos critérios da Portaria N CET Rio 004/2017



Situação Atual

A cidade conta hoje com uma expressiva extensão de rotas cicloviárias e paraciclos instalados. O sistema cicloviário vêm sendo implantado paulatinamente por um período de quase 25 anos, obedecendo a diversos interesses e finalidades, algumas com sucesso, outras nem tanto, mas com uma constante e crescente demanda, o que demonstra o vigor dessa iniciativa.

De acordo com pesquisas realizadas, hoje sabemos que 81,2% dos ciclistas cariocas pedalam 5 ou mais dias por semana, 42,5% utilizam a bicicleta como modo de transporte há menos de 5 anos e 34,8% utilizam-na em combinação com outro modo de transporte; 56,6% dos ciclistas gastam entre 10 e 30 minutos em suas viagens e 27,7% possuem entre 25 e 34 anos. A grande maioria (81,8%) utiliza a bicicleta para ir ao trabalho e 28,8% apontaram como principal problema no dia a dia a falta de infraestrutura cicloviária e quase a mesma percentagem indicou falhas de segurança e educação no trânsito.

A rapidez e a praticidade aliadas ao baixo custo foram os motivos que levaram a maioria dos ciclistas a começar a pedalar e são esses mesmos motivos que os cariocas alegam para continuar.

O processo de utilização da bicicleta nos deslocamentos têm se mostrado irreversível e a elaboração de um plano diretor cicloviário neste momento é oportuna e conveniente, pois possibilitará a transformação de um conjunto de rotas cicloviárias desagregadas num sistema organizado, com rotas interligadas entre si, estabelecendo uma rede de trajetos complementares ao sistema de transportes de alta capacidade e aos principais centros de comércio, serviços e lazer bem como aos equipamentos públicos comunitários de saúde, educação, cultura e esportes.

Descrição da Iniciativa

A elaboração de um plano diretor é justificado pela evidência de que um plano bem estruturado e realista, alicerçado em pesquisas na dinâmica de deslocamentos rotineiramente realizados e na manifestação expressa da população por rotas desejáveis e necessárias é um forte instrumento para embasar tomada de decisões tanto na esfera técnica quanto na política.

Também é indispensável definir novos indicadores de desempenho que sejam de fato instrumentos de gestão, para que possamos monitorar e avaliar periodicamente a implantação do sistema ciclo viário, corrigindo rumos e identificando as mudanças necessárias.

Por fim, o que se pretende, tendo um plano diretor como instrumento, é aumentar de forma consistente a participação da bicicleta e de outros transportes ativos na divisão modal, com a indicação de rotas e infraestruturas adequadas com a promoção de uma apropriação equitativa dos logradouros públicos, fomentando sua requalificação com outras funções que não só o trânsito de veículos, mas também o de ciclistas e pedestres.

Resultados Esperados

Para esta iniciativa, espera-se conseguir os seguintes resultados:

- Aperfeiçoamento do processo de planejamento.
- Consolidação de uma rede ciclo viária integrada à Rede Estrutural de Transporte.
- Melhor satisfação dos ciclistas.

Alinhamento com Metas

- Elaborar e implantar o Plano Diretor Ciclovário até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Planejamento ciclovário
- Rotas ciclovárias
- Infraestrutura para uso de bicicleta

Indicadores:

- Quantidade de paraciclos instalados
- Extensão de rota ciclovária implantada
- Extensão de rota ciclovária recuperada





2017-2020

PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DIMENSÃO

GOVERNANÇA

ÁREAS DE RESULTADO

- **Governança Para os Cidadãos**

DIRETRIZES

- ❖ Consolidar a estrutura de planejamento como função permanente de Estado e a articulação intersetorial, fortalecendo a integração transversal das diferentes áreas e políticas de governo.
- ❖ Garantir a eficácia e transparência da gestão pública com a adoção das melhores práticas de gestão de projetos e pelo monitoramento sistemático de indicadores de resultados e metas.
- ❖ Assegurar a gestão técnica e profissional da administração pública municipal, livre de interesses partidários ou de qualquer influência ou discriminação, e em sintonia com o interesse público.
- ❖ Promover a transparência e a participação da população nas políticas públicas, assegurando o aperfeiçoamento da democracia e cidadania .
- ❖ Promover as identidades locais e a governança descentralizada mais próxima da população, de forma a reduzir as desigualdades regionais .
- ❖ Desenvolver Parcerias Público-Privadas em áreas que exigem altos investimentos e capacidade gerencial, especialmente ligadas à infraestrutura, sempre observados os princípios de idoneidade e transparência.
- ❖ Desenvolver parcerias com a sociedade civil organizada, a comunidade acadêmica, e com os think tanks especializados a fim de melhorar a qualidade das políticas públicas de forma transparente.
- ❖ Garantir a adoção de práticas sustentáveis pelos órgãos públicos na consecução de políticas; incluindo eficiência energética, controle de insumos e contratações públicas de obras e de serviço, e conscientização dos servidores.
- ❖ Garantir que os planos, programas e projetos da administração municipal incorporem a lente climática, cumprindo a Lei 5.248/11 - Lei Municipal de Mudanças Climáticas e considerem os documentos técnico-científicos de mitigação e adaptação.
- ❖ Incentivar a difusão tecnológica e a participação em rede como meio de disseminar boas práticas e a democracia.
- ❖ Garantir o incentivo à governança metropolitana, especialmente nas questões de saneamento, logística e transportes, saúde, segurança, emprego e demais funções comuns da metrópole.

M84: Instituir o “Sistema Municipal de Planejamento, Sustentabilidade e Resiliência” (SMPSR) até 2020.

M85: Reformular, aperfeiçoar e consolidar o modelo de meritocracia a partir de amplo debate com os servidores até 2020.

M86: Incluir a cidade do Rio de Janeiro em, pelo menos, um programa de âmbito nacional e um programa de âmbito internacional, de avaliação de indicadores de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela cidade aos seus cidadãos, até 2020.

M87: Ter 80% dos Líderes Cariocas ocupando Cargos de Direção até 2020.

M88: Implantar os 7 eixos da Gestão Responsável na Prefeitura até 2020.

M89: Alcançar nota máxima no Ranking de Escala Brasil Transparente (EBT) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União até 2020.

M90: Reduzir 30% do risco operacional dos serviços da Prefeitura associados ao ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC até 2020.

M91: Atingir o índice de satisfação com o atendimento ao cidadão de 81,4% até 2020.

M92: Proporcionar receita adicional anual de R\$ 900 milhões, em média, a partir de 2018 e até 2020, ao montante de IPTU, ISS e ITBI arrecadado em 2017.

M93: Implantar o Orçamento Base Zero em três órgãos da Administração Pública Municipal até 2020.

M94: Implantar o modelo de Descentralização Administrativa na Prefeitura do Rio de Janeiro até 2020.

M95: Celebrar termos de cooperação técnica com os 20 municípios que compõem a Região Metropolitana até 2020.

M96: Interromper o processo de descapitalização do Fundo de Previdência dos Servidores da Prefeitura do Rio e criar plano para o equacionamento do déficit atuarial até 2020.

M97: Implantar 80% dos Processos Administrativos, em processo digital até o final de 2020, tendo como referência o ano de 2016.

M98: Emitir 100% das licenças de obras em até 7 dias após envio de toda a documentação e aprovação por demais órgãos a partir de 2018.

M99: Implantar o Sistema Ambiental Online e garantir que, em 2020, ao menos 60% das licenças ambientais sejam expedidas pelo novo sistema.

M100: Aprovar Legislação Municipal, alterando o percentual máximo da receita corrente líquida para contratação de Parcerias Público-Privadas, de forma a alcançar o teto máximo estabelecido na legislação federal até 2020.

M101: Utilizar o limite máximo da Receita Corrente Líquida estabelecida na legislação vigente em projetos aprovados no Conselho Gestor do PROPAR-RIO até 2020.

Situação Atual

A pouca integração entre os diversos setores de planejamento, e dos mesmos com a gestão central concorrem, por vezes, para a criação de regras conflitantes, redundâncias de dispositivos e burocratização de processos. Isto pode ter como consequência a contratação de atividades com base em planos ou projetos embrionários podendo gerar aumento de prazo, escopo e/ou custos.

Neste contexto, foi criada a Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental - SUBPG com o objetivo de integrar o planejamento de políticas públicas, acompanhar a execução dos projetos, e avaliar os resultados conquistados das ações desenvolvidas pela municipalidade.

Desta forma, o Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão e o Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas foram incorporados a essa Subsecretaria unindo a elaboração do Plano Estratégico, Plano de Desenvolvimento Sustentável e demais planos ao acompanhamento dos seus projetos e metas, a fim de fortalecer a estrutura de planejamento e gestão e garantir o alinhamento entre os diversos Planos Municipais.

O Plano Estratégico é composto por iniciativas estratégicas com metas associadas, que são uma importante ferramenta para garantir a sua execução e um meio de se cumprir os compromissos firmados com a população. Neste sentido, a Prefeitura se utiliza de indicadores de desempenho e resultado, como por exemplo, taxas de mortalidade infantil e materna e notas do IDEB, dentre outros. Contudo, precisa avançar na centralização da gestão de indicadores das áreas de atuação de seus órgãos. É necessária a criação de um banco de dados central capaz de realizar armazenagem, comparação (interna e externa- benchmarking de outras cidades) e regionalização de indicadores de desempenho que auxiliem na tomada de decisão das políticas públicas vigentes.

A situação atual demonstra o esforço e a necessidade da consolidação de uma cultura de planejamento e gestão integrada na Prefeitura.

Descrição da Iniciativa

Para uma gestão eficiente das políticas públicas, iniciativas, projetos e metas estratégicas da Prefeitura é imprescindível uma estrutura que fortaleça o planejamento, a integração entre os órgãos e o acompanhamento dos projetos e resultados. Para disseminação de uma cultura voltada para a gestão, que garanta maior eficiência e eficácia das políticas públicas, é imprescindível o estabelecimento de metas e o acompanhamento de indicadores. A iniciativa contará com o uso do Sistema Municipal de Informações Urbanas - SIURB que tem entre seus objetivos dar suporte ao planejamento e gestão no âmbito da Prefeitura.

“Planeja Rio” contemplará ações como:

1. Sistema Municipal de Planejamento, Sustentabilidade e Resiliência
 - Regulamentação do Sistema Municipal de Planejamento
 - Desenvolvimento de Plataforma de integração de planos e diagnósticos da Cidade; Criação de Plataformas de planejamento e monitoramento da cidade, com painel para avaliação gerencial; Criação de Plataforma de participação na elaboração dos Planos
 - Regulamentação do Sistema de Planejamento e Gestão Ambiental e Sistema de Controle de Uso e Ocupação do Solo, conforme previsão do Plano Diretor,
 - Gestão de processos - Integração do Planejamento à Gestão de Projetos e Processos através de acompanhamento integrado da realização de escopo, cumprimento de prazos, orçamentação e uso de recursos financeiros; Otimização dos processos transversais da Prefeitura.
 - Programa de Cooperação Internacional de Planejamento e Sustentabilidade.
 - Criar Código do Cidadão.
2. Ampliação do Sistema Municipal de Gestão de Alto Desempenho
 - Desenvolvimento de Planos táticos por secretaria incorporando as implicações do Plano Estratégico da Cidade;
 - Incentivar a Implantação de Escritórios de Gerenciamento de Projetos Setoriais nos principais órgãos da Prefeitura, a fim de difundir técnicas, normas e procedimentos do Escritório de Gerenciamento de Projetos Central em todos os níveis hierárquicos da Prefeitura;
 - Aprimoramento do Acordo de Resultados: Revisão das regras e critérios de premiação.
 - Criação do Banco de Indicadores de Resultados que integrará diversas fontes de informação, tanto internas quanto externas à Prefeitura. Ele permitirá o cruzamento de dados, fornecendo análises e informações para subsidiar tomada de decisão e para auxiliar na mensuração do avanço das políticas públicas.

Resultados Esperados

- Fortalecimento da estrutura de planejamento e gestão, permitindo acompanhar também os Planos Setoriais na condução das políticas públicas.
- Alinhamento e direcionamento de esforços de planejamento na direção da visão estratégica da Alta Gestão, promovendo a otimização de prazos e custos e a melhoria das entregas.
- Difusão dos conceitos de sustentabilidade no processo de planejamento em todos os órgãos da Prefeitura.
- Viabilização de análises de dados transversais em tempo hábil para tomada de decisões estratégicas.
- Melhoria na qualidade de informações sobre a cidade.

Alinhamento com Metas

- Instituir o Sistema Municipal de Planejamento, Sustentabilidade e Resiliência (SMPSR) até 2020.
- Reformular, aperfeiçoar e consolidar o modelo de meritocracia a partir de amplo debate com os servidores até 2020.
- Incluir a cidade do Rio de Janeiro em, pelo menos, um programa de âmbito nacional e um programa de âmbito internacional, de avaliação de indicadores de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela cidade aos seus cidadãos, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Sistema Municipal de Planejamento, Sustentabilidade e Resiliência
- Ampliação do Sistema Municipal de Gestão de Alto Desempenho

Indicadores:

- Número de Plataformas de Planejamento desenvolvidas
- Número de processos estratégicos remodelados
- Número de Escritórios de gerenciamento de projetos setoriais criados
- Percentual de servidores participantes do Acordo de Resultados
- Número de indicadores acompanhados pelo Banco de indicadores



Situação Atual

Um tema fundamental para a evolução dos serviços prestados pela Prefeitura é o desenvolvimento de seu corpo de servidores. Dentro deste contexto, a Prefeitura enfrenta alguns desafios.

Existe hoje um alto risco de perda de conhecimento e de capacidade de gestão e liderança devido à dependência de talentos externos e às aposentadorias programadas dos seus servidores. As novas demandas apresentadas ao setor público enfatizam a necessidade de identificar e qualificar profissionais com potencial de liderança, com o objetivo de formar quadros de líderes e gestores preparados para servir com excelência aos diversos setores da sociedade. Do total de servidores concursados que nos últimos 5 anos ocuparam cargos de gerência e coordenação (DAS-8 ou superior), 35% poderão se aposentar em 2017.

A inexistência de uma base de dados que permita identificar os profissionais com os talentos desejados e a ausência de processos de seleção estruturados dificultam a realização de nomeações de gestores/assessores por meio de seleção por competências. Há ainda uma evidente necessidade de aumento de capacitação dos servidores que ocupam os principais cargos de gestão e dos outros servidores em geral.

Neste contexto, outro tema relevante é o Programa Líderes Cariocas, que foi criado para facilitar o crescimento acelerado de talentos para assumir cargos de liderança. No entanto, a progressão dos Líderes Cariocas poderia ser mais expressiva. Nos últimos 3 anos, 60% dos atuais Líderes Cariocas tiveram uma movimentação ascendente ou lateral, contudo, apenas 40% dos Líderes Cariocas ocupam funções estratégicas.

Adicionalmente, a Prefeitura não possui um programa de trainees. O estabelecimento de novas parcerias ensino-serviço pode proporcionar a jovens talentos a aquisição de experiências, contatos e habilidades profissionais para empregos futuros e, ao mesmo tempo pode auxiliar a oxigenar as áreas meio da Prefeitura, com aplicação de seus conhecimentos.

Descrição da Iniciativa

“Gente de Efetividade” tem o objetivo de desenvolver os profissionais das áreas de gestão da Prefeitura, atuando em 7 linhas de ação:

- Promoção de programas de desenvolvimento contínuo para ocupantes de cargos de gestão e liderança e para os servidores em geral, com enfoques em trilhas de conhecimentos Inter/multidisciplinar, baseados nos princípios da moderna administração pública e de modelos avançados de gestão de cidades;
- Reforço do Programa de Líderes Cariocas, com a formação de novos Líderes e aumento do reconhecimento por meio de eventos de formação e de sistema de remuneração variável;
- Criação de certificação para funções específicas e de gestão para servidores da Prefeitura, aferindo conhecimentos técnicos, habilidades e atitudes, e classificando, em uma escala técnica, o potencial de desempenho esperado de pessoas para o exercício de cargos ou funções gerenciais, oferecendo dados e informações valiosas para refinar o banco de potenciais gestores e promovendo e orientando o desenvolvimento dos gestores;
- Criação do programa de Trainees nas áreas de gestão da Prefeitura;
- Criação do Sistema de Gerenciamento de Banco de Talentos da Prefeitura, com a implantação de Solução Tecnológica de Gestão por Competências para apoiar o mapeamento e a gerência de potenciais gestores;
- Criação do Sistema de Gestão de Alto Escalão da Prefeitura;
- Fomento da implantação do Instituto Internacional de Gestão de Cidades no Rio de Janeiro, articulando com Instituições de Ensino nacionais e internacionais, além de agências de fomento e Organizações não governamentais, para qualificação de gestores públicos.

Resultados Esperados

- Aumento significativo da capacidade de Liderança e de Gestão e Técnica dos servidores da Prefeitura.
- Fomento ao desenvolvimento do capital humano da Prefeitura.
- Criação de oportunidades para jovens talentos conhecerem o setor público.
- Aumento da capacidade analítica sobre as informações de pessoal, proporcionando controle, melhores previsões e planejamento dos dispêndios de recursos de pessoal da Prefeitura.
- Melhoria da efetividade da gestão e fortalecimento das capacidades municipais em relação à implementação local dos objetivos da Agenda Global para 2030.

Alinhamento com Metas

- Ter 80% dos Líderes Cariocas ocupando Cargos de Direção até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Gestores Efetivos
- Líderes Cariocas
- Certificação para Funções Estratégicas
- Programa de Trainee na Prefeitura
- Banco de Talentos

Indicadores:

- Número de Líderes Cariocas em Cargos de Direção
- Número de Líderes Cariocas ativos
- Número de capacitações individuais realizadas
- Porcentagem de servidores certificados em funções estratégicas
- Porcentagem de servidores cadastrados no banco de talentos
- Número de trainees selecionados



Situação Atual

O Município do Rio de Janeiro vem passando por mudanças. E com elas se percebe diversas oportunidades de melhorias em muitos setores e áreas de atuação da Prefeitura. Faz-se necessário estruturar uma política de governança, baseada na Gestão Responsável e Transparente para ampliar o alcance dos resultados traçados junto à população carioca. Com mecanismos como a Gestão de riscos, a regulamentação de políticas de prevenção a fraudes, a disseminação de fundamentos de integridade e ética, além de um maior controle da conformidade dos atos, a Administração poderá almejar resultados expressivos no que diz respeito à melhoria da responsabilidade na gestão e da transparência.

Em relação à transparência da administração, a cidade do Rio de Janeiro encontra-se na 24ª (total de 27) posição no Ranking das Capitais na Escala Brasil Transparente divulgada pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, no início de 2017, com nota 5,83 (em uma escala de 10). Já no ranking das cidades brasileiras, o Rio de Janeiro está na posição 540 no universo de 1847 cidades. Esses índices podem e devem ser melhorados. Isso vale também para o controle social, onde é preciso implementar mecanismos que aproximem o cidadão da tomada de decisões da Prefeitura para o exercício das políticas públicas, a fim de que possamos ampliar a abrangência do controle na Cidade.

Descrição da Iniciativa

“Rio Responsável e Transparente” da cidade do Rio de Janeiro compreende ações de liderança, estratégia e controle adotadas pela Administração para avaliar, direcionar e monitorar: a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas, a prestação de serviços de interesse da sociedade e a geração de valor público; e sua interação com a sociedade para conceber, implementar e manter essas políticas e serviços.

Esta iniciativa está dividida em duas dimensões, Gestão Responsável e Gestão Transparente, que se subdividem nos seguintes eixos de atuação:

Gestão Responsável (7 eixos):

- Sistema de Governança - Criação de estrutura capaz de direcionar estratégias e práticas dentro do Executivo Municipal, visando o alcance dos resultados idealizados.
- Cultura de Integridade e ética - definição de padrões éticos de comportamento e atuação, capazes de disseminar os valores e princípios morais esperados para a Administração Municipal.
- Prevenção a Fraudes - Melhoria dos processos de trabalho, mitigando a ocorrência de práticas improbas e fraudulentas por parte de todos os envolvidos nos processos da Prefeitura.
- Gestão de Riscos - Desenvolvimento de mecanismos capazes de evitar, responder e monitorar as ameaças que podem afetar o alcance dos objetivos traçados pela administração.
- Compliance - Instituição de um conjunto de medidas para alinhar as decisões dos gestores às normas vigentes e aos limites legais estabelecidos.
- Controles Internos - Fortalecimento das estruturas de controle interno crítico dos Órgãos e Entidades, por meio de revisão e readequação dos procedimentos existentes.
- Auditorias Multidimensionais - análise das políticas públicas e dos processos de trabalho, com foco na inteligência corporativa, fornecendo aos gestores avaliações multidimensionais para a tomada de decisões estratégicas.

Gestão Transparente (2 eixos):

- Transparência Ativa e Passiva - Melhoria dos mecanismos de acesso às informações públicas e de prestação de contas à sociedade das atividades e resultados da Prefeitura.
- Controle Social - Desenvolvimento de um conjunto de ferramentas capazes de aproximar o cidadão do processo e do controle da tomada de decisões.

Resultados Esperados

- Melhoria da condução dos processos e atividades da Prefeitura, a partir de discussões, análises e estudos acerca dos efeitos e do alcance dos atos de gestão do alto escalão do município.
- Aprimoramento da execução das obrigações firmadas pelo Executivo junto à População Carioca.
- Elevação da posição da cidade no Ranking de transparência do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.
- Reconhecimento da Prefeitura como um ente federativo com alto nível de transparência pública, sendo referência para os demais entes.
- Aumento da participação da população nas tomadas de decisão para o exercício das políticas públicas.

Alinhamento com Metas

- Implantar os 7 eixos da Gestão Responsável na Prefeitura até 2020.
- Alcançar nota máxima no Ranking de Escala Brasil Transparente (EBT) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Gestão Responsável
- Gestão Transparente

Indicadores:

- Índice de conformidade das respostas dadas às solicitações de informações públicas.
- Índice de atendimento às solicitações dentro do prazo estabelecido pela Lei de Acesso à Informação.



Situação Atual

O desenvolvimento de Cidades Inteligentes é baseado em alguns pilares: infraestrutura, energia, saúde, governança, construções, tecnologia, cidadão e mobilidade.

A Tecnologia da Informação da Prefeitura encontra-se hoje sob risco de interrupção de operações e serviços críticos, ocasionados, principalmente, por longos anos de investimentos insuficientes na área.

As dificuldades na infraestrutura de tecnologia podem gerar perda de eficiência acarretando: lentidão na rede de dados, não arrecadação de receitas de tributos, dificuldade na atuação e integração dos órgãos, dificuldade de controle mais efetivo dos serviços prestados, limitação organizacional da Prefeitura em executar as atividades requeridas no âmbito de Tecnologia de Informação e Comunicação -TIC.

Além disso, há de se transformar de forma estrutural o modelo de funcionamento da cidade, modificando o padrão de movimentação da população a partir da não obrigatoriedade de deslocamentos casa-trabalho-casa para se realizar atividades que possam ser desenvolvidas em qualquer lugar onde exista infraestrutura tecnológica de informação e comunicação adequada.

Descrição da Iniciativa

“Cidade Digital” visa promover melhorias na capacidade de processamento de informações para suportar os serviços prestados ao cidadão, buscando diminuir os riscos tecnológicos dos serviços oferecidos e melhorar a segurança da informação.

Além disso, tem o objetivo de implantar a modalidade de Teletrabalho na cidade do Rio de Janeiro, buscando tornar as organizações mais competitivas, flexíveis e dinâmicas. Sendo uma forma de estimular uma sociedade mais digital.

A iniciativa contempla 2 grandes projetos para a promoção do Rio de Janeiro na categoria de cidade inteligente e inclusiva:

- Implantação da modalidade de Teletrabalho na cidade do Rio de Janeiro. Entre as principais ações a serem realizadas neste projeto temos: 1) Formulação e Implantação de Política Municipal de incentivo ao Teletrabalho, visando à expansão da modalidade no âmbito da Cidade, maximizando os resultados passíveis de serem obtidos; 2) Implantação de um projeto piloto de telecentro; e 3) Implantação do Teletrabalho no âmbito da Prefeitura, considerando capacitação e adequação de infraestrutura. A Prefeitura estará dando o exemplo para a sociedade, induzindo a transformação organizacional no setor produtivo.
- Ampliação e melhoria da gestão da infraestrutura tecnológica para suportar os serviços prestados ao cidadão. Este projeto contempla ações fundamentais para a modernização tecnológica de forma que se possa suportar e apoiar o projeto supracitado, assim como potencializar os serviços prestados pela Prefeitura, entre elas, podemos citar: 1) estabelecer a metodologia para gestão de risco operacional e definir o score de risco atual; 2) Modernizar a Rede de Dados e Wifi do complexo da Sede da Prefeitura CASS; 3) Implantar a Nuvem Híbrida; 4) Melhorar o Correio Corporativo; 5) Implantar o Desktop Virtual; 6) Conectar unidades administrativas da Prefeitura à Fibra Óptica própria; 7) Adequar a Infraestrutura do Datacenter (Storage, Backup, Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados, Climatização e Rede de dados da Sala Cofre); 8) Implantação da nova Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação; 9) Implantação da nova arquitetura de dados, bases de dados e aplicações da Prefeitura.

Resultados Esperados

- Promoção do Rio de Janeiro a categoria de Cidade Inteligente.
- Melhoria da qualidade de vida do cidadão, com a diminuição dos índices de engarrafamento e, consequentemente, da redução da emissão de gases de efeito estufa, por meio do exemplo e incentivo às iniciativas de teletrabalho no setor privado.
- Melhoria da qualidade de vida dos servidores.
- Melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, apoiados pelo ambiente de TIC, por meio de conexões à rede de dados melhores e mais rápidas, assim como aumento da confiabilidade, disponibilidade e segurança do ambiente do centro de dados que suporta os sistemas informatizados.
- Diminuição dos riscos tecnológicos dos serviços oferecidos pela Prefeitura.

Alinhamento com Metas

- Reduzir 30% do risco operacional dos serviços da Prefeitura associados ao ambiente de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC, até 2020.
- Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Teletrabalho
- Melhoria da Gestão de Infraestrutura Tecnológica

Indicadores:

- Número de servidores da Prefeitura atuando formalmente na modalidade de Teletrabalho
- Índice de Redução de Risco Operacional
- Número de Unidades Administrativas da Prefeitura Conectadas em fibra óptica



Situação Atual

Nos últimos 6 anos a Central 1746 de atendimento ao cidadão vem se consolidando como o principal canal de relacionamento entre o cidadão e a Prefeitura. Em 2016, o 1746 realizou 2,3 milhões de atendimentos. Desse total, 84% foram realizados através do canal telefônico, o que representa hoje o principal custo de operação da Central, devido a grande quantidade de operadores que são necessários para atender às ligações. Os 16% de solicitações restantes estão principalmente concentrados nos canais digitais (aplicativo móvel e internet), uma vez que o atendimento presencial nas Regiões Administrativas é recente e conta ainda com baixa participação. Também em 2016, o Índice de Satisfação com os Canais de Atendimento do 1746 ficou em 94%, o Índice de Satisfação com os Serviços/Informações Prestados pela Prefeitura, em 68,9%, e o Índice Geral de Satisfação do Sistema 1746, que é calculado com base nos dois índices anteriores, ficou em 79%.

Além do 1746, a Prefeitura disponibiliza outro grande canal digital para recebimento de solicitações, o Portal Carioca Digital. Por meio dele é possível ter acesso a diversas informações pessoais de suas interações com a Prefeitura, bem como tramitar requerimentos de licenças sanitárias e de funcionamento de estabelecimentos, recursos de multa, e consultas sobre boletim escolar, dentre outras.

A ampliação do uso e da qualidade destes canais pode, por exemplo, melhorar a classificação do Rio e do Brasil em relatórios internacionais, como o Doing Business Report (Banco Mundial) em que o Brasil, avaliado pelas cidades de Rio e São Paulo, aparece apenas em 123º lugar entre 190 países. No Ranking de Competitividade Global (Fórum Econômico Mundial), o Brasil é somente o 81º, sendo apenas o 120º entre 138 países no indicador sobre a força e credibilidades de suas Instituições.

Apesar da existência destes canais, nem toda a população conhece e usa tais meios para se relacionar com a Prefeitura em termos de serviços, trâmites e informações, o que dificulta o controle de qualidade, o orçamento e o monitoramento de indicadores de desempenho, bem como confundem o cidadão na hora de procurar a Prefeitura. Existe espaço para evolução dos canais oficiais, com a melhoria de suas qualidades de atendimento e de entrega.

Descrição da Iniciativa

“Prefeitura & Você” busca centralizar a gestão do relacionamento entre cidadão e Prefeitura de forma a facilitar aos cidadãos o acesso aos serviços e políticas públicas, aprimorando, concomitantemente, a gestão dos canais de atendimento e da prestação de serviços, e utilizando indicadores de monitoramento que possibilitem responsabilização e ações de melhoria nos processos.

A Iniciativa contará com o seguinte Projeto:

- Cidadão em Foco: Atendimento ao cidadão rápido e de qualidade, principalmente de forma digital e automatizada. Contará com ações como intensificar a atuação junto aos órgãos para a redução dos prazos de atendimento; confeccionar Matriz de Responsabilidade para execução de serviços atualmente sem executor; implementar distribuição imediata para os órgãos das solicitações feitas pelos canais digitais; mapear processos de atendimentos insatisfatórios e realizar planos de ação em parceria com os órgãos; ampliar a divulgação dos canais digitais; disponibilizar novos serviços online; disponibilizar informações sobre procedimentos dos órgãos nos canais digitais; e implementar Pesquisa de Satisfação Ativa nesses canais e melhorar sua usabilidade..

Resultados Esperados

- Modernização do atendimento ao cidadão.
- Melhoria da qualidade dos canais de relacionamento.
- Diminuição do uso de recursos públicos com atendimentos telefônicos e presenciais.
- Aumento da satisfação da população com os canais de relacionamento, e com os serviços prestados pela Prefeitura.

Alinhamento com Metas

- Atingir o índice de satisfação com o atendimento ao cidadão de 81,4%, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Cidadão em Foco

Indicadores:

- Número de seguidores nas redes sociais
- Número de usuários cadastrados no portal Carioca Digital
- Índice de satisfação dos canais de atendimento
- Índice de satisfação com prestação de serviço e informação



Situação Atual

A conjuntura atual apresenta um cenário de declínio da atividade econômica, com seus inevitáveis efeitos negativos sobre a renda e o emprego e, consequentemente, sobre a arrecadação tributária.

Em seu processo de orçamentação, a Prefeitura do Rio de Janeiro, utiliza o modelo de Orçamento Base Histórica no qual se considera o nível de gastos existentes como uma base estabelecida. Neste modelo, tipicamente, cria-se uma despesa e depois ela se perpetua ano após ano, sem que haja avaliação periódica de seus custos e benefícios, incluindo seu retorno social. O aumento da dimensão e complexidade do orçamento da Prefeitura implica a necessidade de modernização oferecida por um sistema único para controlar e gerenciar todas as etapas envolvidas nos processos de Contabilidade, Orçamento e Financeiro, com ganhos fornecidos por novas tecnologias e soluções mais completas, garantindo rapidez, agilidade, eficiência e segurança a todos os processos. Um dos mecanismos essenciais para o sucesso da implantação do Plano Estratégico é o orçamento que contextualiza os objetivos e metas frente aos recursos limitados e permite aos gestores acompanhar, prevenir e corrigir eventuais variações.

Em relação ao licenciamento, a velocidade em que ocorrem as transformações no espaço urbano demanda um sistema de licenciamento de negócios ágil e inteligente que possa atuar de maneira integrada, evitando o aumento descontrolado dos problemas e diminuindo o trabalho necessário para a concessão dos Alvarás. Os processos de licenciamento vêm sendo alvo de iniciativas de desburocratização, como o Sistema Rio Mais Fácil que permitiu a concessão de Alvarás online. Mas ainda há necessidade de avanço na parte de consulta prévia, o que prejudica a instalação de novos negócios.

Descrição da Iniciativa

A busca pela Eficiência Orçamentária de forma a manter a sustentabilidade fiscal e garantir a manutenção e melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade perpassa pelo aumento da arrecadação e pela implementação de ações voltadas à redução de gastos no âmbito da Prefeitura.

“Orçamento Eficiente” contempla os 4 projetos a seguir:

- Aumento da Receita: Visa o aumento da arrecadação por meio de ações que tem o intuito de melhorar a equidade na distribuição da carga tributária, combater a sonegação e, por consequência, promover a justiça fiscal.
- Implantação do Piloto Orçamento Base Zero: O Orçamento Base Zero (OBZ) minimiza o problema da perpetuação das despesas, pois não considera como ponto de partida o que foi executado no ano anterior. No OBZ não existe o “direito adquirido” em relação às despesas efetuadas pelo gestor no ano anterior. A cada ano, é necessária uma exposição justificada dos gastos. Cada atividade da organização é rediscutida e, se confirmada, é realizado um estudo partindo do zero, para verificar o quanto será preciso para a sua estruturação e manutenção, considerando as metas e os objetos definidos antecipadamente. Serão feitos 3 pilotos.
- Programa Gestão Fiscal Integrada – GICOF: O Programa busca acompanhar de forma mais eficiente os investimentos públicos e aprimorar a geração de informações para as análises dos custos da Prefeitura. Será implantada solução informatizada de Gestão Integrada dos processos da Contabilidade, Orçamento e Financeiro, com serviços de desenvolvimento de novas funcionalidades, migração dos dados, instalação e configuração, testes, manutenção, suporte técnico remoto e presencial e treinamento.
- Rio mais Ágil: Tem por intuito oferecer aos empreendedores um ambiente de negócios mais ágil, melhorando a percepção da eficiência e eficácia do serviço público. Além de propiciar maior agilidade no processo de Consulta Prévia implementando de forma incremental às regras de zoneamento da Cidade no Sistema Rio mais Fácil Negócios.

Resultados Esperados

- Obtenção de receitas tributárias adicionais, visando o equilíbrio das contas públicas.
- Aperfeiçoamento do processo orçamentário para prover o acompanhamento mais eficiente dos investimentos públicos, e um aprimoramento na geração de informações gerenciais que possibilitem análises mais efetivas dos custos.
- Redução do tempo para liberação da Consulta Prévia, gerando maior agilidade do processo de licenciamento para novos negócios.

Alinhamento com Metas

- Proporcionar receita adicional anual de R\$ 900 milhões, em média, a partir de 2018 e até 2020, ao montante de IPTU, ISS e ITBI arrecadado, em 2017.
- Implantar o Orçamento Base Zero em três órgãos da Administração Pública Municipal, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Aumento da Receita
- Piloto Orçamento Base Zero
- GICOF
- Rio mais Ágil

Indicadores:

- Total de Receitas do IPTU
- Total de Receitas do ISS
- Total de Receitas do ITBI
- Número de módulos do GICOF entregues



Situação Atual

O Plano Diretor aprovado pela Lei Complementar Nº 111, de 2011, é um instrumento legal que propõe uma política de desenvolvimento urbano e orienta o processo de planejamento do Município. Tem por objetivo ordenar o desenvolvimento da cidade, garantir seu pleno funcionamento e o bem estar de seus habitantes.

Além das diretrizes, normas e procedimentos gerais, o Plano Diretor em seu Artigo 36, cria um novo recorte territorial voltado ao planejamento territorializado: as Regiões de Planejamento. Para viabilizar esta perspectiva de gestão territorial e a operacionalização do Plano Diretor na Cidade, foram criadas 16 Superintendências de Supervisão Regional por Região de Planejamento conforme definido no Plano Diretor.

Criadas por força do Decreto Rio Nº 42.740, de 1º de janeiro de 2017, as Superintendências de Supervisão Regional são um modelo do processo de descentralização administrativa, visando assegurar a participação efetiva continuada da população local, a integração das ações dos órgãos setoriais e a qualidade dos serviços públicos, nas regiões.

Descrição da Iniciativa

Para desenvolver a Política de Descentralização da Administração Municipal, de modo a aprimorar a qualidade, cobertura e transparência dos serviços públicos, a “Prefeitura Mais Próxima” intenta:

- Estruturação física e operacional das Superintendências de Supervisão Regional;
- Fortalecimento da relação entre as Superintendências e os demais órgãos da Prefeitura, com base nas competências previstas nas normas em vigor;
- Fortalecimento da integração entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais;
- Inclusão das Superintendências de Supervisão Regional, na lógica do planejamento territorial;
- Elaboração e acompanhamento de 16 Planos Regionais;
- Promoção da participação popular na gestão pública local;
- Colaboração para a criação de indicadores de qualidade dos serviços públicos e mecanismos de avaliação do desenvolvimento econômico e social local;
- Orçamentos por territórios;
- Contribuição para que as metas dos demais órgãos sejam atingidas no âmbito de cada Superintendência de Supervisão Regional.

Resultados Esperados

- Aproximação da Prefeitura do cidadão, descentralizando e modernizando a gestão, aumentando a qualidade dos espaços e serviços e reduzindo o tempo de espera no atendimento e na resposta às demandas.
- Aprimoramento da gestão territorial, orientando quanto às prioridades de aplicação dos recursos orçamentários e investimentos.
- Conclusão dos 16 Planos Regionais previstos no Art. 65 da Lei Complementar 111/2011.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Descentralização Administrativa

Indicadores:

- Número de Planos Regionais elaborados

Alinhamento com Metas

- Implantar o modelo de Descentralização Administrativa na Prefeitura do Rio de Janeiro, até 2020.



Situação Atual

A atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar Nº 87, de 16 de Dezembro de 1997, e suas alterações. É constituída por 21 Municípios: Belford Roxo, Cachoeira de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá além do Rio de Janeiro considerada cidade-sede. A Região Metropolitana ocupa uma área de 7.062 km², é a segunda maior área metropolitana do Brasil, a terceira da América Latina e a vigésima do mundo (censo de 2010).

As demandas de infraestrutura urbana, transporte, saneamento, habitação, saúde, segurança pública, entre outras, provenientes dos municípios metropolitanos, sobrecarregam, consideravelmente, a realidade do município do Rio de Janeiro, comprometendo a qualidade de vida urbana.

Historicamente, a cidade sempre teve a sua gestão voltada exclusivamente para o seu território, não levando em consideração políticas públicas de integração com os municípios vizinhos. A conurbação ocorrida durante a formação da Região Metropolitana consolidou o espraiamento do tecido urbano transformando o Rio no “núcleo central”, de maior concentração do emprego, e os demais municípios em “dormitórios”. Isto gera um deslocamento de área de milhares de pessoas congestionando o fluxo viário e engessando a mobilidade da cidade.

Descrição da Iniciativa

A Prefeitura vem desenvolvendo uma série de projetos de impacto metropolitano e, para tal, precisa ampliar a estrutura de governança para o atingimento de objetivos compartilhados de forma sistêmica na rede urbana da metrópole.

Para ampliar a participação do Município do Rio de Janeiro no processo decisório sugere-se o “Rio Metropolitano” composta por duas ações estratégicas:

- Participação efetiva da Prefeitura do Rio de Janeiro no processo de elaboração do PEDUI (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro), hoje a cargo da Câmara Metropolitana do Governo do Estado;
- Elaboração de ações setoriais e integradas, compartilhadas com municípios metropolitanos, tais como operações urbanas consorciadas Interfederativas, compartilhamento institucional de serviços públicos de saneamento e políticas integradas de transporte, segurança e saúde, dentre outras, a partir da celebração de termos de cooperação técnica com os 20 municípios membros da região metropolitana.

Resultados Esperados

- Fortalecimento da estrutura de governança sobre as ações do Município do Rio de Janeiro que possuam impacto metropolitano. Sua realização se dará a partir do planejamento e articulação dos projetos da cidade do Rio de Janeiro de forma compartilhada com investimentos, planos, programas e projetos do Estado e municípios metropolitanos, propiciando maior integração das propostas, otimização dos investimentos e ampliação dos resultados obtidos.
- Promoção, através de políticas públicas, de integração entre os municípios da grande região metropolitana objetivando a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Alinhamento com Metas

- Celebrar termos de cooperação técnica com os 20 municípios da Região Metropolitana, até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Governança Metropolitana

Indicadores:

- Número de ações compartilhadas no âmbito metropolitano



Situação Atual

O Fundo de Previdência dos Servidores da Prefeitura do Rio (FUNPREVI) tem como missão garantir o pagamento de aposentadoria aos seus segurados e pensão aos seus dependentes, gerindo as políticas previdenciárias e assistenciais do Município do Rio de Janeiro. As despesas de pagamento de benefícios previdenciários aumentam a cada ano, isso se deve, em grande parte, a mudança na expectativa de vida do brasileiro, que tem crescido muito nos últimos anos graças aos avanços farmacológicos e da medicina e, também, pela mudança no estilo de vida. Hoje em dia é comum conhecermos cidadãos centenários e isso impacta diretamente na despesa dos Regimes de Previdência Social. Infelizmente, existe uma incidência de acumulações indevidas e até mesmo fraudulentas na percepção de benefícios. Quase diariamente há notícias de fraude previdenciárias, onde servidores recebem benefícios indevidos.

Em dezembro de 2011, após a Lei 5.300, o FUNPREVI possuía uma carteira de investimentos na ordem de R\$2,5 bilhões, em valores históricos. A partir de 2012, a carteira veio sofrendo reduções, em função, dentre outros fatores, do aumento da despesa sem um correspondente aumento da receita. Em dezembro de 2016, a carteira apresentou um montante na ordem de 1 bilhão de Reais, que comparado ao valor de histórico de 2012 indica uma redução de aproximadamente 60%, sem considerar as perdas inflacionárias do período.

Descrição da Iniciativa

“Previdência Sustentável” tem por objetivo realizar ações que visam à interrupção do processo de descapitalização do FUNPREVI e ao equilíbrio financeiro e atuarial do fundo, a partir da implementação das ações descritas a seguir:

- Plano de Equacionamento de Déficit: Será elaborado com base numa nova Avaliação Atuarial. O plano será composto por todas as medidas necessárias para o reestabelecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do FUNPREVI, considerando a necessidade de legislação específica para as alterações necessárias. A implantação do plano será feita imediatamente após a sanção da Lei aprovada na Câmara Legislativa Municipal, para que todas as medidas adotadas tragam o resultado esperado que é o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNPREVI;
- Celebração de convênios de cooperação técnica com outros Regimes Próprios de Previdência Social;
- Aumento da arrecadação da receita de aluguéis.

Resultados Esperados

- Economia para o ente público, a partir da identificação e bloqueio de pagamentos indevidos.
- Aumento da arrecadação da receita de aluguéis.
- Equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo de Previdência dos Servidores da Prefeitura do Rio -FUNPREVI

Alinhamento com Metas

- Interromper o processo de descapitalização do Fundo de Previdência dos Servidores da Prefeitura do Rio e criar plano para o equacionamento do déficit atuarial até 2020.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Plano de Equacionamento de Déficit
- Ações de efeito no curto prazo

Indicadores:

- Número de órgãos que revisaram a base de dados de seus funcionários
- Número de órgãos que efetuaram a correção das inconsistências da base de dados
- Receitas necessárias para o cumprimento das obrigações do Previ-Rio (Funprevi e Instituto Previ-Rio) no exercício
- Valor arrecadado com a receita de aluguéis
- Número de convênios celebrados



Situação Atual

Estima-se que na Prefeitura sejam abertos, a cada ano, 1 milhão de processos em meio físico, com cerca de 30 páginas cada. Existem 23 sistemas integrados ao SICOP (Sistema de Controle de Processos) e 100 protocolos físicos que permitem acompanhar sua tramitação. Estes números se traduzem na ocupação crescente de espaço para guarda física de processos, na dificuldade de gestão e manipulação dos mesmos e no elevado tempo de tramitação entre órgãos e entidades.

Ademais, após o 1º Censo dos Arquivos Municipais, realizado pelo Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ, entre 2007-2008, estima-se que existam 35km de documentos a serem tratados na Prefeitura. Visando mapear a situação dos locais de guarda e conferir se estavam de acordo com os "Manuais Técnicos" elaborados pelo Arquivo, a equipe técnica da instituição visitou 96% dos 57 órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura, entre 2014-2016. Deste total, apenas 16 possuíam Protocolo e Centro Arquivístico na estrutura organizacional e 7 possuíam local adequado para arquivamento dos documentos. Até a conclusão do levantamento, havia 41 Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos criadas/atualizadas e 18 Tabelas de Temporalidade de Documentos aprovadas, correspondendo respectivamente ao equivalente a 68% e 31% de órgãos da Administração Pública Municipal. Neste sentido, são elevados os custos da burocracia para o cidadão que deve ser atendido de forma rápida, eficiente e eficaz.

Descrição da Iniciativa

“Processos Digitais” contempla dois projetos:

- Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e Processo Digital: Esse projeto compreende a implantação da gestão eletrônica de documentos e processos, a fim de permitir a interligação e tramitação eletrônica dos mesmos entre todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Tem-se por objetivo melhorar a eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como agilizar e facilitar a comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições. A implantação permitirá diminuir o consumo de papel, reduzindo custos, reduzindo o impacto no meio ambiente e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos. Com o novo sistema, os processos poderão ser analisados em mais de uma área simultaneamente, o que deverá reduzir o tempo de tramitação dentro da Prefeitura. Será adotado como plataforma tecnológica o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, desenvolvido em software livre.
- Preservação Documental: Racionalização da guarda terceirizada de documentos a partir da Gestão de Documentos, diminuindo a massa documental acumulada na Prefeitura por meio da elaboração e atualização do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública da cidade do Rio de Janeiro. E ampliação dos depósitos do Arquivo Geral da Cidade, por meio de convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, destinados a receber a documentação de caráter permanente da Prefeitura, que será recolhida após a aprovação das Tabelas de Temporalidade elaboradas pelos órgãos da Direta e Indireta.

Resultados Esperados

- Melhoria da eficiência, controle e transparência na tramitação de processos e documentos, assim como gerar agilidade e facilidade na comunicação e relacionamento com cidadãos e instituições.
- Diminuição do uso de papel, reduzindo os custos e o impacto no meio ambiente, e dando mais agilidade, transparência e controle às análises de processos.
- Redução no custo na gestão e tramitação de processos em meio físico.
- Implantação do Projeto de Gestão de Documentos em toda a Prefeitura com a ampliação da guarda interna e não terceirizada.
- Elevação da posição da cidade do Rio de Janeiro no Ranking de Transparência e da Lei de Acesso à Informação.
- Ampliação do acesso aos dados da Administração Pública Municipal, auxiliando o Poder Executivo da cidade do Rio de Janeiro a planejar e racionalizar suas atividades.

Alinhamento com Metas

Implantar 80% dos Processos Administrativos em processo digital até o final de 2020, tendo como referência dezembro de 2016.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
- Preservação Documental

Indicadores:

- Quantidade de Processos Administrativos Digitais



Situação Atual

Diversas ações e políticas públicas em nível nacional têm sido implementadas com o objetivo de modernizar e simplificar os processos de licenciamento junto aos órgãos de governo. De modo a alcançar este objetivo, tem-se adotado diferentes estratégias, como a definição de uma entrada única para as solicitações, integração entre os diferentes setores envolvidos ou, ainda, a autodeclaração de informações, esta última principalmente para licenciamentos relacionados a atividades de baixo risco.

A Prefeitura necessita modernizar seus processos de licenciamento urbanístico e ambiental, adequando-os ao que já vem sendo feito com sucesso por outras entidades, conferindo maior agilidade e clareza aos procedimentos disponibilizados à população.

Descrição da Iniciativa

“Licença Fácil” é composta por três programas que visam à modernização dos processos de licenciamento na Prefeitura:

- Modernização do licenciamento de obras: Promove maior integração entre os órgãos envolvidos, através de sistema 100% online trazendo maior eficiência para os processos e redução significativa do tempo médio de emissão das licenças. O projeto também inclui a revisão e simplificação dos instrumentos de regulação urbanística e edilícia: Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS; Código de Obras e Edificações – COE; Lei de Parcelamento do Solo – LPS; e Código de Licenciamento e Fiscalização de Obras Públicas e Privadas – CLFOPP.
- Certidões Digitais: Desenvolvimento de sistema de produção e emissão em ambiente web (online) de Certidões de Reconhecimento e Nomenclatura de Logradouro e de Revisão de Numeração de Imóvel, centralizando e digitalizando as base de dados existentes e vinculando as informações ao Sistema de Licenciamento (SisLic) da Prefeitura.
- Modernização do licenciamento ambiental: Objetiva implantar sistema de licenciamento ambiental online no qual será possível o acesso a todas as fases dos processos, upload e download de documentos, tramitação eletrônica e integração de informações dos processos com outros sistemas.

Resultados Esperados

- Obtenção de maior agilidade e transparência aos processos de licenciamento urbanístico e ambiental considerados, otimizando recursos e a infraestrutura atualmente disponível nos órgãos envolvidos.
- Melhoria na prestação de serviços públicos aos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento de ações de licenciamento, regularização fundiária e urbanística.

Alinhamento com Metas

- Emitir 100% das licenças de obras em até 7 dias após o envio de toda a documentação e aprovação dos demais órgãos, a partir de 2018.
- Implantar o Sistema Ambiental Online e garantir que, em 2020, ao menos 60% das licenças ambientais sejam expedidas pelo novo sistema.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Modernização do licenciamento de obras
- Modernização do licenciamento ambiental
- Certidões Digitais

Indicadores:

- Número de licenças emitidas em até 7 dias após a implantação do sistema
- Percentual de certidões emitidas pelo sistema de Certidões Digitais Online
- Número de licenças ambientais emitidas pelo sistema



Situação Atual

O Município encontra-se em meio ao grande desafio de manutenção de seu equilíbrio fiscal, em um cenário de recessão econômica nacional, à obrigação do pleno emprego dos recursos da sociedade e da contínua oferta de bens e serviços públicos.

A revisão sistemática na eficiência da alocação de recursos públicos e identificação de oportunidades de atração de recursos privados tornaram-se importantes para a superação dos desafios já identificados. Neste quadro desafiador, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e Concessões devidamente estruturadas, reguladas e fiscalizadas, em ambiente de transparência, contribuem de forma consistente para a crescente oferta de serviços públicos, elemento fundamental em uma Cidade com mais de 6 milhões de habitantes.

Objetivando que os projetos de concessões e PPP estejam alicerçados em boas práticas de gestão e controle social, de modo a ampliar a confiança dos investidores e a manutenção do interesse público, torna-se necessário reforçar a estrutura de governança desses instrumentos.

Descrição da Iniciativa

“Parcerias Rio” busca identificar as oportunidades de estruturação de projetos de PPP e Concessões para endereçar os temas prioritários na gestão pública, garantir o acompanhamento das PPPs e Concessões, por meio de entidade reguladora e das estruturas fiscalizadoras de contratos, em consonância com a legislação vigente. Para isto, a Iniciativa contará com ações como:

- Elaboração do Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas, por meio do PROPAR-RIO (Lei Complementar nº 105/2009) em consonância com a legislação vigente.
- Apreciação, com vistas a implementação, das proposições de PPPs e Concessões contidas no Programa de Governo.
- Estabelecimento de Entidade Reguladora Municipal composta por Servidores Municipais Estatutários, subordinados à Contrato de Gestão com o Poder Concedente.

Resultados Esperados

Incrementar o nível de serviços públicos municipais, mantendo a responsabilidade fiscal e o respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços, em ambiente de ampla publicidade e transparência.

Principais Projetos ou Grupos de Ações:

- Gestão de PPPs

Indicadores:

- Percentual da Receita Corrente Líquida atingida

Alinhamento com Metas

- Aprovar Legislação Municipal, alterando o percentual máximo da receita corrente líquida para contratação de Parcerias Público-Privadas, de forma a alcançar o teto máximo estabelecido na legislação federal até 2020.
- Utilizar o limite máximo da Receita Corrente Líquida estabelecida na legislação vigente em projetos aprovados no Conselho Gestor do PROPAR-RIO até 2020.



METAS ESTRATÉGICAS

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Aumentar a oferta de empregos na Zona Norte (AP3) e Zona Oeste (AP5) para reduzir a diferença da proporção de empregos formais e população em 2% até 2020, mantendo-se, no mínimo, a proporção existente na Zona Sul (AP2) e Barra da Tijuca (AP 4.1).	SMDEI/IPP	%	RAIS/IPP	AP1 = 32,29 AP2 = 3,07 AP3 = 14,37 AP4 = 1,73 AP5 = 19,25	2016	$((\text{número de empregos na APx} / \text{empregos na cidade} * 100) - (\text{população APx} / \text{população da cidade} * 100))$
Incrementar em 30% o número de novas empresas na cidade até 2020.	SMDEI/IPP	%	RAIS	137.614	2016	$(\text{número de empresas criadas no ano} - \text{número de empresas criadas em 2015} / \text{número de empresas criadas em 2015}) * 100$
Atingir a marca de 4 bilhões de dólares em investimentos externos diretos até 2020.	CRI/GBP	US\$	fDi Markets: crossborder investment monitor	1 bilhão	2013	Soma dos valores dos IEDs realizados na cidade
Capacitar, pelo menos, 36.000 pessoas no Programa Oficina para o Emprego (OPE), através da oferta de 40.000 vagas, até 2020.	SMDEI	Unidade	SMDEI	N/A	N/A	Soma de alunos capacitados
	SMDEI	Unidade	SMDEI	N/A	N/A	Soma de vagas oferecidas
Realizar compras municipais nas Zonas Francas Sociais em, no mínimo, R\$ 60 milhões até 2020.	SMDEI	R\$	SUBSC/SMF	N/A	N/A	Soma dos valores de compras da Prefeitura nas ZFSs
Aumentar em 20% o número de turistas nacionais e internacionais na cidade até 2020.	RIOTUR	Unidade	RIOTUR/FGV	14.577.391	2016	Número de turistas nacionais e internacionais na cidade, no ano de medição, calculado pela Fundação Getúlio Vargas
Fomentar 100 projetos de Inovação captados em zonas de risco e de baixo IDH até 2020.	SMDEI	Unidade	SMDEI	N/A	N/A	Soma de projetos de inovação fomentados

METAS SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Ter 85% dos atendimentos realizados nas UPA e CER, dentro dos tempos esperados para cada faixa de risco, considerando o tempo entre o registro do Boletim de assistência Médica e o início do atendimento médico, até 2020.	SMS	%	SMS	Em apuração	2016	Para cada faixa: a) tempo entre o registro (BAM) e o início do atendimento médico para cada paciente b) % = qtde de pacientes que ficaram dentro da faixa / total de pacientes na faixa X100
Reduzir à metade o % de pacientes que ficam em período superior a 24 horas nas unidades de emergência, UPA e CER, considerando os resultados médios obtidos em 2016, até 2020.	SMS	%	SMS	42%	2016	(Somatório do número de pacientes que permaneceram nas salas amarela e vermelha > 24 horas / total de pacientes admitidos nas salas amarela e vermelha) X100
Ter 85% de usuários das UPA e CER e da Atenção Primária da rede municipal, satisfeitos com o atendimento recebido após intervenção, até 2020.	SMS	%	SMS	N/A	N/A	Número de usuários que responderam o questionário de satisfação declarando-se SATISFEITO ou MUITO SATISFEITO / total de usuários que responderam o mesmo questionário X100
Realizar 85% das cirurgias eletivas de catarata, hérnia, vesícula, genito-urinária, pediátricas e varizes, no prazo máximo de 180 dias contados a partir da data da primeira consulta pré-cirúrgica registrada no SISREG, até 2020.	SMS	%	TABNET	N/A	N/A	Nº total de cirurgias eletivas de catarata, hérnia, vesícula, genito-urinária, pediátricas e varizes realizados em até 180 dias da data da solicitação/ (Nº total de autorizações) + (Solicitações pendentes > 180 dias) X100
Reduzir em 20% o tempo médio de permanência nos leitos de internação dos hospitais da rede municipal, excluídos hospitais psiquiátricos, até 2020.	SMS	%	SMS	Em apuração	2016	TMP de referência - TMP apurado/ TMP de referência X100
Implantar 11 novas policlínicas e reestruturar 9 policlínicas existentes, até 2020.	SMS	Unidade	CNES	N/A	N/A	Número de Policlínicas reestruturadas e novas Policlínicas implantadas
Ter 75% dos procedimentos ambulatoriais (consultas e exames) realizados em até 90 dias, até 2020.	SMS	%	SISREG	54%	2016	Nº total procedimentos ambulatoriais (consultas e exames) realizados em até 90 dias da data da solicitação/ (Nº total de autorizações) + (Solicitações pendentes > 90 dias) X100
Ter 100% de cobertura da Equipe Saúde da Família em bairros com Índice de Desenvolvimento Social menor que 0,55, até 2020.	SMS	%	SMS	71%	2016	População dos bairros com IDS menor que 0,55 coberta pela ESF/ população total residente nos mesmos bairros
Ter 85% de Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera, até 2020.	SMS	%	SINAN	65,80%	2016	Número de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera/Número de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados X100
Reduzir mortalidade infantil para valor inferior a 9,5 por 1.000 nascidos vivos até 2020, garantido que nenhuma região de planejamento supere 10,5.	SMS	Razão	SIM/ SINASC	12,7	2016	Número de óbitos de residentes com menos de um ano de idade/número de nascidos vivos de mães residentes X1.000
Reduzir mortalidade materna para valor inferior a 58 por 100.000 nascidos vivos, até 2020.	SMS	Razão	SIM/ SINASC	74,7	2016	Número de óbito de mães residentes/número total de nascidos vivos X100.000

METAS SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Aumentar o número de atividades de fiscalização da Vigilância Sanitária em 100%, até 2020.	SMS	%	SISVISA	57.832	2016	Número de atividades de fiscalização realizada - valor de referência/valor de referência X100
Ampliar para 4.000 vagas o serviço de acolhimento, recuperação ou reabilitação, até 2020.	SMASDH	Unidade	SMASDH	2334	Dez/16	Número de novas vagas no serviço de acolhimento, recuperação ou reabilitação
Triplicar o atendimento da Mulher vítima de Violência, tendo como ano de referência dezembro de 2016, ampliando o Centro de Atendimento à Mulher - CEAM para zona oeste e zona norte, até 2020.	SMASDH	Unidade	SMASDH	2400	2016	Número de atendimentos a Mulher vitima de Violência
Ter 90% das crianças de 0 a 6 anos cadastrada na Estratégia de Saúde da Família (ficha A), com protocolo único intersetorial cumprido, até 2020.	SME/ SMS/ SMASDH	%	Sistema PIC	N/A	N/A	Número de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses com protocolo único intersetorial cumprido / Número de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses cadastrada na Estratégia de Saúde da Família com ficha A X100
Reduzir o grau de vulnerabilidade em 95% das famílias em situação de extrema pobreza, dos 180 territórios da Cidade (setores censitários do IBGE), até 2020.	CVL/IPP	%	pesquisa de campo	N/A	N/A	No. de famílias que apresentaram diminuição de pelo menos 1 faixa de risco social de acordo com o IPM - índice de pobreza multidimensional / No. famílias em situação de extrema pobreza tratadas pelo programa X100
Implantar 2 novos Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência, sendo um voltado para o Autismo tendo como foco a zona oeste e o centro, até 2018.	SUBPD	Unidade	SUBPD	6	2016	Número Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência
Instituir o Selo de Direitos Humanos na cidade do Rio de Janeiro e ter 25 instituições com a chancela do Selo, até 2020.	SMASDH	Unidade	SMASDH	N/A	N/A	Número de instituições que receberam a chancela do Selo de Direitos Humanos
Ampliar em 50% o quantitativo de famílias beneficiárias do programa Cartão Família Carioca, até 2020.	SMASDH	%	Sistema de pagamentos do CFC	109.385	Fev/17	Número de novas famílias inseridas na Folha Raiz/Número de famílias no programa em dez/2016 X100
Quintuplicar o número de idosos, com idade igual ou superior a 60 anos, no Programa Complementar de Transferência de Renda, até 2020.	SMASDH	Unidade	IPP, SUBPI-CTAPS	215	Dez/16	Nº total de idosos inseridos no programa
Fornecer 3 milhões de refeições, entre almoço e café da manhã nos restaurantes populares, anualmente a partir de 2018.	SMDEI	Unidade	SMDEI	N/A	N/A	Soma das refeições fornecidos nos Restaurantes Populares no ano

METAS EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Criar 40 mil vagas em creche até 2020.	SME	número de vagas	SME	59.376	Jan/17	Total de matrículas em creches no final do ano de medição mais as vagas ofertadas no planejamento de matrícula para o início do ano seguinte menos a capacidade total de vagas em creches no início de 2017.
Criar 15 mil vagas em pré-escola até 2020.	SME	número de vagas	SME	85.561	Jan/17	Total de matrículas em pré-escolas no final do ano de medição mais as vagas ofertadas no planejamento de matrícula para o início do ano seguinte menos a capacidade total de vagas em pré-escolas no início de 2017.
Expandir para 45% o percentual de matrículas em tempo integral na Rede Pública Municipal até 2020.	SME	%	SME	33,7%	Matrícula Inicial 2017 (MOV 00)	Número de matrículas do ensino regular em Tempo Integral/Número de matrículas do ensino regular
Reduzir o percentual de distorção idade-série da Rede em 20% dos Anos Finais até 2020.	SME	%	INEP	33,9%	2016	Total de alunos defasados nos Anos Finais/Total de alunos da Rede nos Anos Finais
Reduzir o percentual de distorção idade-série da Rede em 35% dos Anos Iniciais até 2020.	SME	%	INEP	18,6%	2016	Total de alunos defasados nos Anos Iniciais/Total de alunos da Rede nos Anos Iniciais
Garantir que todos os alunos ao final do 2º Ano estejam no nível adequado em Leitura, Escrita e Matemática em 2020.	SME	%	SME	a ser apurado	2017	Total de alunos com nível adequado em Leitura, Escrita e Matemática no final do 2º ano/ Total de alunos do 2º ano
Reduzir a reprovação por frequência no 1º e 2º ano pela metade até 2020.	SME	%	SME	2,38%	2016	Total de alunos do 1º e 2º anos reprovados por frequência/Total de alunos do 1º e 2º anos da Rede, segundo dados do SGA
Ter o IDEB da Rede Pública Municipal igual ou superior a 6,1 para os Anos Iniciais, e nenhuma escola com IDEB abaixo de 4,0 até 2019.	SME	Índice	INEP	5,6 2,7	2015	Nota média padronizada de português e matemática na Prova Brasil (5º ano) vezes o indicador de rendimento dos Anos Iniciais.

METAS EDUCAÇÃO, ESPORTES E CULTURA

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Ter o IDEB da Rede Pública Municipal igual ou superior a 5,5 para os Anos Finais, e nenhuma escola com IDEB abaixo de 3,6, até 2019.	SME	índice	INEP	4,3 2,0	2015	Nota média padronizada de português e matemática na Prova Brasil (9º ano) vezes o indicador de rendimento dos Anos Finais.
Ter, até 2020, em 100% das Escolas da Rede Municipal atividades voltadas para o fortalecimento do aluno como protagonista da paz.	SME	%	SME	N/A	N/A	Número de Escolas da Rede Municipal com atividades voltadas para o fortalecimento do aluno como protagonista da paz / Número de Escolas da Rede Municipal
Ter 20 atletas de excelência oriundos dos Polos Regionais treinados nos Polos de Excelência, até 2020.	CVL	n.º absoluto	SUBEL	N/A	N/A	Número de alunos oriundos dos Pólos Regionais, que treinaram ao menos 90 dias nos Pólos de Excelência
Inaugurar a sede principal do Museu da Escravidão e da Liberdade em 2020	SMC	Entrega	SMC	N/A	N/A	Sede do Museu da Escravidão e da Liberdade inaugurada
Revitalizar 50% dos equipamentos culturais do município qualificados segundo parâmetros de excelência em programação, acessibilidade, diversidade, segurança, sustentabilidade e infraestrutura, até 2020.	SMC	%	SMC	N/A	N/A	Número de equipamentos culturais do município revitalizados/N.º total de equipamentos culturais do município
Implantar Programa Vale-Cultura, até 2020	SMC	Entrega	SMC	N/A	N/A	Programa Vale Cultura implantado

METAS SEGURANÇA

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Reduzir em 50% os índices criminais de baixa letalidade na orla da Cidade do Rio de Janeiro, até 2020.	SEOP/GM	%	SEOP	3.987	2016	(Número de crimes de baixa letalidade ocorridos na orla do RIO no último exercício/ nº de crimes de baixa letalidade ocorridos na orla do RIO no exercício de 2016)*100
Manter 80% dos guardas municipais do efetivo disponível em policiamento comunitário e vigilância ostensiva da cidade (extramuros) diariamente, até 2020.	SEOP/GM	%	GM/DOP	N/A	N/A	Número de guardas disponíveis em atividades extramuros diariamente / número de guardas disponíveis em atividades externas diariamente
Implantar 24 Unidades de Proximidade da Guarda Municipal (UPGM), transformando as Inspetorias da Guarda Municipal (IGM) e Unidades de Ordem Pública (UOP) até 2020.	SEOP/GM	Unidade	GM	N/A	N/A	Número de Unidades Operacionais transformadas em UPGM com a Publicação de Decreto de criação das UPGM
Criar o Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP), até 2018, para incrementar a Política da Guarda de Proximidade na cidade do Rio de Janeiro.	SEOP	Entrega	SEOP	N/A	N/A	Legislação do Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP) aprovada
Ampliar em 1160 o número de câmeras de vigilância do município até 2020, sendo 160 do município e 1000 de parcerias com a iniciativa privada.	SEOP/COR	Unidade	COR	800/0	2016	Número de câmeras de vigilância novas + número de câmeras já existente + Número de câmeras da iniciativa privada integradas
Expandir para 100% o sistema de cerco eletrônico das faixas de trânsito, até 2019.	SEOP/COR	%	COR	50%	2016	[1 - (número de câmeras de videomonitoramento novas + número de câmeras de videomonitoramento já existentes até a data de referência / número de câmeras de videomonitoramento já existentes até a data de referência) * 100]



METAS MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Implantar parque urbano na Zona Oeste (AP5) e elaborar plano para implantação de novos parques em áreas ambientalmente frágeis da mesma região, até 2019.	SMUIH	Unidade	SMUIH	0	2016	Parque entregue
Reduzir em 27%, até 2020, a quantidade de resíduos sólidos dispostos em aterros sanitários.	COMLURB	Toneladas/mês	COMLURB	270.296	2016	Quantidade de resíduos recebidos nos aterros (t/mês)
Aumentar para 13%, até 2020, o volume de resíduos segregados para reciclagem e compostagem.	COMLURB	%	COMLURB	4%	2016	Quantidade de recicláveis e composto orgânico (t/mês) / quantidade total resíduos sistema Comlurb (t/mês) x 100
Recuperar e/ou requalificar 500 praças até 2020.	SECONSERMA	Unidade	SECONSERMA	0	2016	Somatório das praças recuperadas/Requalificadas em 4 anos
Aumentar para 68% a taxa de cobertura da rede coletora de esgoto com tratamento na AP 4 ao final de 2020, através da Concessão dos serviços de esgotamento.	RIOÁGUAS	%	RIOÁGUAS/SUB PE	-	-	Percentual da população da AP4 com cobertura de esgotamento sanitário com tratamento
Alcançar 70 km de margens de corpos hídricos com atividades de manutenção até 2020.	SECONSERMA	Km	SECONSERMA/SUBMA	37	2016	Somatório das extensões de rios com atividades de manutenção em suas margens
Aumentar a área protegida da cidade em 4.000 ha até 2020.	SECONSERMA	Hectare	FPJ	0	2016	Somatório das novas áreas protegidas
Alcançar 80 toneladas de alimentos comercializados em feiras agroecológicas até 2020.	SECONSERMA	Toneladas	SECONSERMA	0	2016	Somatório da quantidade de alimentos comercializada
Plantar, até 2020, 120.000 novas mudas de árvores em logradouros públicos (vias, praças, parques urbanos e jardins), garantindo a sua manutenção por no mínimo 1 ano.	SECONSERMA /FPJ	Unidade	FPJ	165.136	2013-2016	Somatório do número total de mudas plantadas em 4 anos
Executar 1200 metros das obras e intervenções necessárias no trecho 1, na Bacia do Rio Acari, até 2020.	RIOÁGUAS	Metros	RIOÁGUAS	0	2016	Extensão de obras de macrodrenagem concluídas

METAS MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Implantar 6,7 km de macro drenagem nos Rios Tindiba, Grande, Covanca e Pechincha, na Bacia de Jacarepaguá até 2019.	RIOÁGUAS	Km	RIOÁGUAS	0	2016	km acumulado de obras de macrodrenagem concluídas
Emitir certificação de construção sustentável para 10% das novas edificações até 2020.	SECONSERMA	%	SECONSERMA	0	2016	Novas edificações com certificação/total de novas edificações
Implantar o programa Reinventar o Rio para 5 áreas emblemáticas vazias ou subutilizadas da cidade até 2020, situadas próximas a importantes modais de transportes.	CVL	Unidade	SUBPG	0	2016	Número de projetos implantados
Implantar o Programa Ruas Completas em pelos menos 15.000 m2 de ruas da Cidade até 2020.	CVL	m²	SUBPG	0	2016	Área total de logradouro implantado
Implantar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento e aproveitamento de energia renovável, alcançando 60 adesões ao Programa Rio Solar até 2020.	SECONSERMA	Unidade	SECONSERMA	0	2016	Somatório da quantidade de adesões
Reduzir 20% das emissões de gases de efeito estufa até 2020, em relação ao nível de emissões no ano de 2005.	CVL	%	SECONSERMA	2,3 Gg CO ₂ e	2005	Somatório das reduções de emissões das ações da Prefeitura

METAS URBANISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E MOBILIDADE URBANA

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Ter planos urbanísticos atualizados para pelo menos 30 % da área da Cidade até 2020.	SMUIH	%	SUBU	N/A	N/A	(Área da cidade contemplada por plano urbanístico enviado à Câmara dos Vereadores / Área total da Cidade) x 100
Executar 185.000 m² de intervenções de qualificação urbana com foco no pedestre em locais de conexão de transportes, até final de 2020.	SMUIH	m²	SUBU	N/A	N/A	Área acumulada urbanizada pelo Rio Conecta
Lançar Procedimento de Manifestação de Interesse para realização da Operação Urbana Presidente Vargas em 2017.	CVL/SMUIH	Entrega	SUBPE	N/A	N/A	N/A
Modernizar, até o final de 2020, 100% dos pontos de iluminação pública, priorizando as áreas da cidade com maiores taxas de violência registradas, conforme levantamento realizado em 2017.	SECONSERM A/RIOLUZ	%	RIOLUZ	0	Data da celebração do contrato com o vencedor da licitação	(Quantidade de pontos substituídos/Quantidade de pontos cadastrados) * 100
Reduzir em 40% o consumo de energia elétrica da iluminação pública até 2020.	SECONSERM A/RIOLUZ	Consumo anual (MWh)	RIOLUZ	444.895	2016	[(Consumo de Referência - Consumo Atual)/Consumo de Referência] * 100
Implementar 12 km de rotas acessíveis até 2020.	SECONSERM A / SUBPD / SMUIH	km	SUBEC	2,3	2016	Km acumulados de rotas implementadas
Implementar um Sistema de Gerência de Pavimentos – SGP, de acordo com as normas do DNIT, a partir da análise do estado de conservação de toda a malha viária da cidade até 2020.	SECONSERM A	%	SUBEC	0%	2016	[Vias avaliadas (km) / Total de Vias da Malha Viária (km)] * 100
Implantar 10 projetos relevantes de preservação do patrimônio e da paisagem cultural da cidade até 2020.	IRPH	Unidade	IRPH	N/A	N/A	Número acumulado de projetos implantados
Beneficiar 21 favelas em Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), realizando obras de urbanização até 2020.	SMUIH	Unidade	SUBU	0	2016	Número acumulado de favelas atendidas
Concluir os estudos para Requalificação Urbana de Rio das Pedras até 2018.	CVL / SMUIH	Entrega	SUBPE	N/A	N/A	N/A
Beneficiar 100.000 domicílios com procedimentos de regularização urbanística e fundiária até 2020.	SMUIH	Unidade	SUBH	0	2016	Número acumulado de domicílios beneficiados com procedimentos de regularização fundiária

METAS URBANISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E MOBILIDADE URBANA

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Garantir que 14.204 moradias não estarão em área de alto risco geológico-geotécnico no Maciço da Tijuca até 2020.	GEO-RIO	Unidade	GEO-RIO	0	2016	Números acumulado de moradias retiradas de área de alto risco geológico-geotécnico do Maciço da Tijuca no ano de medição
Contratar 20.000 Unidades Habitacionais de Interesse Social até dezembro de 2020.	SMUIH	Unidade	SUBH	0	2016	Número acumulado de unidades habitacionais de interesse social contratadas
Implantar e iniciar as operações do Corredor Transbrasil até 2020.	SMUIH SMTR	Entrega	SUBI e SMTR	N/A	N/A	N/A
Desenvolver os estudos para implantação de 40,4 km de novas ligações da Rede Estrutural de Transportes, implantando e operando, no mínimo 15% destes novos corredores até 2020.	SMTR	%	SMTR	N/A	N/A	(100*extensão de novas ligações implantadas e operando) / 40,4
	SMTR	Km	SMTR	N/A	N/A	Extensão de ligações com estudo concluído
Reduzir em, pelo menos, 50% o tempo de deslocamento nos serviços expressos de todos os corredores BRT implantados até 2017, no horário de pico.	SMTR	%	SMTR	- TOeste: 01:41:30 - TCarioca: 03:19:30 - TOlímpica: 01:34:30 - TOeste Lote 0: 00:27:30	- TOeste: 2012 - TCarioca: 2014 - TOlímpica: 2016 - TOeste Lote 0: 2016	Para cada corredor: [(Tempo de deslocamento no corredor no mês da medição - Tempo de deslocamento no corredor antes de sua implantação)/ Tempo de deslocamento no corredor antes de sua implantação] * 100
Reduzir o nível médio de ocupação dos ônibus articulados, considerando os serviços mais carregados do BRT, através da promoção de melhorias no Sistema até 2020.	SMTR	Índice qualitativo de ocupação	SMTR	4	Out/2016	N/A
Reduzir a taxa de homicídios culposos no trânsito em, pelo menos, 15% até 2020, em relação ao ano de 2016.	CET-RIO	%	CET-RIO	16,39 homicídios culposos / 100.000 veículos	2016	[(taxa de homicídios culposos a cada 100.000 veículos no ano corrente - taxa de homicídios culposos a cada 100.000 veículos no ano de referência) / taxa de homicídios culposos a cada 100.000 veículos no ano de referência] * 100
Elaborar e implantar o Plano Diretor Ciclovitário até 2020.	SECONSERMA	Entrega	SUBMA	N/A	N/A	N/A

METAS GOVERNANÇA

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Instituir o “Sistema Municipal de Planejamento, Sustentabilidade e Resiliência “ (SMPSR) até 2020.	SUBPG	Entrega	SUBPG	N/A	N/A	N/A
Reformular, aperfeiçoar e consolidar o modelo de meritocracia a partir de amplo debate com os servidores até 2020.	SUBPG	Entrega	SUBPG	N/A	N/A	N/A
Incluir a cidade do Rio de Janeiro em, pelo menos, um programa de âmbito nacional e um programa de âmbito internacional, de avaliação de indicadores de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela cidade aos seus cidadãos, até 2020.	SUBPG	Unidade	SUBPG	N/A	N/A	Número de programas, nacionais e/ou internacionais, de avaliação de indicadores de desempenho e qualidade em que a cidade está incluída
Ter 80% dos Líderes Cariocas ocupando Cargos de Direção até 2020.	SUBPG/ IFJG	%	IFJG	55%	2016	Número de Líderes Cariocas em cargos em comissão/Número total de Líderes cariocas
Implantar os 7 eixos da Gestão Responsável na Prefeitura até 2020.	CGM	Unidade	CGM	N/A	N/A	Número de eixos de Gestão Responsável implementados
Alcançar nota máxima no ranking Escala Brasil Transparente (EBT) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União até 2020.	CVL	Nota	MFTCGU	5,83	JAN/2017	Metodologia estabelecida pelo MTFCGU: Nota = (soma da pontuação atribuída a cada parâmetro avaliado * 10) / 3600
Reduzir 30% do risco operacional dos serviços da Prefeitura associados ao ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC até 2020.	IPLANRIO	%	IPLANRIO	N/A	A ser medido em 2017	[(Score de risco operacional de referência - Score de risco final) / Score de referência]*100
Atingir o índice de satisfação com o atendimento ao cidadão de 81,4% até 2020.	CVL	%	1746	79%	2016	(Índice de satisfação dos canais de atendimento x 2) + (Índice de satisfação de prestação dos serviços x 3) / 5
Proporcionar receita adicional anual de R\$ 900 milhões, em média, a partir de 2018 e até 2020, ao montante de IPTU, ISS e ITBI arrecadado em 2017.	SMF	Reais	Relatório CGM	8.393.846.945	projeção para dez/2017	(Arrecadação 2020 - Arrecadação 2017) / 3

Metas	Órgão	Unidade de medida	Fonte	Valor de Referência	Data Referência	Fórmula de cálculo
Implantar o Orçamento Base Zero em três órgãos da Administração Pública Municipal até 2020.	SMF	Unidade	Relatório da F/SUBOR	N/A	N/A	Numero de órgãos com Orçamento Base Zero implantado
Implantar o modelo de Descentralização Administrativa na Prefeitura do Rio de Janeiro até 2020.	SMRI	Entrega	SMRI	N/A	N/A	N/A
Celebrar termos de cooperação técnica com os 20 municípios que compõem a Região Metropolitana até 2020.	SMUIH	Unidade	SMUIH	N/A	N/A	Número de termos de cooperação publicados
Interromper o processo de descapitalização do Fundo de Previdência dos Servidores da Prefeitura do Rio e criar plano para o equacionamento do déficit atuarial até 2020.	PREVI-RIO	Entrega	PREVI-RIO	N/A	N/A	N/A
Implantar 80% dos Processos Administrativos em processo digital até o final de 2020, tendo como referência o ano de 2016.	SUBSC/ IPLANRIO	%	IPLANRIO	0	2016	Número de Processos Administrativos Implantados no Formato Digital / Número de Processos Administrativos Conhecidos Implantados (No Suporte em Papel)
Emitir 100% das licenças de obras em até 7 dias após envio de toda a documentação e aprovação por demais órgãos a partir de 2018.	SMUIH	%	SMUIH	0%	2016	Número de licenças emitidas em até 7 dias após o envio de toda a documentação e aprovação por demais órgãos competentes no ano / (Total de licenças emitidas no ano) * 100
Implantar o Sistema Ambiental Online e garantir que, em 2020, ao menos 60% das licenças ambientais sejam expedidas pelo novo sistema.	SECONSERMA	%	SECONSERMA	0%	2016	Número de licenças ambientais emitidas pelo sistema / (Total de licenças ambientais emitidas) * 100
Aprovar Legislação Municipal, alterando o percentual máximo da receita corrente líquida para contratação de Parcerias Público-Privadas, de forma a alcançar o teto máximo estabelecido na legislação federal até 2020.	CVL/ SUBPE	Entrega	SUBPE	N/A	N/A	Legislação Aprovada
Utilizar o limite máximo da Receita Corrente Líquida estabelecida na legislação vigente em projetos aprovados no Conselho Gestor do PROPAR-RIO até 2020.	CVL/SUBPE	%	SUBPE	1,5%	2016	[Total de despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP/ (Receita Corrente Líquida)]*100

PARTICIPANTES

Prefeito

Marcelo Crivella

Vice-Prefeito

Fernando Luiz Cumplido Mac Dowell da Costa

Chefe de Gabinete

Ailton Cardoso da Silva

Coordenadoria de Relações Internacionais e do Cerimonial

Antonio Fernando Cruz de Mello
Gabrielle Guimarães da Silva

Procuradoria Geral do Município

Antonio Carlos de Sá
Marcelo Silva Moreira Marques

Controladoria Geral do Município

Márcia Andréa dos Santos Peres
Alexandre Mendes Martins
José Fernando Doria da Silva Moura

Secretaria Municipal de Fazenda

Maria Eduarda Gouvêa Berto
Andréa de Almeida Siggia
Caio de Resende Trogiani

Secretaria Municipal de Educação

Cesar de Queiroz Benjamin
Ana Lúcia de Moraes Barros
Carla Jucá Amrein Cezar de Andrade

Secretaria Municipal de Saúde

Marco Antonio de Mattos
Alexandre Campos Pinto Silva
Ana Beatriz Busch Araújo
Maria das Graças Alencar de Oliveira
Vagner de Araújo Monteiro
Vitória Regia Osório Vellozo

Empresa Pública de Saúde

Ronald Munk
Eduardo Viana Almas

Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Maria Teresa Bergher
Ana Paula de Carvalho Guarani
Flávia Braz de Lima

Secretaria Municipal de Transportes

Fernando Luiz Cumplido Mac Dowell da Costa
Ado Francisco Eduardo Sesti de Azevedo
Antonio Carlos Velloso de Mello
Luís Cesar Peruci do Amaral

CET-RIO

Virginia Maria Salerno Soares
Carlos Henrique Moyna
Ricardo Lemos Gonzaga

Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação

Clarissa Garotinho Barros Assed Matheus
Epitácio José Brunet Paes
Luiz Paulo Louredo

Secretaria Municipal de Relações Institucionais

Luiz Orlando Cadorna Cervo
Michele Santos da Silva
Cristiane Silva Alves
Alvir Nelson Rosa Junior
Antonio Carlos Costa de Alburquerque
Cristiane Cavalcante da Silva
Daniel Balbi Waichel
Eduardo Pires Rodrigues
Felipe Machado Martins
Fernando Luiz Avelino Sobral
Flávio Caland
Hildebranddo Gonçalves Rodrigues
Itagibe Cabral
Janir Moreira
Jocimara Theodoro da Silva Cardoso
Jorge Luís Amaral Pinto
José Henrique Pequeno Junior
Julio César Vargas
Letícia Rodrigues de Oliveira Dias
Lindon Jonhson Martins
Luan Monteiro Dantas
Marcelo Maywald
Marcelo Rabelo Rotenberg
Maurício Pedreira Ferreira
Nida Maria Silva Rego
Rodrigo Teixeira Ribeiro
Rogério Costa de Freitas Silva
Rogério Ferreira Lima
Romildo Almeida Jucá
Thiago Barcelos
Ulisses Moura Silva Araújo
Valéria Regina Asmar Lucero
Vasco de Azevedo Acioli
Vinicius Teglas Raphael
Yuri Rosario Duarte

Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação

Antonio Pedro de Siqueira Índio da Costa
Adriana Barreto de Lima
Márcio Menezes Lopes
Pedro Rodrigo Barbier Rolim
Ricardo Santos de Almeida
Tulio Fabio Guida

RIOURBE

Mauro Alonso Duarte
Kátia Marisa Soares da Silva de Souza
Renato Celso Dantas Neto

Fundação GEO-RIO

Marcio de Araujo Leão
Maria Luisa de Farias Simões
Michele Fátima de Oliveira

Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH

Augusto Ivan de Freitas Pinheiro
Paula Merlino Machado

Secretaria Municipal de Cultura

Nilcemar Nogueira
Rafaela Maria Bastos Barreto
Wantuil da Silva Mascarenhas

RIOFILME

Marco Aurélio Marcondes

Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente

Rubens Teixeira da Silva
Bruno Bôscaro França
Glória Regina Nogueira Pereira
Jemoel Assis de Oliveira
Justino Carvalho Neto
Marcos Borges Pereira

Fundação Parques e Jardins - FPJ

João Carlos Mariano Santana Costa
Claudia Brack Duarte
Maria Josefa Restum Lopes

RIOLUZ

Denise Gomes Prado Cavalcanti
André Luiz Almeida Chaves
Tamara Ridolph

RIO-ÁGUAS

Cláudio Barcelos Dutra
Bianca da Silva Baldez
Marcelo Jabre Rocha

COMLURB

Gustavo Correa Affonso Puppi
José Henrique Penido
Mauro Wanderley Lima
Paulo Roberto Nagib Jardim

Secretaria Municipal de Ordem Pública

Paulo Cesar Amêndola de Souza
Cesar dos Santos
Thyago Ferreira Vieira
Ramon Pires Carnaval Barbosa

Guarda Municipal - Rio

Tatiana Teixeira Mendes Pereira
Claudio Roberto Figueiredo da Silva
Rodrigo Jales da Silva

Centro de Operações Rio - COR

Marcos Landeira de Oliveira
Gustavo Miranda Rodrigues

Instituto de Previdência e Assistência

Bruno de Oliveira Louro
Aline da Rocha Gonçalves
Fabio Luiz Lopes Ferreira

CDURP

Adriano Rodrigues Barbosa
Antonio Carlos Mendes Barbosa
Rilden Ramos Mendes de Albuquerque

Secretaria Municipal da Casa Civil - CVL

Alessandro Silva da Costa
Erika Correa Coelho
Evandro Mendes Teixeira
Gustavo da Silveira Pereira da Silva
Marcos Tadeu Alves Santana
Pedro Arias Martins
Romeu Rodrigues Brito
Samantha Trinxet de Moura

Instituto Pereira Passos

Mauro Osório da Silva
Andrea Paulo da Cunha Pulici
Carlos Alberto Peres Krykhtine
Felipe Cerbella Mandarino
Henrique Rabelo Rego
João Grand Junior

IPLANRIO

Fabio Pimentel de Carvalho
Carlos Henrique Santos da Silva
Júlio Cesar Urdangarin Batista Junior
Paulo Josef Hirsch

RIOTUR

Marcelo Ferreira Alves
Dayane Cristina de Sampaio
Lúcio Cordovil de Macedo

Subsecretaria da Pessoa com Deficiência

Geraldo Marcos Nogueira Pinto
Ana Lúcia Peixoto Gonçalves
Flavia Ribeiro Gomes Rocha
Vanessa Carvalho D'Oliveira

Subsecretaria de Serviços Compartilhados

Mauro Barata Soares de Figueiredo

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Beatriz Kushnir

Instituto Fundação João Goulart

Jose Manoel Moulin Ribeiro Netto
Ana Claudia Rodrigues Daflon Lescaut

Subsecretaria de Projetos

Estratégicos
Luciano Teixeira Cordeiro
Edson de Barros Mendonça
Ushi Arakaki Alves de Oliveira

Subsecretaria de Esportes e Lazer

Patrícia Amorim Sihman
Carlos Alberto Nogueira Brazil
Jairo Tavares Novaes Junior
Ricardo Henrique Magalhães da Silva
Rogério da Costa Pimenta

COORDENAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

Subsecretaria de Planejamento e Gestão Governamental

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo
Paulo Senra Breitschaft
Alfredo Piragibe Junior
Fábio Henrique de S. I. R. Palmeira
Raphael Goes Weber
Magdalena Fontes Escarlata
Betina Peppe Diniz

Coordenador do Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão

Daniel Gleidson Mancebo de Araujo

Escritório de Planejamento e Modernização da Gestão

Aline Romeu Xavier
Cláudia Froés Ferreira
Elke Renate Schulze Bittar
Flavia Beatriz Beserra Azevedo Carloni
Kelly Ferreira Esch
Márcio Barros Santa Rosa
Marcos da Silva Crespo
Olga Maria Esteves Campista
Rachel Teixeira Fares Menhem
Samir de Menezes Costa
Solange Cintra Martires
Thaís Rennó de Andrade

Coordenador do Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas

Carlos Pereira Dias

Escritório de Gerenciamento de Projetos e Metas

Adriana Griner
Alexandre Affonso de Miranda Pereira
Aline Diamantaras de Figueiredo
Alvaro Magalhães Moraes
Ana Carolina Dunley Portugal
Ana Luiza de Almeida Moraes
André Luiz Soares Gomes
Carlos Daniel Denadai Ambrosio
Carlos Eduardo Vilela Tiago
Clara Brando de Oliveira
Claudio d'Almeida Pimentel Correa
Conrado Cerqueira d'Avila
Daniel Santos de Paula Marques
Danielle Sorrentino Toscano
Eliiaquim de Lima Bernardo Machado
Fabiano Costa Camilo
Felipe de Melo Gil Costa
Fernanda Christina Gonçalves Sobrinho
Fernanda Mara dos Santos Machado
Fernanda Mofati Lanhas
Fernando Cesario Figueiredo de Araujo
Fernando Queyroi
Flavia Santos Torres
Gisela Bidegay Passos
Josiana de Paula
Julia Vaz Lorenzetti Fuchs
Marcia de Miranda Santos
Mariana Peixoto de Toledo
Marina Angeli Dutra Simões
Marina Queiroz Dias
Michelle Noronha Engelhardt Gloria
Monica Fernandes Costa
Natan Barcellos Assunção
Otto Baptista Ruback
Pamela Arruda Oliveira
Patricia Vieira Alves de Lira
Rafael Martins Felicio Junior
Ramon Arigoni Ortiz
Raquel Pereira Flores
Renata Amaral Rezende
Roberta Teixeira Macedo Gama
Rodrigo Lelles Ribas Marinho
Rodrigo Mattos Cardoso
Rodrigo Monteiro Mathias
Samuel de Jesus
Silvia Puetter Mattos
Teodoro Marconi Franco
Thiago Pereira Soares
Tiago Cattete Sanguedo
Zalmir Silva Garcia Junior

